



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Mensagem aos Acionistas

2013 foi desafiador, mas terminamos o ano com mais um resultado positivo, crescendo nosso EBITDA em 10,5% quando comparado com 2012. No Brasil, apesar dos volumes negativos da indústria, mantivemos o foco nas nossas principais alavancas comerciais para continuar crescendo nossa receita e EBITDA. HILA-Ex entregou um forte desempenho, principalmente na República Dominicana, onde continuamos capturando sinergias de custos e oportunidades de receita. Na LAS (América Latina Sul) e Canadá também tivemos bons resultados, com destaques para a evolução de *market share* e preferência na Argentina e manutenção da nossa liderança de mercado no Canadá.

No Brasil, a indústria de bebidas frias foi impactada pelo clima, repasses de preço ocorridos em função do aumento de impostos no último trimestre de 2012 e pela inflação de alimentos que atingiu dois dígitos no primeiro semestre do ano passado. Nesse cenário, nossa capacidade de execução foi decisiva para chegarmos ao bom resultado do ano. Nossa operação no Brasil apresentou aumento de receita e EBITDA, evoluindo em cada uma das nossas iniciativas comerciais: o volume das nossas marcas *premium* no Brasil continuou crescendo, liderado por Original, Budweiser e Stella Artois; nossas garrafas retornáveis de 300ml e 1 litro para cerveja aumentaram ainda mais sua presença pelo país; lançamos a Skol Beats Extreme e Brahma 0,0%, que em pouco mais de seis meses já virou líder da categoria de cervejas não alcoólicas; dentro da nossa estratégia de crescimento nas Regiões Norte e Nordeste, tivemos mais um ano de ganho de *market share*; e, na categoria de RefrigeNanc, aumentamos nossa participação de mercado.

Em 2013 investimos cerca de R\$ 3,8 bilhões, dos quais R\$ 2,8 bilhões no Brasil, um novo recorde, não somente para manutenção mas também ampliação da nossa capacidade produtiva e logística e na compra de ativos comerciais necessários para o crescimento do nosso negócio.

Na HILA-Ex, nossa operação na República Dominicana apresentou um grande resultado, crescendo EBITDA via aumento de volume e expansão de margem. Continuamos bastante entusiasmados com as oportunidades de crescimento orgânico e inorgânico na região.

Na LAS, apesar das incertezas do ambiente macroeconômico na Argentina, obtivemos um bom resultado com crescimento de EBITDA e expansão de margem. Nossas três principais marcas, Quilmes, Brahma e Stella Artois, mantiveram a liderança em preferência e participação de mercado na Argentina, ao mesmo tempo em que continuamos ativos no mercado com inovações como Stella Artois Noire e a nova garrafa Pepsi retornável de 2 litros.

No Canadá, mantivemos nossa liderança de mercado, principalmente devido ao desempenho de Bud Light, completando 18 anos de crescimento contínuo no mercado canadense, e também graças a nossas inovações em *premium*, com destaque para Budweiser Crown, Bud Light Platinum e Alexander Keith's Hop Series.

Por fim, gostaríamos de destacar o desempenho da Gente Ambev. A busca permanente por resultados ainda melhores, o comprometimento do time e a capacidade de sonhar grande mais uma vez fizeram a diferença. Gente Ambev, obrigado.

Victório Carlos de Marchi Co-Presidente do Conselho de Administração	Carlos Alves de Brito Co-Presidente do Conselho de Administração	João Castro Neves Diretor Geral
---	---	------------------------------------

### VISÃO GERAL DA COMPANHIA

Com operações em 16 países nas três Américas, somos a cervejaria líder do mercado latino americano em volume. Nosso negócio consiste na produção e comercialização de cervejas, refrigerantes e outras bebidas não alcoólicas e não carbonatadas, e é agrupado em três divisões:

- América Latina Norte, que inclui:
  - Brasil, representado pela produção e comercialização de cerveja ("Cerveja Brasil") e refrigerantes e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas ("RefrigeNanc");
  - América Latina Hispânica excluindo América Latina Sul (denominada HILA-Ex), composta pelas nossas operações em El Salvador, Guatemala, Nicarágua, República Dominicana Saint Vincent, Dominica e Antigua;
- América Latina Sul, composta por nossas operações de cerveja, refrigerantes e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas na Argentina, Bolívia, Uruguai e Peru, além da produção e comercialização de cerveja no Chile, Paraguai e Equador; e,
- América do Norte, representada pela *Labatt Brewing Company Limited* ("Labatt") com a produção e comercialização de cerveja no Canadá e exportações para os Estados Unidos da América.

Nossas principais marcas incluem *Skol* (a quinta cerveja mais consumida no mundo), *Brahma*, *Antarctica*, *Bohemia*, *Original*, *Quilmes*, *Presidente*, *Paceña*, *Pilsen*, *Labatt Blue*, *Alexander Keith's*, *Kokanee* e *Guaraná Antarctica*. Além disso, a Ambev é uma das maiores engarrafadoras independentes da PepsiCo no mundo. Produzimos, vendemos e distribuímos no Brasil e em outros países da América Latina produtos *Pepsi*, *H2OH!*, *Lipton Ice Tea* e o isotônico *Gatorade* sob licença da PepsiCo. E também comercializamos vários produtos da Anheuser-Busch Inbev S.A./N.V. tais como *Budweiser*, *Bud Light* e *Stella Artois*, entre outros.

O risco de crédito da Ambev como emissor de dívida em moeda nacional e estrangeira detém a classificação de grau de investimento segundo a *Standard and Poor's*, a *Fitch* e a *Moody's Ratings*.

### SUSTENTABILIDADE

#### Meio Ambiente

A preservação do meio ambiente é uma prioridade para a Ambev e faz parte da gestão da companhia. Somos referência em melhores práticas ambientais graças ao desempenho do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), adotado há mais de 20 anos em nossas cervejarias para estabelecer e monitorar a evolução contínua da ecoeficiência. Todas as unidades têm metas para reduzir a captação e a quantidade de água usada para produzir suas bebidas, diminuir o consumo de energia e a emissão de poluentes e aumentar o índice de reciclagem dos resíduos.

Entre 2003 e 2013, o índice de consumo de água em nossas unidades caiu mais de 30%. Entre 2011 e 2013, por exemplo, o volume de água economizado nas unidades seria suficiente para abastecer por um mês cerca de 350 mil pessoas, mais do que a população de Palmas, capital do Tocantins.

A Ambev também tem diversificado sua matriz energética, dando prioridade ao uso de biomassa e biogás. Atualmente, a biomassa representa aproximadamente 29,5% da matriz da companhia. Em oito cervejarias onde a biomassa é utilizada, ela representa quase 100% do combustível consumido. Outra ação de destaque é o uso de biogás. A companhia capta o biogás resultante das suas estações de tratamento de efluentes e o reaproveita para gerar energia calorífica para a própria empresa. Assim, ele não é lançado na atmosfera e também há economia no uso de combustíveis fósseis. Hoje, cinco cervejarias reaproveitam o biogás proveniente das estações de tratamento de efluentes como combustível em seu processo produtivo.

Outra frente na área é o programa de compartilhamento de frota com outras empresas. A iniciativa já permitiu à Ambev economizar cerca de 5,9 milhões de diesel e deixar de lançar na atmosfera 18.139 toneladas de CO2 nos anos de 2012 e 2013. Isso porque os caminhões que voltariam vazios depois de abastecer os centros de distribuição da Ambev passaram a transportar a mercadoria das demais empresas.

Por representar 95% da cerveja, a água está no centro das ações de sustentabilidade ambiental da companhia. Lançado no Dia Mundial da Água (22-Março) de 2010, o Movimento CYAN - *Quem vê água enxerga seu valor* - é um amplo conjunto de iniciativas para mobilizar e conscientizar a sociedade para o uso racional da água. Uma das ações do Movimento é o Banco CYAN, um sistema em que as pessoas têm acesso à média de consumo de água de seu imóvel e, à medida que elas diminuem o consumo, ganham pontos que podem ser usados como desconto em sites de compras na internet. No momento, o Banco CYAN está disponível para os moradores atendidos pela Sabesp (SP), pela CODAU (MG) e em 2012 firmamos parceria com a CEDAE (RJ). Ao todo, mais de 30 milhões de pessoas podem fazer parte da iniciativa. Desde o seu lançamento, o Banco CYAN fez com que seus correntistas economizassem mais de 500 milhões de litros de água.

Outra frente do Movimento CYAN é o Projeto Bacias, programa voltado para a recuperação e conservação de importantes Bacias Hidrográficas do país. Lançado inicialmente na Bacia Corumbá Paranoá, no Distrito Federal, o Bacias chegou em 2013 à região de Jaguariúna, interior de São Paulo, por meio de uma parceria da Ambev com a The Nature Conservancy (TNC), uma das organizações ambientais mais reconhecidas no mundo. O objetivo é auxiliar na preservação dos mananciais da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, que tem grande importância para o abastecimento hídrico do estado.

#### Consumo Responsável

No início dos anos 2000, a Ambev foi a única companhia de bebidas a participar das discussões da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre os efeitos do uso inadequado de bebidas alcoólicas. Em 2003, lançou o pioneiro Programa Ambev de Consumo Responsável, norteado pelas premissas da OMS e cujos pilares são estimular o cumprimento da lei que proíbe a venda de bebidas alcoólicas a menores, promover a segurança viária e incentivar o consumo moderado. De lá pra cá, o tema está presente em diversas ações da Ambev. Entre as iniciativas mais recentes estão os programas Supermercado de Resposta, Jovens de Resposta, Bar de Resposta e Papo em Família.

O Programa Jovens de Resposta hoje conta com a parceria de 21 ONGs de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte e Rio Grande do Sul. A Ambev tem o objetivo de atuar nas comunidades onde essas organizações estão presentes para inibir o consumo de bebida alcoólica por menores de 18 anos. O intuito é também encontrar iniciativas de prevenção simples, eficazes e fáceis de serem replicadas, as chamadas tecnologias sociais. Desde sua criação, o Jovens de Resposta já conseguiu impactar mais de 10,7 mil jovens, reuniu mais de 60 mil pessoas em eventos do programa e impactou indiretamente mais de 5,8 milhões de pessoas com ações de comunicação.

Sobre o Bar de Resposta, uma iniciativa voltada a donos de bares para conscientizá-los a não vender bebida alcoólica para menores ou a pessoas embriagadas, em 2012 a companhia firmou uma importante parceria com o governo de São Paulo, por meio do Centro Paula Souza, e criou uma disciplina de consumo responsável para cursos de formação de garçom, barman, recepção e atendimento em hotelaria, barista e porteiro. As aulas fazem parte do programa de qualificação profissional Via Rápida Emprego e têm o objetivo de orientar os novos profissionais a agir como multiplicadores das práticas de consumo responsável de bebidas alcoólicas. O conteúdo aborda a história e cultura da bebida alcoólica, a saúde e o bem-estar relacionados ao consumo moderado, a proibição do consumo de bebida alcoólica por menores de 18 anos, dicas de como falar sobre álcool com os jovens e os perigos do consumo excessivo. Em 2013 chegamos a mais de 100 mil profissionais treinados em consumo responsável, somente na Copa das Confederações mais de 10 mil pessoas passaram por treinamento. A outra frente da iniciativa é junto aos estabelecimentos das comunidades de baixa renda, onde o Jovens de Resposta já atua. Os moradores das comunidades elegem qual é o Bar de Resposta da comunidade. Os vencedores ganham um *voucher* com valor em dinheiro para aquisição de produtos do site Parceiro Ambev.

O Supermercado de Resposta é um projeto criado em 2011 em parceria com o Grupo Pão de Açúcar (GPA) para garantir que a venda de bebidas alcoólicas em supermercados seja realizada somente a consumidores com idade superior a 18 anos. Graças ao sistema desenvolvido, quando uma bebida alcoólica passa pelo caixa, o código de barras é identificado e o operador do caixa solicita ao cliente a apresentação de documento que ateste sua maioridade.

Desde seu lançamento, que teve início nas lojas do GPA de São Paulo e do Paraná, o Supermercado de Resposta já foi levado a todo o país e está sendo gradualmente implementado em outras redes varejistas. Em 2013, a iniciativa ganhou mais um parceiro: Rede Savegnago (presente em 11 cidades de destaque do cenário econômico do estado de São Paulo: Sorocaba, Jundiaí, Ribeirão Preto, Jardinópolis, Franca, Bebedouro, Barretos, Araraquara, Monte Alto, Matão, Jaboticabal e São Carlos).

O Papo em Família foi lançado em 2013 para estimular o diálogo entre pais e filhos sobre o risco do consumo de bebidas alcoólicas. O objetivo é incentivar a conversa no âmbito familiar e educacional, imprescindível para que o tema não se torne um tabu e os jovens aprendam sobre os riscos do consumo indevido de álcool. O projeto conta com um conjunto de materiais multimídia para orientar pais e educadores a fala sobre o consumo de bebidas alcoólicas com seus filhos e alunos. Todas as peças são ilustradas pela Maurício de Sousa Produções com os personagens da Turma da Mônica, Turma da Mônica Jovem e Turma da Tina. O conteúdo dos materiais foi desenvolvido pela Ambev com base em estudos de instituições internacionais especializadas no assunto como a ONG canadense Educ'Alcohol, e em pesquisas do Cisa - Centro de Informações sobre Saúde e Alcool, referência nacional sobre o tema. Além disso, contou com a participação essencial de um grupo de especialistas de três áreas distintas do conhecimento - educação, medicina e sociologia - na adaptação do material à realidade brasileira.

### RECURSOS HUMANOS

Chegamos ao final de 2013 com aproximadamente 52,9 mil funcionários: 37,7 mil no Brasil e em HILA-Ex, 4,7 mil no Canadá e 10,4 mil nas unidades da América Latina Sul.

A Ambev investe permanentemente no desenvolvimento de nossa gente. Em 2013, a Universidade Ambev (UA) realizou treinamentos específicos (cultural/liderança, funcional e método) para 25.107 funcionários, totalizando mais de 8.450 horas de treinamento. No Brasil, os funcionários contam ainda com os investimentos da Fundação Zerrener em 948 bolsas de estudo de graduação, pós-graduação e de nível técnico, além de 17.938 auxílios para material escolar a funcionários e dependentes.

A Fundação Zerrener também oferece o programa Vida Legal, que estimula hábitos saudáveis, ações preventivas de saúde e tratamento de doenças crônicas, prestando ainda outros benefícios a seus funcionários e dependentes, com destaque para os planos de assistência médica, hospitalar, odontológica e educacional.

### DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

O EBITDA ajustado consolidado cresceu 10,5% em 2013, se comparado a 2012, atingindo R\$ 17.485,1 milhões. O crescimento de 9,9% da receita por hectolitro, combinado com o aumento dos custos por hectolitro de 10,5% e com o aumento de 7,7% nas despesas com vendas, gerais e administrativas totais resultaram em uma melhora da margem EBITDA de 180 pontos base no ano.

No Brasil, nosso volume de cervejas caiu 4,3% no ano devido a uma contração na indústria aliada a uma perda de participação de mercado contra o ano anterior. Nossa participação de mercado média no ano de 2012 foi de 67,9%. O volume de inovações cresceu principalmente com a lata de 550ml e a garrafa retornável de 300ml, mas também com a aceleração do crescimento de *premium* impulsionado por *Original*, *Stella Artois* e *Budweiser*. Nosso volume de RefrigeNanc teve uma redução de 2,0% devido a uma contração na respectiva indústria combinada com ganhos de participação de mercado, cuja média do ano foi 18,4%. Nosso EBITDA ajustado no Brasil foi de R\$ 12.082,7 milhões, um aumento de 10,1%, com expansão de margem de 250 pontos base.

HILA-Ex reportou EBITDA ajustado positivo de R\$ 462,1 milhões com crescimento orgânico de volume de 6,0% nas nossas operações e contínua captura de sinergias nas operações da República Dominicana, mesmo após finalizar o processo de integração da CND.

Apesar de um ambiente macroeconômico difícil na Argentina e da contração da indústria de cerveja no país, a operação da América Latina Sul teve EBITDA ajustado de R\$ 3.150,4 milhões, com crescimento orgânico de dois dígitos tanto em cerveja como em RefrigeNanc, a despeito das pressões de câmbio e inflação nos custos.

No Canadá, tivemos queda de 2,4% nos volumes principalmente devido à contração da indústria no ano. A receita por hectolitro cresceu 2,1% organicamente enquanto o EBITDA ajustado sofreu uma de queda de 1,2%, alcançando R\$ 1.789,9 milhão.

O caixa gerado pelas operações foi de R\$ 17.377,3 milhões crescendo 10,1% em comparação ao ano anterior, resultado do nosso forte desempenho operacional. Nosso lucro líquido ajustado foi de R\$ 11.383,3 milhões, com crescimento de 8,7%.

Os quadros abaixo apresentam os destaques financeiros consolidados e por segmento de negócios referentes aos períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2012 e 2013.

Destques financeiros - consolidado R\$ milhões			%	
	2012	2013	Reportado	Orgânico
Total volumes	169.839,4	165.169,2	-2,7%	-3,2%
Cerveja	122.478,6	118.811,3	-3,0%	-3,6%
RefrigeNanc	47.360,8	46.357,9	-2,1%	-2,2%
Receita líquida	32.231,0	34.791,4	7,9%	6,4%
Lucro bruto	21.771,2	23.393,6	7,5%	6,1%
Margem bruta	67,5%	67,2%	-30 bps	-10 bps
<b>EBITDA</b>	15.569,8	17.455,9	12,1%	10,6%
Margem EBITDA	48,3%	50,2%	190 bps	190 bps
<b>EBITDA ajustado</b>	15.620,1	17.485,1	11,9%	10,5%
Margem EBITDA ajustado	48,5%	50,3%	180 bps	180 bps
Lucro líquido	10.420,6	11.354,1	9,0%	
Lucro líquido ajustado	10.470,9	11.383,3	8,7%	
<b>Lucro líquido - Ambev</b>	6.327,3	9.535,0	50,7%	
<b>Lucro líquido ajustado - Ambev</b>	6.377,6	9.564,2	50,0%	
Nº de ações em circulação (milhões)	9.693,6	12.677,6		
<b>LPA (R\$/ação)</b>	0,65	0,75	15,2%	
<b>LPA ajustado</b>	0,66	0,75	15,0%	

Nota: O cálculo do lucro por ação é baseado nas ações em circulação (total de ações existentes, menos ações em tesouraria).

Brasil consolidado R\$ milhões			Conversão		%		
	2012	Escopo	Moeda	Orgânico	2013	Reportado	Orgânico
Volume ('000 hl)	117.486,6	-	-	(4.338,6)	113.148,0	-3,7%	-3,7%
Receita líquida	20.977,8	-	-	1.063,0	22.040,8	5,1%	5,1%
CPV (6.409,8)	-	-	-	(502,0)	(6.911,8)	7,8%	7,8%
<b>Lucro bruto</b>	<b>14.568,0</b>	-	-	<b>561,0</b>	<b>15.129,0</b>	<b>3,9%</b>	<b>3,9%</b>
Margem bruta	69,4%	-	-	-	68,6%	-80 bps	-80 bps
SG&A total (5.747,7)	-	-	-	(457,8)	(6.205,4)	8,0%	8,0%
Outras rec operacionais	836,4	-	-	939,0	1.775,4	112,3%	112,3%
<b>EBIT ajustado</b>	<b>9.656,7</b>	-	-	<b>1.042,3</b>	<b>10.699,0</b>	<b>10,8%</b>	<b>10,8%</b>
Margem EBIT ajustado	46,0%	-	-	-	48,5%	250 bps	250 bps
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>10.974,3</b>	-	-	<b>1.108,4</b>	<b>12.082,7</b>	<b>10,1%</b>	<b>10,1%</b>
Margem EBITDA ajustado	52,3%	-	-	-	54,8%	250 bps	250 bps

Brasil - cerveja R\$ milhões			Conversão		%		
	2012	Escopo	Moeda	Orgânico	2013	Reportado	Orgânico
Volume ('000 hl)	86.692,2	-	-	(3.718,3)	82.973,9	-4,3%	-4,3%
Receita líquida	17.598,3	-	-	808,9	18.407,2	4,6%	4,6%
CPV (4.995,8)	-	-	-	(327,9)	(5.323,7)	6,6%	6,6%
<b>Lucro bruto</b>	<b>12.602,5</b>	-	-	<b>481,0</b>	<b>13.083,4</b>	<b>3,8%</b>	<b>3,8%</b>
Margem bruta	71,6%	-	-	-	71,1%	-50 bps	-50 bps
SG&A total (5.028,6)	-	-	-	(379,8)	(5.408,4)	7,6%	7,6%
Outras rec operacionais	650,9	-	-	758,9	1.409,8	116,6%	116,6%
<b>EBIT ajustado</b>	<b>8.224,8</b>	-	-	<b>860,1</b>	<b>9.084,8</b>	<b>10,5%</b>	<b>10,5%</b>
Margem EBIT ajustado	46,7%	-	-	-	49,4%	270 bps	270 bps
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>9.312,8</b>	-	-	<b>917,0</b>	<b>10.229,8</b>	<b>9,8%</b>	<b>9,8%</b>
Margem EBITDA ajustado	52,9%	-	-	-	55,6%	270 bps	270 bps

Brasil - RefrigeNanc R\$ milhões			Conversão		%		
	2012	Escopo	Moeda	Orgânico	2013	Reportado	Orgânico
Volume ('000 hl)	30.794,4	-	-	(620,3)	30.174,1	-2,0%	-2,0%
Receita líquida	3.379,6	-	-	254,1	3.633,7	7,5%	7,5%
CPV (1.414,0)	-	-	-	(174,1)	(1.588,1)	12,3%	12,3%
<b>Lucro bruto</b>	<b>1.965,5</b>	-	-	<b>80,0</b>	<b>2.045,6</b>	<b>4,1%</b>	<b>4,1%</b>
Margem bruta	58,2%	-	-	-	56,3%	-190 bps	-190 bps
SG&A total (719,1)	-	-	-	(78,0)	(797,1)	10,8%	10,8%
Outras rec operacionais	185,5	-	-	180,1	365,6	97,1%	97,1%
<b>EBIT ajustado</b>	<b>1.431,9</b>	-	-	<b>182,2</b>	<b>1.614,1</b>	<b>12,7%</b>	<b>12,7%</b>
Margem EBIT ajustado	42,4%	-	-	-	44,4%	200 bps	200 bps
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>1.661,5</b>	-	-	<b>191,4</b>	<b>1.852,9</b>	<b>11,5%</b>	<b>11,5%</b>
Margem EBITDA ajusta-do	49,2%	-	-	-	51,0%	180 bps	180 bps

<sup>1</sup> As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas em reais nominais, de acordo com os critérios do padrão contábil internacional (IFRS) e devem ser lidas em conjunto com os relatórios financeiros do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, arquivados na CVM e apresentados à SEC. Segregamos neste relatório o impacto do resultado orgânico das mudanças de escopo e diferenças de câmbio. As mudanças de escopo representam o impacto de aquisições e vendas de ativos, o início ou término de atividades ou a transferência de atividades entre segmentos, mudanças de estimativas contábeis ano contra ano e outras premissas que os administradores não consideram parte do desempenho de negócio. Exceto quando especificado o contrário, variações percentuais no documento são orgânicas e ajustadas por natureza. Sempre que utilizado neste relatório, o termo "ajustado" se refere às medidas de desempenho (EBITDA, EBIT, Lucro Líquido, LPA) antes de itens não recorrentes. Itens não recorrentes são receitas ou despesas que não ocorrem no curso normal das atividades da Companhia. Estas são apresentadas separadas dada a importância delas para o entendimento do desempenho da Companhia devido à sua natureza ou magnitude. Medidas ajustadas são medidas adicionais utilizadas pela administração, e não devem substituir as medidas calculadas em conformidade com as IFRS como indicadores do desempenho da Companhia. Comparações, exceto quando especificado o contrário, referem-se ao resultado do ano de 2012 (12M12). Os somatórios podem não conferir devido a arredondamentos.



## RELATORIO DA ADMINISTRAÇÃO

HILA-Ex R\$ milhões	2012	Escopo	Conversão		2013	Reportado	% Orgânico	% Orgânico
			Moeda	Orgânico				
Volume total ('000 hl)	4.895,6	780,5	-	-	292,2	5.968,3	21,9%	6,0%
Receita líquida	971,7	278,5	53,4	53,4	135,3	1.438,9	48,1%	13,9%
CPV	(455,9)	(104,3)	(26,8)	(26,8)	(53,8)	(640,8)	40,6%	11,8%
<b>Lucro bruto</b>	<b>515,8</b>	<b>174,2</b>	<b>26,6</b>	<b>26,6</b>	<b>81,5</b>	<b>798,1</b>	<b>54,7%</b>	<b>15,8%</b>
Margem bruta	53,1%	-	-	-	-	55,5%	240 bps	90 bps
SG&A total	(391,0)	(75,0)	(19,0)	(19,0)	10,8	(474,2)	21,3%	-2,8%
Outras desp./rec. operacionais	3,7	(4,1)	(0,1)	(0,1)	(7,0)	(7,5)	ns	-187,7%
<b>EBIT ajustado</b>	<b>128,5</b>	<b>95,1</b>	<b>7,4</b>	<b>7,4</b>	<b>85,4</b>	<b>316,4</b>	<b>146,2%</b>	<b>66,4%</b>
Margem EBIT ajustado	13,2%	-	-	-	-	22,0%	880 bps	610 bps
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>235,1</b>	<b>127,8</b>	<b>12,5</b>	<b>12,5</b>	<b>86,8</b>	<b>462,1</b>	<b>96,6%</b>	<b>36,9%</b>
Margem EBITDA ajustado	24,2%	-	-	-	-	32,1%	790 bps	490 bps

### Itens não recorrentes

Os itens não recorrentes totalizaram uma despesa de R\$ 29,2 milhões em 2013 devido a gastos com reestruturação, comparado a uma despesa de R\$ 50,4 milhões em 2012, resultado principalmente de (i) gastos com reestruturação e (ii) gastos com aquisição de subsidiárias.

Itens não recorrentes	2012	2013
<b>R\$ milhões</b>		
Reestruturação	(31,3)	(29,2)
Aquisição de subsidiárias	(15,8)	-
Itens não recorrentes	(3,3)	-
	<b>(50,4)</b>	<b>(29,2)</b>

### Resultado financeiro

O resultado financeiro foi uma despesa de R\$ 1.563,4 milhões, comparado a uma despesa de R\$ 889,7 milhões em 2012.

Resultado financeiro líquido	2012	2013
<b>R\$ milhões</b>		
Receitas de juros	250,5	342,6
Despesas com juros	(370,6)	(532,4)
Ganhos/(perdas) com derivativos	(239,7)	(201,0)
Ganhos/(perdas) com instrumentos não derivativos	(117,9)	(515,8)
Impostos sobre transações financeiras	(109,5)	(86,4)
Juros sobre Planos de Pensão	(82,0)	(86,5)
Outras receitas/(despesas) financeiras líquidas	(220,5)	(483,9)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(889,7)</b>	<b>(1.563,4)</b>

A dívida total da Companhia reduziu de R\$ 3.143,7 milhões em dezembro de 2012 para R\$ 2.894,1 milhões em dezembro de 2013.

Detalhamento da Dívida	Dezembro 2012			Dezembro 2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda Local	667,4	1.756,4	2.423,8	574,9	1.361,8	1.936,7
Moeda Estrangeira	170,4	549,6	720,0	465,7	491,7	957,4
<b>Dívida Consolidada</b>	<b>837,8</b>	<b>2.306,0</b>	<b>3.143,7</b>	<b>1.040,6</b>	<b>1.853,5</b>	<b>2.894,1</b>
Caixa e Equivalentes a Caixa	8.974,2			11.285,8		
Aplicações						
Financeiras Correntes	476,6			288,6		
<b>Dívida/(Caixa) Líquido</b>	<b>(6.307,1)</b>			<b>(8.680,4)</b>		

### Imposto de renda e contribuição social

A alíquota efetiva foi de 17,8%, contra a alíquota do ano anterior de 18,2%. Os principais fatores que geraram esta redução na alíquota efetiva durante o ano foram os maiores benefícios fiscais (juros sobre capital próprio e amortização de ágio).

### Participações de empregados e administradores

No ano de 2013 a participação nos lucros de empregados e administradores foi de R\$ 178,4 milhões. Este valor faz parte da política de remuneração variável da Companhia, segundo a qual a maioria dos empregados tem uma parte significativa de sua remuneração sujeita ao cumprimento de metas de desempenho.

### Participação dos não controladores

As despesas com participações dos não controladores em subsidiárias da Companhia acumularam R\$ 1.819,1 milhões, contra uma despesa de R\$ 4.093,3 milhões em 2012, variação explicada principalmente como resultado do ajuste pela adoção da prática contábil do custo precedente dada a Incorporação de Ações ocorrida em 2013.

### Lucro líquido ajustado

O lucro líquido ajustado para itens não recorrentes em 2013 foi de R\$ 11.383,3 milhões, um aumento de 8,7% comparado ao ano de 2012.

### Dividendos e ações

Nosso estatuto social prevê dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 40% do lucro líquido anual ajustado da Companhia, incluindo as quantias pagas a título de juros sobre capital próprio. Em 2013 foi anunciada a distribuição de R\$ 4.151,1 milhões entre dividendos e juros sobre capital próprio e não houve recompra de ações no mercado.

Na BM&FBOVESPA foram negociados aproximadamente R\$ 4,5 bilhões em ações ordinárias da Ambev S.A. desde o início de sua negociação, em 11 de novembro de 2013, até 30 de dezembro de 2013. Neste período, o Índice Bovespa teve uma desvalorização de 2,1%, enquanto nossas ações terminaram o ano cotadas a R\$ 17,3, representando uma desvalorização de 0,5% desde o início de sua negociação.

### Reconciliação entre lucro líquido e EBITDA

O EBITDA ajustado e o EBIT são medidas utilizadas pela Administração da Companhia para medir seu desempenho. O EBITDA ajustado é calculado excluindo-se do lucro líquido do exercício os seguintes efeitos: (i) Participação de não controladores, (ii) Despesa com imposto de renda, (iii) Participação nos resultados de coligadas, (iv) Resultado financeiro líquido, (v) Itens não recorrentes, e (vi) Despesas com depreciações e amortizações.

O EBITDA ajustado e o EBIT não são medidas contábeis utilizadas nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em IFRS ou nos Estados Unidos da América (US GAAP), e não devem ser considerados como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na condição de indicador de liquidez. Nossa definição de EBITDA ajustado e EBIT podem não ser comparáveis ao EBITDA ajustado e ao EBIT ou ao EBITDA ajustado conforme definido por outras empresas.

Reconciliação lucro líquido - EBITDA	2012	2013
<b>Lucro líquido - Ambev</b>	<b>6.327,3</b>	<b>9.535,0</b>
Participação dos não controladores	4.093,3	1.819,1
Despesa com imposto de renda e contribuição social	2.320,1	2.457,6
<b>Lucro antes de impostos</b>	<b>12.740,6</b>	<b>13.811,7</b>
Participação nos resultados de coligadas e subsidiárias	(0,5)	(11,4)
Resultado financeiro líquido	889,7	1.563,4
Itens não recorrentes	50,4	29,2
<b>EBIT ajustado</b>	<b>13.680,2</b>	<b>15.392,9</b>
Depreciação & amortização - total	1.939,9	2.092,2
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>15.620,2</b>	<b>17.485,1</b>

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, o Diretor Geral e o Diretor de Relações com Investidores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

## RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A política de atuação junto aos nossos auditores independentes na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se consubstancia em princípios que preservam a independência do auditor. Estes princípios estabelecem que:

- o auditor não deve auditar seu próprio trabalho;
- o auditor não deve exercer funções gerenciais; e,
- o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Adotamos política e procedimentos de pré-aprovação segundo os quais todos os serviços de auditoria e outros serviços prestados por auditores independentes contratados pela Ambev e por suas subsidiárias devem ser aprovados pelo nosso Conselho Fiscal, o qual também cumpre as funções de um comitê de auditoria para os propósitos da Lei Sarbanes-Oxley de 2002, em conformidade com a Regra 10A-3(c). O Conselho Fiscal adota uma lista de serviços e limites de valor para a contratação de cada tipo de serviço, de acordo com os termos incluídos em uma Lista Básica, por sua vez aprovada pelo Conselho de Administração. Qualquer serviço constante dessa lista é considerado "pré-aprovado" dentro dos limites individuais de valor, e que no agregado anual não ultrapassem 20% dos honorários anuais de auditoria. Trimestralmente, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal recebem do Diretor Financeiro, um relatório resumido sobre o progresso dos serviços prestados pré-aprovados e os honorários correspondentes devidamente autorizados. Quaisquer serviços não apresentados nessa Lista Básica requerem uma opinião anterior favorável do Conselho Fiscal e a aprovação do Conselho de Administração. Nossa política contém também uma lista de serviços que não podem ser prestados por nossos auditores externos. Essa política é revista anualmente pelo Conselho de Administração, por recomendação do Conselho Fiscal.

## SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

Tais informações incluem serviços prestados, além dos serviços de auditoria externa, para a Companhia ou suas controladas durante o ano de 2013.

Foram prestados 15 serviços, todos com prazo de execução inferior a um ano, relacionados à:

- Assistência na prestação do documento, declarações fiscais e tributárias;
- Consultoria tributária; e,
- Assistência e revisão de informações e controles.

Contratamos um total de R\$ 441 mil referente a tais serviços, o que equivale a aproximadamente 3,2% dos honorários de auditoria externa relativos às Demonstrações Financeiras de 2013 da Companhia e suas controladas.

A Companhia entende que o processo de aprovação existente e a proporção dos serviços adicionais, não comprometem a independência do auditor.

## ANÁLISE DO DESEMPENHO FINANCEIRO

### Receita líquida

A receita líquida apresentou aumento de 6,4% em 2013, atingindo R\$ 34.791,4 milhões.

#### Operações Brasil

A receita líquida gerada por nossas operações de Cerveja e RefrigereNanc no Brasil cresceu 5,1%, chegando a R\$ 22.040,8 milhões.

#### Cerveja

A receita líquida proveniente das vendas de cerveja no Brasil em 2013 subiu 4,6%, acumulando R\$ 18.407,2 milhões. Este aumento foi devido à redução de 4,3% no volume de vendas compensado pelo aumento de 9,3% na receita por hectolitro que chegou a R\$ 221,8, como consequência da nossa gestão de receitas, do maior mix de marcas *premium* e do maior peso da distribuição direta, parcialmente compensados pelo aumento de impostos.

#### RefrigeNanc

A receita líquida gerada pela operação de RefrigereNanc em 2013 cresceu 7,5%, atingindo R\$ 3.633,7 milhões. Os principais elementos que contribuíram para esse resultado foram a redução de 2,0% no volume de vendas e o aumento de 9,7% da receita por hectolitro devido à nossa gestão de receitas, parcialmente compensados por maiores impostos.

#### HILA-Ex

As operações da Ambev em HILA-Ex apresentaram um aumento da receita líquida em 2013 de 13,9%, acumulando R\$ 1.438,9 milhões.

#### América Latina Sul

As operações na América Latina Sul contribuíram com R\$ 7.051,7 milhões para a receita consolidada da Ambev, representando um crescimento de 14,0%. O principal fator que contribuiu para o aumento da receita foi o aumento de 17,7% na receita por hectolitro, alcançando R\$ 191,0. Esse aumento foi decorrente dos nossos ajustes de preços, em conjunto com um forte desempenho de nossas marcas *premium*.

#### América do Norte

As operações da *Labatt* contribuíram com R\$ 4.260,1 milhões para a nossa receita consolidada, uma redução orgânica de 0,4% em relação ao ano anterior. Esse resultado é decorrente da queda de nossos volumes, parcialmente compensada pelo aumento da receita por hectolitro de 2,1%.

#### Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos em 2013 teve um crescimento de 7,0%, totalizando R\$ 11.397,8 milhões.

#### Brasil

O custo dos produtos vendidos na unidade de negócios Brasil foi de R\$ 6.911,8 milhões, crescendo 7,8%.

#### Cerveja

O custo dos produtos vendidos da operação de cerveja no Brasil cresceu 6,6%, chegando a R\$ 5.323,7 milhões, enquanto o custo dos produtos vendidos por hectolitro apresentou um aumento de 11,3%. O principal fator que contribuiu para este aumento foi o custo de matéria prima indexada ao dólar americano, *hedgado* para reais por uma taxa maior do que no ano anterior, parcialmente compensado por *commodities hedgadas* por um preço menor do que no ano anterior.

#### RefrigeNanc

O custo dos produtos vendidos da operação de RefrigereNanc no Brasil aumentou 12,3% chegando a R\$ 1.588,1 milhões. O custo dos produtos vendidos por hectolitro aumentou 14,6% totalizando R\$ 52,6, impactado por custo de matéria-prima indexada ao dólar americano, *hedgado* para reais por uma taxa maior do que no ano anterior, parcialmente compensado por custos de *commodities*, os quais foram *hedgados* por preços menores do que no ano anterior.

#### HILA-Ex

O custo dos produtos vendidos nas nossas operações na HILA-Ex aumentou 11,8% chegando a R\$ 640,8 milhões. O principal impacto que explica esse aumento é a inflação geral na região.

#### América Latina Sul

A América Latina Sul teve um aumento de 7,0% no custo dos produtos vendidos, totalizando R\$ 2.605,0 milhões em 2013, o que representa um crescimento do custo dos produtos vendidos por hectolitro de 10,4%. Os principais efeitos que explicam esse aumento são inflação geral e maiores custos de mão-de-obra, principalmente na Argentina, parcialmente compensados pelos preços de *commodities*.

#### América do Norte

O custo dos produtos vendidos da *Labatt* no ano aumentou 0,7% em comparação com o ano anterior totalizando R\$ 1.240,3 milhões.

### Despesas com vendas, gerais e administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas da Companhia totalizaram R\$ 9.762,2 milhões, crescendo 7,7% no ano.

#### Brasil

As despesas com vendas, gerais e administrativas no Brasil somaram R\$ 6.205,4 milhões, aumentando 8,0%.

#### Cerveja

As despesas com vendas, gerais e administrativas atingiram R\$ 5.408,4 milhões, apresentando um crescimento de 7,6%. O crescimento das despesas operacionais foi resultado principalmente de maiores custos logísticos devido ao maior peso de distribuição direta.

#### RefrigeNanc

Despesas com vendas, gerais e administrativas para RefrigereNanc acumularam R\$ 797,1 milhões, um crescimento de 10,8% no período, também impactado devido a maiores custos logísticos como consequência de um maior *mix* de distribuição direta.

#### HILA-Ex

As despesas com vendas, gerais e administrativas das operações da Ambev na HILA-Ex somaram R\$ 474,2 milhões, uma redução orgânica de 2,8%, uma vez que continuamos capturando sinergias na República Dominicana.

#### América Latina Sul

As despesas com vendas, gerais e administrativas na América Latina Sul acumularam R\$ 1.671,6 milhões, crescendo 16,2% devido a (i) maiores gastos com transporte e salários decorrente principalmente da inflação argentina e (ii) maiores despesas com marketing na região para suportar nossas marcas.

#### América do Norte

As despesas da *Labatt* com vendas, gerais e administrativas totalizaram R\$ 1.411,0 milhões, ficando praticamente estável em 0,4%.

### Outras receitas/(despesas) operacionais

O saldo líquido de outras receitas e despesas operacionais referente ao exercício de 2013 representou um ganho de R\$ 1.761,5 milhões, comparado ao ganho de R\$ 863,4 milhões registrado em 2012, principalmente devido a maiores subvenções governamentais.

Outras receitas/(despesas) operacionais	2012	2013
<b>R\$ milhões</b>		
Subvenção governamental/AVP de incentivos fiscais (Adições)/reversões de provisões	698,5 (30,5)	1.148,0 (69,9)
(Perda)/ganho na alienação de imobilizado, intangível e ativo mantido para venda	36,4	24,3
Outras receitas (despesas) operacionais	159,0	659,2
	<b>863,4</b>	<b>1.761,5</b>



## BALANÇOS PATRIMONIAIS | Em 31 de Dezembro de 2013, 2012 e 2011 (em milhões de reais)

Ativo	Nota	Controladora			Consolidado			Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora			Consolidado		
		2013	2012	2011	2013	2012	2011			2013	2012	2011	2013	2012	2011
Caixa e equivalentes a caixa	5	137,0	48,2	69,5	11.285,8	8.974,3	8.145,7	Contas a pagar e demais contas a pagar	14	957,6	30,3	28,3	15.107,5	13.579,3	11.302,1
Aplicações financeiras	6	-	-	-	288,6	476,6	193,4	Empréstimos e financiamentos	15	-	-	-	1.040,6	837,8	2.212,1
Contas a receber e demais contas a receber	7	9,6	21,5	9,9	5.443,7	4.268,0	3.875,3	Conta garantida	5	-	-	-	-	0,1	12,3
Estoques	8	-	-	-	2.795,5	2.466,3	2.238,5	Imposto de renda e contribuição social a pagar	16	-	-	-	887,5	972,4	793,9
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2,6	2,0	2,6	656,4	116,5	293,9	Provisões		-	-	-	145,0	137,5	101,6
Ativos mantidos para venda		-	-	-	-	4,1	0,4	<b>Passivo circulante</b>		<b>957,6</b>	<b>30,3</b>	<b>28,3</b>	<b>17.180,6</b>	<b>15.527,1</b>	<b>14.422,0</b>
<b>Ativo circulante</b>		<b>149,2</b>	<b>71,7</b>	<b>82,0</b>	<b>20.470,0</b>	<b>16.305,8</b>	<b>14.747,2</b>	Contas a pagar e demais contas a pagar	14	-	-	-	1.556,9	3.064,0	1.196,6
Aplicações financeiras	6	-	-	-	63,8	249,4	242,1	Empréstimos e financiamentos	15	86,4	-	-	1.853,5	2.306,0	1.890,2
Contas a receber e demais contas a receber	7	-	-	-	2.260,2	1.855,0	1.232,0	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	-	-	-	2.095,7	1.367,7	1.112,0
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	837,1	9,7	-	1.646,5	1.428,2	1.447,1	Provisões	16	-	-	-	431,7	518,1	478,4
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		0,3	-	-	11,1	12,3	16,3	Benefícios a funcionários	17	-	-	-	1.558,3	1.780,9	1.602,9
Benefícios a funcionários	17	-	-	-	23,5	25,5	18,5	<b>Passivo não circulante</b>		<b>86,4</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.496,1</b>	<b>9.036,7</b>	<b>6.280,1</b>
Investimentos	10	42.896,2	25.155,6	23.034,4	26,5	24,0	21,7	<b>Total do passivo</b>		<b>1.044,0</b>	<b>30,3</b>	<b>28,3</b>	<b>24.676,7</b>	<b>24.563,8</b>	<b>20.702,1</b>
Imobilizado	11	-	-	-	13.937,8	12.351,3	10.375,5	<b>Patrimônio líquido</b>	18						
Ativo intangível	12	-	-	-	3.213,6	2.936,1	1.912,8	Capital social		57.000,8	249,1	249,1	57.000,8	249,1	249,1
Ágio	13	-	-	-	27.021,1	26.645,2	23.814,2	Reservas		61.220,3	51,7	54,3	61.220,3	51,7	54,3
<b>Ativo não circulante</b>		<b>43.733,6</b>	<b>25.165,3</b>	<b>23.034,4</b>	<b>48.204,1</b>	<b>45.527,0</b>	<b>39.080,2</b>	Ajuste de avaliação patrimonial		(75.382,3)	24.905,9	22.784,7	(75.382,3)	24.905,8	22.784,7
<b>Total do ativo</b>		<b>43.882,8</b>	<b>25.237,0</b>	<b>23.116,4</b>	<b>68.674,1</b>	<b>61.832,8</b>	<b>53.827,4</b>	<b>Patrimônio líquido de controladores</b>		<b>42.838,8</b>	<b>25.206,7</b>	<b>23.088,1</b>	<b>42.838,8</b>	<b>25.206,6</b>	<b>23.088,1</b>
								Participação de não controladores		-	-	-	1.158,6	12.062,4	10.037,2
								<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>42.838,8</b>	<b>25.206,7</b>	<b>23.088,1</b>	<b>43.997,4</b>	<b>37.269,0</b>	<b>33.125,3</b>
								<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>43.882,8</b>	<b>25.237,0</b>	<b>23.116,4</b>	<b>68.674,1</b>	<b>61.832,8</b>	<b>53.827,4</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS  
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (em milhões de reais)

Receita líquida	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Receita líquida	20	-	-	34.791,4	32.231,0
Custo dos produtos vendidos		-	-	(11.397,8)	(10.459,8)
<b>Lucro bruto</b>		-	-	<b>23.393,6</b>	<b>21.771,2</b>
Despesas comerciais		-	-	(8.025,8)	(7.350,9)
Despesas administrativas		(3,2)	(0,8)	(1.736,5)	(1.603,5)
Outras receitas (despesas) operacionais	21	43,1	(0,5)	1.761,5	863,4
<b>Lucro operacional antes dos itens não recorrentes</b>		<b>39,9</b>	<b>(1,3)</b>	<b>15.392,8</b>	<b>13.680,2</b>
Reestruturação	23	-	-	(29,2)	(31,3)
Aquisição de subsidiárias	23	-	-	-	(15,8)
Outras despesas não recorrentes	23	-	-	-	(3,3)
<b>Lucro operacional</b>		<b>39,9</b>	<b>(1,3)</b>	<b>15.363,6</b>	<b>13.629,8</b>
Despesas financeiras	24	(1,5)	-	(2.495,9)	(1.556,4)
Receitas financeiras	24	5,4	5,1	932,5	666,8
<b>Resultado financeiro, líquido</b>		<b>3,9</b>	<b>5,1</b>	<b>(1.563,4)</b>	<b>(889,6)</b>
Participação nos resultados de controladas e coligadas	10	8.677,6	6.313,7	11,4	0,5
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>8.721,4</b>	<b>6.317,5</b>	<b>13.811,6</b>	<b>12.740,7</b>
Imposto de renda e contribuição social	25	813,6	9,8	(2.457,6)	(2.320,1)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>9.535,0</b>	<b>6.327,3</b>	<b>11.354,0</b>	<b>10.420,6</b>

Atribuído a:

Participação dos controladores	9.535,0	6.327,3	9.534,9	6.327,3
Participação dos não controladores	-	-	1.819,1	4.093,3
Lucro por ação ordinária (básico) <sup>(i)</sup>	18	0,75	0,65	0,75
Lucro por ação ordinária (diluído) <sup>(i)</sup>	18	0,74	0,64	0,74

<sup>(i)</sup> As informações relacionadas ao cálculo do lucro por ação de 2012 foram refeitas para refletir o efeito dos aportes de capital, conforme descrito na Nota 1(c).

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (em milhões de reais)

Lucro líquido do exercício	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Lucro líquido do exercício		9.535,0	6.327,3	11.354,0	10.420,6
<b>Itens que não serão reclassificados para o resultado:</b>					
Reconhecimento integral de ganhos/perdas atuariais		202,1	-	201,0	-
<b>Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado:</b>					
Ganhos e (perdas) na conversão de operações no exterior		225,5	314,3	359,6	314,3
Hedges de fluxo de caixa - ganhos e (perdas)		-	-	-	-
Reconhecido no patrimônio líquido (Reserva de hedge)		280,9	-	280,9	-
Excluído do patrimônio líquido (Reserva de hedge) e incluído no resultado		(220,6)	-	(220,6)	-
Variação do imposto de renda diferido no patrimônio líquido (Reserva de hedge)		2,1	-	4,0	-
Total Hedges de fluxo de caixa		62,4	-	64,3	-
<b>Outros resultados abrangentes, líquido de imposto</b>		<b>490,0</b>	<b>314,3</b>	<b>624,9</b>	<b>314,3</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>10.025,0</b>	<b>6.641,6</b>	<b>11.978,9</b>	<b>10.734,9</b>
Atribuído a:					
Participação dos controladores		10.025,0	6.641,6	10.025,1	6.641,6
Participação de não controladores		-	-	1.953,8	4.093,3

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (em milhões de reais)

Saldo em 1º de janeiro de 2013 - originalmente emitido	Atribuído à participação dos controladores			Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital Social	Reservas de capital	Reservas de lucros acumulados		
Saldo em 1º de janeiro de 2013 - originalmente emitido	249,1	-	51,7	-	977,3
Ajuste mudança de prática contábil (Nota 1)	-	-	-	-	24.229,4
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2013 - ajustado</b>	<b>249,1</b>	<b>-</b>	<b>51,7</b>	<b>-</b>	<b>24.905,9</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.322,8	2.212,1
<b>Resultado Abrangente:</b>					
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	-	-	-	-	225,5
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	62,5
Ganhos/(perdas) atuariais	-	-	-	-	202,1
<b>Resultado abrangente do exercício</b>					<b>2.702,2</b>
Aumento de capital (i)	8.224,3	6.775,1	1.431,9	-	(16.413,8)
Incorporação de ações	48.527,4	48.527,4	-	-	97.054,8
Ajuste contábil transação com não-controladores	-	-	-	-	(85.242,6)
Gastos com emissão de ações	-	(26,9)	-	-	(26,9)
Opção de venda de participação em controlada	-	-	-	-	(54,1)
Ganhos / (perdas) de participação	-	-	-	-	(28,2)
Dividendos distribuídos	-	-	(13,1)	(2.036,0)	(2.049,1)
Dividendos provisionados à distribuir	-	-	-	(915,1)	(915,1)
Compra de ações e resultado de ações em tesouraria	-	(28,8)	-	-	(28,8)
Pagamentos baseados em ações	-	115,7	-	-	115,7
Dividendos prescritos	-	-	-	15,6	15,6
Efeito reflexo pela adoção do custo precedente (ii)	-	-	-	-	(1.251,7)
<b>Constituição de reservas - destinações:</b>					
Reserva de incentivos fiscais	-	-	418,0	(418,0)	-
Reserva de investimentos	-	-	906,0	(906,0)	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	3.063,3	(3.063,3)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>57.000,8</b>	<b>55.362,5</b>	<b>5.857,8</b>	<b>-</b>	<b>(75.382,3)</b>

(i) Conforme descrito na Nota 1(c), a Companhia adotou a prática contábil do custo precedente para a Contribuição de Ações. Deste modo, o valor equivalente à participação contribuída já está refletido no patrimônio da Ambev S.A. desde 1 de janeiro de 2012 e, no momento do aporte de capital, foi reclassificado da conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial para demais contas do patrimônio líquido de acordo com o disposto nos atos societários.

(ii) Refere-se principalmente a efeitos reflexos da distribuição de resultados de controlada até abril de 2013, como consequência da adoção da prática contábil do custo precedente, conforme Nota 1(c).

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Saldo em 1º de janeiro de 2012 - originalmente emitido	Atribuído à participação dos controladores			Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital Social	Reservas de capital	Reservas de lucros acumulados		
Saldo em 1º de janeiro de 2012 - originalmente emitido	249,1	-	40,2	-	800,2
Ajuste mudança de prática contábil (Nota 1)	-	-	-	-	22.287,9
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2012 - ajustado</b>	<b>249,1</b>	<b>-</b>	<b>40,2</b>	<b>-</b>	<b>22.784,7</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	13,6	6.313,7
<b>Resultado Abrangente:</b>					
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	-	-	-	-	194,6
<b>Resultado abrangente do exercício</b>					<b>5.353,6</b>
Dividendos	-	-	(11,0)	-	(11,0)
Juros sobre o capital próprio	-	-	(38,1)	-	(38,1)
Ajuste mudança de prática contábil	-	-	-	32,9	32,9
Efeito reflexo pela adoção do custo precedente (i)	-	-	-	-	(4.506,9)
<b>Constituição de reservas - destinações:</b>					
Reserva legal	-	-	2,4	(2,4)	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	47,2	(47,2)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>249,1</b>	<b>-</b>	<b>51,7</b>	<b>-</b>	<b>24.905,9</b>

(i) Refere-se principalmente a efeitos reflexos da distribuição de resultados de controlada em 2012, como consequência da adoção da prática contábil do custo precedente, conforme Nota 1(c).

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (em milhões de reais)

Lucro líquido do exercício	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Lucro líquido do exercício		9.535,0	6.327,3	11.354,1	10.420,6
Depreciação, amortização e impairment		-	-	2.092,2	1.939,9
Perda por impairment no contas a receber, estoques e demais contas a receber		-	-	117,1	127,0
Aumento/(redução) nas provisões e benefícios a funcionários		-	-	203,3	173,2
Resultado financeiro líquido	24	(3,9)	(5,1)	1.563,4	889,6
Perda/(ganho) na venda de imobilizado e intangíveis		-	-	(24,3)	(36,8)
Perda/(ganho) na venda de ativos mantidos para venda		-	-	-	3,7
Despesa com pagamentos baseados em ações	27	-	-	182,2	144,6
Imposto de renda e contribuição social	25	(813,6)	(9,8)	2.457,6	2.320,1
Participação nos resultados de controladas e coligadas	10	(8.677,6)	(6.313,7)	(11,4)	(0,5)
Outros itens não-monetários incluídos no lucro		-	-	(228,1)	(223,0)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais antes do capital de giro e provisões</b>		<b>39,9</b>	<b>(1,3)</b>	<b>17.706,1</b>	<b>15.758,4</b>
Aumento no contas a receber e demais contas a receber		(2,9)	(4,6)	(1.173,9)	(343,2)
Aumento nos estoques		-	-	(422,7)	(196,2)
Aumento nas provisões, contas a pagar e demais contas a pagar		20,5	11,0	1.267,7	560,2
<b>Geração de caixa das atividades operacionais</b>		<b>57,5</b>	<b>5,1</b>	<b>17.377,2</b>	<b>15.779,2</b>



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (em milhões de reais)

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

#### (a) Objeto social

A Ambev S.A. (referida como "Companhia" ou "Ambev S.A."), com sede em São Paulo - São Paulo tem por objetivo, mediante participação direta e indireta em outras sociedades, no Brasil e em outros países nas Américas, produzir e comercializar cervejas, chopes, refrigerantes, outras bebidas não alcoólicas, malte e alimentos em geral.

As controladoras direta e final da Companhia são a InterBrew International B.V. ("IIBV") e a Anheuser-Busch InBev S.A./N.V. ("ABI"), respectivamente.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2014.

#### (b) Reestruturação Societária Ambev

Em 7 de dezembro de 2012, a Companhia de Bebidas das Américas - Ambev ("Companhia de Bebidas") anunciou aos seus acionistas proposta de reorganização societária visando a migração de sua estrutura acionária com duas espécies de ações (ordinárias e preferenciais) para uma estrutura com espécie única de ações ordinárias.

A reorganização societária proposta teve por objetivo simplificar a estrutura societária e aprimorar a governança da Companhia de Bebidas, com vistas a aumentar a liquidez para todos os acionistas, reduzir custos operacionais e administrativos e aumentar a flexibilidade para a gestão de sua estrutura de capital.

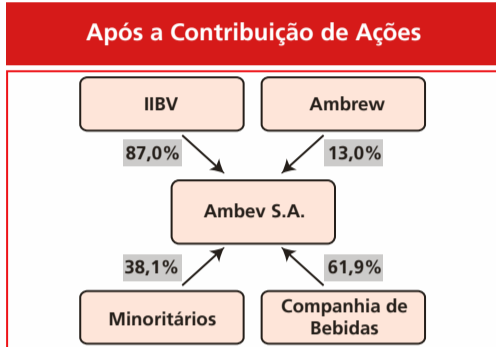
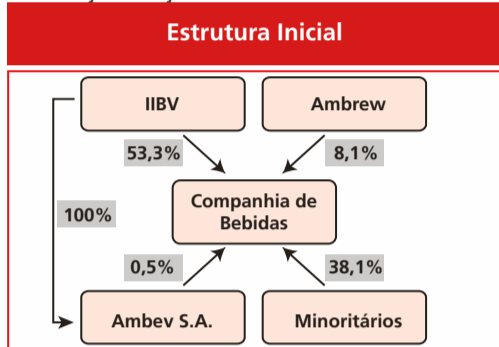
Em 17 de junho de 2013, como passo preliminar à reorganização societária, a controladora ABI contribuiu, por meio de suas subsidiárias IIBV e AmBrew S.A. ("AmBrew"), a totalidade das ações de emissão da Companhia de Bebidas para a Ambev S.A. ("Contribuição de Ações").

Posteriormente, em 30 de julho de 2013, uma incorporação de ações foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), pela qual cada ação ordinária e preferencial da Companhia de Bebidas não detida pela Ambev S.A. foi trocada por cinco novas ações ordinárias da Ambev S.A. ("Incorporação de Ações").

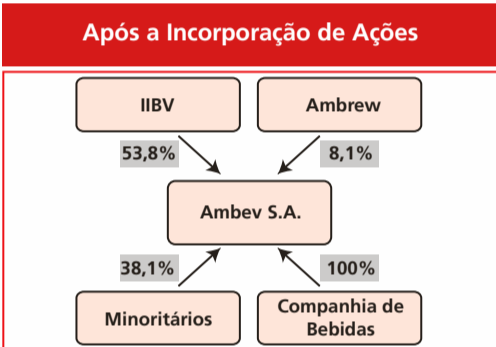
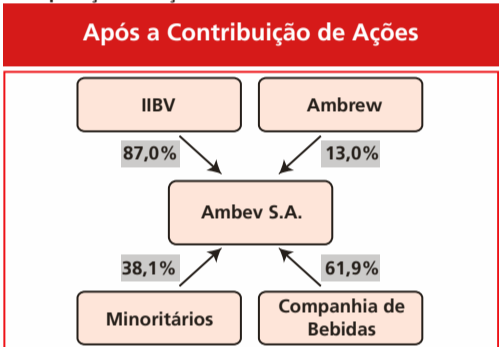
Para fins de apresentação das informações comparativas antes da Contribuição de Ações em 17 de junho de 2013, estas demonstrações contábeis refletem as posições financeiras, resultados de operações e fluxos de caixa da Ambev S.A. e as participações societárias na Companhia de Bebidas detidas pela ABI e entidades controladas (que foram transferidas para a Ambev S.A. nos termos da Contribuição de Ações), considerando os ajustes contábeis reconhecidos pela ABI e a participação de não controladores para os acionistas da Companhia de Bebidas não detidos pela ABI, para todos os períodos anteriores a 17 de junho de 2013 (Nota 1 (c) descreve as bases de apresentação após a Contribuição de Ações e um resumo e uma descrição dos ajustes que foram feitos para as demonstrações contábeis da Ambev S.A.).

Seguem abaixo organogramas ilustrativos das alterações societárias apresentadas acima:

#### Contribuição de Ações



#### Incorporação de Ações



Os lançamentos contábeis registrados nos livros da Ambev S.A. para reconhecimento da Contribuição de Ações e da Incorporação de Ações estão evidenciados nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido do exercício de 2013, nas linhas de aumento de capital e incorporação de ações, cuja contrapartida foi no grupo de investimento (Nota 10 - Investimentos).

#### (c) Base de apresentação das demonstrações contábeis da Ambev S.A. antes da Contribuição de Ações em 17 de junho de 2013 - Prática Contábil do Custo Precedente

Combinações de negócios entre empresas sob controle comum ainda não foram abordadas especificamente pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("CPCs") e pelas normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"). Sendo assim, conforme parágrafo 11 do Pronunciamento IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Administração considerou a aplicabilidade dos requisitos e a orientação dos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações que tratam de assuntos semelhantes e relacionados.

O IFRS 3/CPC 15(R1) - Combinação de Negócios é o pronunciamento que se aplica a combinações de negócios, porém explicitamente exclui do seu escopo as combinações de negócios entre entidades sob controle comum, e, portanto não pode ser aplicado neste caso.

Alternativamente, ainda conforme parágrafos 10 e 11 do CPC 23, na ausência de orientação da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Administração pode também considerar as mais recentes posições técnicas assumidas por outros órgãos normatizadores contábeis que usem uma estrutura conceitual semelhante à do CPC para desenvolver pronunciamentos de contabilidade, ou ainda, outra literatura contábil e práticas geralmente aceitas do setor, até o ponto em que estas não entrem em conflito com as fontes enunciadas no parágrafo 11 do CPC 23.

A prática contábil do custo precedente ("predecessor basis of accounting") é uma alternativa contábil e está em linha com as práticas contábeis de outros países, tais como os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América e no Reino Unido ("USGAAP" e "UKGAAP", respectivamente), os quais permitem a utilização dessa prática em reestruturações societárias e outras transações entre entidades sob controle comum.

Como a ABI, controladora final da Ambev S.A. e da Companhia de Bebidas, mantém sua participação na Companhia de Bebidas, antes e depois da Contribuição de Ações, a Administração elegeu o custo precedente como a prática contábil que representa melhor a transação ocorrida e fornece ao investidor uma informação de maior relevância.

A adoção da prática contábil do custo precedente, assim como sua aplicação de forma retroativa, representa mudança de prática contábil conforme parágrafo 29 do CPC 23. Como tal, seus efeitos estão sendo apresentados de forma comparativa para todos os exercícios apresentados.

A apresentação dos efeitos contábeis da adoção da Contribuição de Ações nos períodos anteriores a 17 de junho de 2013 não altera os atos e fatos societários ocorridos até 17 de junho de 2013. As informações contábeis até esta data têm finalidade de fornecer aos usuários destas demonstrações contábeis informações comparativas com as informações contábeis históricas a partir de 17 de junho de 2013.

As demonstrações contábeis da Ambev S.A. com a adoção da prática contábil do custo precedente foram preparadas para refletir:

- os resultados históricos de operações e posição financeira da Companhia de Bebidas (consolidada) e Ambev S.A. em uma base combinada, ajustada para eliminar saldos, transações e os ganhos e perdas não realizados;
- os efeitos da aquisição inicial da Companhia de Bebidas pela ABI, que representam as informações contábeis da ABI base para seu investimento na Companhia de Bebidas;
- a participação de não controladores na Companhia de Bebidas (participação não detida pela ABI), que foi determinada pela participação proporcional no patrimônio líquido identificável e lucro líquido.

A Contribuição de Ações foi uma reorganização de entidades sob controle comum e está sendo reconhecida em uma base consistente com os valores reconhecidos pela controladora final ou o mais alto nível de controle comum, onde as demonstrações contábeis consolidadas são preparadas (base contábil da ABI). Como tal, as demonstrações contábeis da Ambev S.A. incluem lançamentos para refletir certos ajustes de combinação de negócios reconhecidos pela ABI, a empresa controladora final, quando da aquisição da Companhia de Bebidas em 2004 e posteriores investimentos adicionais.

Como resultado dos itens explanados acima, os lançamentos pela adoção da prática contábil do custo precedente estão assim detalhados:

	2012	2011
Patrimônio Líquido da Companhia de Bebidas	28.863,7	25.761,1
Contribuição de ações	61,88%	61,88%
<b>Valor do investimento em controlada</b>	<b>17.861,4</b>	<b>15.941,4</b>
Investimento inicial em controlada a custo de aquisição	(249,7)	(249,7)
Desreconhecimento do ajuste a valor de mercado da participação inicial, líquido de imposto de renda	(676,5)	(496,8)
<b>Reconhecimento do investimento em controlada</b>	<b>16.935,3</b>	<b>15.195,0</b>
Ágio registrado nas demonstrações financeiras consolidadas ABI	6.674,5	6.360,2
Ajuste conforme valor justo do ativo imobilizado registrado nas demonstrações financeiras da ABI, líquido de imposto de renda	619,6	732,8
<b>Ajustes da base contábil ABI</b>	<b>7.294,1</b>	<b>7.092,9</b>
<b>Ajuste pela adoção da prática contábil do custo precedente</b>	<b>24.229,4</b>	<b>22.287,9</b>
Atribuídos na Demonstração do Patrimônio Líquido à:		
Ajuste no valor títulos disponíveis para venda	(676,5)	(496,8)
Efeitos reflexos de outros resultados abrangentes	(2.941,1)	-
Ajustes contábeis de transações entre sócios	27.846,9	22.784,7
A contrapartida dos efeitos da prática contábil do custo precedente foi registrada contra a conta de reserva de ajustes de avaliação patrimonial. Nas datas da Contribuição de Ações, os efeitos dos atos societários foram registrados nas respectivas contas de capital e reservas com contrapartida na conta de reserva de ajustes de avaliação patrimonial.		
Os saldos das demais reservas também foram ajustados para refletir os atos societários que aprovaram a Contribuição. Desta forma, a partir de 17 de junho de 2013, não existem diferenças entre as informações contábeis históricas e as informações contábeis pelo custo precedente.		
O impacto dos lançamentos acima nas demonstrações dos resultados da Ambev S.A. são os seguintes:		
	2013	2012
Lucro líquido do exercício da Companhia de Bebidas	10.338,0	10.385,6
Participação acionária após a Contribuição de Ações	100,00%	61,88%
<b>Reconhecimento do investimento em controlada</b>	<b>10.338,0</b>	<b>6.426,8</b>
<b>Resultado de equivalência após contribuição</b>	<b>(8.080,7)</b>	-
Aumento da depreciação e amortização	(68,5)	(171,3)
Imposto de renda diferido sobre o ajuste acima	23,3	58,2
<b>Ajustes da base contábil ABI</b>	<b>(45,2)</b>	<b>(113,1)</b>
<b>Ajuste pela adoção da prática contábil do custo precedente (i)</b>	<b>2.212,1</b>	<b>6.313,7</b>

(i) O ajuste refere-se ao reconhecimento de 61,88% do resultado da Companhia de Bebidas do exercício de 2012 e até a data da contribuição em 2013, conforme disposto na Nota 1(c).

#### (d) Tratamento Contábil Incorporação de ações:

Em AGE realizada em 30 de julho de 2013 foi aprovado o protocolo de Justificação da Incorporação de Ações aprovando a incorporação da totalidade das ações de emissão da Companhia de Bebidas pela Ambev S.A., exceto as ações de titularidade da incorporadora, nos termos do Protocolo e Justificação, pelo seu valor econômico em 26 de abril de 2013.

As ações da Companhia de Bebidas foram valorizadas e aportadas na Ambev S.A. pelo seu valor econômico em 26 de abril de 2013, perfazendo um valor de R\$ 97.054.802. Conforme explanado na nota 18.d(6), no mesmo momento foi constituída uma provisão sobre o ágio gerado no montante de R\$ (85.242.633), uma vez que se trata de transações entre sócios no âmbito do IFRS 10 / CPC 36. Este tratamento contábil foi replicado para a controladora, conforme determinado no ICPC 09.

#### (e) Principais eventos ocorridos em 2013

Em continuidade à reorganização societária mencionada no item (b), em 10 de maio de 2013 o Conselho Fiscal emitiu parecer favorável à proposta do Conselho de Administração e recomendou a submissão da proposta de reestruturação à aprovação em AGE. Em 17 de junho de 2013, como passo preliminar à reorganização societária, foi realizada a Contribuição de Ações.

Em AGE realizada pela Companhia de Bebidas em 30 de julho de 2013, foram aprovados os seguintes itens relacionados à Incorporação de Ações:

- o Protocolo e Justificação tendo por objeto a Incorporação de Ações, celebrado em 10 de maio de 2013;
- a incorporação da totalidade das ações de emissão da Companhia de Bebidas pela Ambev S.A., exceto as ações de titularidade da incorporadora, nos termos do Protocolo e Justificação, pelo seu valor econômico em 26 de abril de 2013, registrando-se que, como resultado da Incorporação de Ações, os acionistas da Companhia de Bebidas receberam cinco ações ordinárias da Ambev S.A. para cada ação ordinária ou preferencial da Companhia de Bebidas de sua titularidade, e os detentores de *American Depository Receipts* ("ADRs") representativos de ações, ordinárias ou preferenciais, da Companhia de Bebidas, receberam cinco ADRs da Ambev S.A. para cada ADR da Companhia de Bebidas de sua titularidade; e
- a autorização para a subscrição, pelos administradores da Companhia de Bebidas, das ações a serem emitidas pela Ambev S.A. como resultado da Incorporação de Ações, bem como a prática de todos os demais atos necessários à implementação da Incorporação de Ações.

Em 3 de dezembro de 2013, a Ambev S.A., em conjunto com a Companhia de Bebidas e em complemento às informações objeto do fato relevante de 7 de dezembro de 2012, divulgou ao mercado a proposta, a ser submetida aos seus respectivos acionistas, de incorporação, pela Ambev S.A., (i) da Companhia de Bebidas ("Incorporação I"); e (ii) da Ambev Brasil Bebidas S.A. ("Incorporação II" e, em conjunto com a Incorporação I, as "Incorporações", respectivamente).

As Incorporações têm como objetivos simplificar ainda mais a estrutura societária do grupo e reduzir custos operacionais, trazendo, consequentemente, benefícios para os acionistas da Companhia.

A Ambev S.A. continuará a se dedicar à produção e ao comércio de cervejas, concentrados, refrigerantes e demais bebidas, passando, entretanto, após as Incorporações, a fazê-lo também diretamente e não mais somente através de suas controladas ou subsidiárias integrais. O registro de companhia aberta da Ambev S.A. na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") será mantido.

### 2 DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), em vigor em 31 de dezembro de 2013.

Os CPCs aplicados nas demonstrações contábeis individuais diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, apenas pela apresentação dos investimentos em controlada e coligadas pelo método de equivalência patrimonial enquanto, conforme IFRS, seria pelo custo ou valor justo.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelo CPC. O IFRS não requer a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelo IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia não adotou antecipadamente nenhum requerimento ou pronunciamento contábil do IASB ou do CPC.

### 3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

#### (a) Base de preparação e mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em milhões de reais (R\$) arredondados para o milhão mais próximo indicado. Dependendo da norma IFRS/CPC aplicável, o critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações contábeis considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor recuperável. Quando o IFRS/CPC permite a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração (por exemplo, remensuração sistemática), o critério do custo é utilizado.

#### (b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As novas exigências do IFRS com aplicação a partir de 2013 estão resumidas a seguir.

##### IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Prevê o agrupamento dos itens apresentados na demonstração do resultado abrangente com base na possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para o resultado em momento subsequente.

##### IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação:

Inclui novos requisitos de divulgação sobre a compensação de ativos e passivos.

##### IFRS 10/CPC 36 - Demonstrações Consolidadas:

Prevê um modelo único de consolidação e identificação de controle para consolidação de todos os tipos de entidades.

##### IFRS 11/CPC 19 - Negócios em Conjunto:

Substitui a consolidação proporcional pelo método de equivalência patrimonial em empreendimentos controlados em conjunto ("joint ventures").

Nas operações em conjunto ("joint operations"), os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados às participações da Companhia em operação em conjunto ("joint operations") são contabilizados individualmente nas demonstrações contábeis.

##### IFRS 12/CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades:

Combina e melhora os requerimentos de divulgação relacionados a subsidiárias, negócios em conjunto, coligadas e entidades não consolidadas.

##### IFRS 13/CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:

Não altera ou introduz nenhum novo requerimento para determinação de valor justo e valor justo é requerido, porém determina como ele deve ser mensurado.

##### IAS 19/CPC 33 - Benefícios a Empregados (Revisada em 2011):

As alterações, em decorrência da revisão, que teriam impactos mais significativos são:

- A rentabilidade dos ativos do plano não é mais calculada utilizando-se o conceito de retorno esperado dos ativos. Os retornos esperados serão substituídos pelo reconhecimento de uma receita financeira na demonstração de resultado, a qual será calculada utilizando a mesma taxa de desconto utilizada para mensuração do passivo atuarial.
- O custo dos serviços passados não é mais ser diferido e reconhecido pelo período de carência. Em decorrência disso, todos os custos dos serviços passados são reconhecidos no momento em que a Companhia efetua algum ajuste ou termina o plano. Exceto para o IAS 19(R), as normas acima não têm impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia na aplicação inicial.

#### Outras normas, interpretações e alterações às normas

As demais alterações mandatórias para demonstrações contábeis com início em 1º de janeiro de 2013 não foram listadas acima devido à sua não-aplicabilidade ou à sua imaterialidade para a Companhia.

#### (c) Demonstrações contábeis individuais

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram feitos, em ambas as demonstrações contábeis, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS e dos CPCs. Os CPCs aplicados nas demonstrações contábeis individuais diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, apenas pela adição dos investimentos em controlada pelo método de equivalência patrimonial enquanto, conforme IFRS, seria pelo custo ou valor justo.

Os investimentos em controladas, coligadas e negócios em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e as práticas contábeis adotadas são uniformes aquelas adotadas pela Companhia. O valor contábil desses investimentos inclui desdobramento dos custos de aquisição em valor patrimonial, ágio, sendo o ágio apresentado na rubrica Intangíveis.

#### (d) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis das controladas da Ambev S.A., negócios em conjunto e coligadas utilizadas nas demonstrações contábeis consolidadas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação da Ambev S.A., empregando práticas contábeis uniformes.

Todas as transações, saldos e ganhos e perdas não realizados em transações entre empresas do grupo foram eliminados. Conforme descrito na Nota 1 - Informações gerais, a Companhia adotou o método do custo precedente na consolidação de sua controlada Companhia de Bebidas para todos os períodos apresentados até o dia 17 de junho de 2013, data da Contribuição de Ações.

#### Controladas

A Companhia controla uma entidade quando ela está exposta ou tem direito a retornos variáveis em decorrência de seu envolvimento com a entidade e é capaz de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a entidade. Na determinação de controle, potenciais direitos de voto são levados em conta. Presume-se a existência de controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, mais de metade dos direitos de voto (o que nem sempre equivale à participação econômica), a menos que possa ser demonstrado que essa participação não constitui controle.

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia, exceto quando aplicada a prática do custo precedente conforme Nota 1(c). A consolidação é interrompida a partir da data em que esse controle deixa de existir.

A Ambev S.A. usa o método de alocação contábil do custo do investimento para registrar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Ambev S.A.. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos/assumidos em uma combinação de negócios são reconhecidos inicialmente pelos seus valores justos, na data da aquisição. A Ambev S.A. reconhece a participação de não controladores na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional à participação dos não controladores no valor justo dos ativos líquidos adquiridos. A mensuração da participação de não controladores é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso: (i) da contraprestação transferida; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e (iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando a soma dos três itens acima for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma redução ao valor recuperável (*impairment*) do ativo transferido.

Conforme descrito na Nota 1 - Informações gerais, a Companhia adotou o método do custo precedente para reconhecer sua participação na sua controlada Companhia de Bebidas para todos os períodos apresentados até o dia 17 de junho de 2013, data da Contribuição de Ações.

#### Negócios em conjunto

Negócios em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

#### Operações em conjunto (joint operations)

Operações em conjunto (*joint operations*) surgem quando a Companhia tem direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos de um negócio em conjunto.

Os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos interesses da Companhia na operação em conjunto (*joint operation*) são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras consolidadas, a partir da data em que tem início a operação em conjunto, até a data em que a mesma cessa.

#### Coligadas e Empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures)

Coligadas são aquelas pessoas jurídicas nas quais a Ambev S.A. exerce influência significativa sobre as políticas financeiras e operacionais, porém não detém o controle. Em geral, isso é evidenciado por uma participação entre 20% e 50% nos direitos de voto. Empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) são negócios sobre os quais a Companhia tem controle comum com uma terceira parte, mas seu direito como sócio é sobre os ativos líquidos da *joint venture*, ao invés de direitos sobre seus ativos, e obrigações sobre seus passivos.

Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, a partir da data em que tem início a influência significativa ou o controle comum, até a data em que deixam de existir. Quando a parcela da Ambev S.A., de perdas incorridas pela coligada ou empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*) excede o valor contábil do investimento, este é reduzido a zero. Só há reconhecimento de perdas adicionais se a Ambev S.A. tiver incorrido em obrigação legal ou construtiva em nome da coligada ou empreendimento em conjunto (*joint venture*).

Os ganhos não realizados em transações com coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) são eliminados na proporção da participação da Ambev S.A. na entidade em questão. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados, porém somente na medida em que não haja indícios de redução ao valor de recuperação (*impairment*).



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (em milhões de reais)**

**Combinação de negócios envolvendo entidades sob controle comum**

Combinações de negócios entre entidades sob controle comum ainda não foram abordadas especificamente pelos IFRSs ou CPCs. O IFRS 3/CPC 15(R1) - *Combinação de Negócios* é o pronunciamento que se aplica a combinações de negócios, porém explicitamente exclui do seu escopo as combinações de negócios entre entidades sob controle comum.

Sendo assim, conforme permitido pelo IAS 8/CPC 23 - *Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro*, a Administração adotou uma prática contábil em linha com o USGAAP e o UKGAAP, a prática do custo precedente. A prática contábil do custo precedente prevê que ao contabilizar uma transferência de ativos ou uma troca de ações entre entidades sob controle comum, a entidade que recebe os ativos líquidos ou as participações societárias inicialmente mensurará os ativos e passivos transferidos reconhecidos aos seus valores contábeis nas contas da entidade que faz a transferência na data da transferência. Se os valores contábeis dos ativos e passivos transferidos diferirem do custo histórico da controladora das entidades sob controle comum, as demonstrações financeiras da entidade recebedora deverão refletir os ativos e passivos transferidos ao custo da controladora das entidades sob controle comum.

**(e) Conversão de moeda estrangeira**

**Moeda funcional e de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da Companhia é o Real. Em 1º de janeiro de 2013 houve alteração da moeda funcional de determinadas operações não significativas de matrias no exterior, prospectivamente, conforme parágrafo 35 do IAS 21/CPC 02 (R2) - *Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis*.

**Transações e saldos**

As transações em moeda estrangeira são registradas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira e evidenciados pelo valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data de apuração do valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, e caixa e equivalentes de caixa, são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários são reconhecidas no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não monetários, como por exemplo, os investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda estão incluídos no patrimônio líquido.

**Conversão das demonstrações contábeis de controladas localizadas no exterior**

Os ativos e passivos destas controladas são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial, enquanto os saldos das demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, e os saldos das mutações do patrimônio líquido, pelas taxas de câmbio históricas das respectivas transações. Os ajustes de conversão, compreendidos pela diferença entre as taxas de câmbio média e histórica, são registrados diretamente no resultado abrangente.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como *hedge* desses investimentos são reconhecidos no resultado abrangente.

O ágio e os ajustes de valor justo decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

**Taxas de câmbio**

As principais taxas de câmbio utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis da Companhia são:

Moeda	Denominação	País	Taxa final		Taxa média	
			2013	2012	2013	2012
CAD	Dólar canadense	Canadá	2,2021	2,0524	2,0945	1,9461
DOP	Peso dominicano	República Dominicana	0,0551	0,0512	0,0517	0,0497
USD	Dólar americano	Ecuador, Dinamarca, Luxemburgo e operações de malte na Argentina e Uruguai	2,3426	2,0435	2,1574	1,9476
GTQ	Quetzal	Guatemala	0,2998	0,2586	0,2744	0,2488
PEN	Novo Sol	Peru	0,8360	0,8007	0,8002	0,7372
ARS	Peso	Argentina	0,3594	0,4156	0,3961	0,4286
BOB	Boliviano	Bolívia	0,3366	0,2936	0,3100	0,2798
PYG	Guarani	Paraguai	0,0005	0,0005	0,0005	0,0004
UYU	Peso uruguaio	Uruguai	0,1093	0,1053	0,1052	0,0963
CLP	Peso chileno	Chile	0,0045	0,0043	0,0044	0,0040

**(f) Caixa e equivalentes a caixa**

O caixa e os equivalentes a caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, com risco insignificante de mudança de valor, e prontamente conversíveis em caixa. São contabilizados pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes a caixa são apresentados líquidos de saldos de contas garantidas, quando aplicável.

**(g) Ativos financeiros**

**g.i) Classificação**

A Companhia classifica seus ativos financeiros, sob as seguintes categorias: (1) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (2) empréstimos e recebíveis, (3) mantidos até o vencimento e (4) disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

**g.i.1) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

Em geral, os ativos dessa categoria são classificados como aplicações financeiras de curto prazo, no ativo circulante. Aqueles com vencimento original acima de um ano podem ser classificados como aplicações financeiras de curto prazo baseado na intenção e habilidade da Administração em resgatá-los em um período menor do que um ano, bem como, considerando-se a sua natureza de alta liquidez e pelo fato de representarem uma caixa disponível para operações correntes.

São classificados nesta categoria investimentos em títulos de dívida.

**g.i.2) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

**g.i.3) Ativos mantidos até o vencimento**

Os ativos mantidos até o vencimento são ativos financeiros adquiridos com a intenção e capacidade financeira de manutenção em carteira até o vencimento.

**g.i.4) Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda são instrumentos não derivativos que não são classificados em nenhuma outra categoria. São apresentados como ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

São classificados nesta categoria investimentos em títulos de dívida, e títulos patrimoniais, que são investimentos nos quais a Companhia não possui influência significativa ou controle. Isto é geralmente evidenciado quando o investimento equivale a menos de 20% dos direitos de voto.

**g.ii) Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

**g.ii.1) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Subsequentemente, são contabilizados pelo valor justo. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos são apresentados na demonstração do resultado, no período em que ocorrem.

**g.ii.2) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

**g.ii.3) Ativos mantidos até o vencimento**

Os ativos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

**g.ii.4) Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e os juros e as atualizações monetárias são registrados na demonstração do resultado. Subsequentemente, são contabilizados pelo valor justo, com as variações decorrentes da avaliação ao valor justo registradas no resultado abrangente, e juros (calculados pelo método da taxa efetiva de juros), reconhecidos na demonstração do resultado.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são liquidados ou sofrem perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no resultado abrangente, são incluídos na demonstração do resultado.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade.

**g.iii) Redução ao valor de recuperação (*impairment*) de ativos financeiros**

A Administração avalia trimestralmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, e pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o seu valor de recuperação. O valor de recuperação é calculado conforme abaixo:

- em títulos sem cotação de mercado: valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros efetiva original do título;
- em títulos com cotação de mercado: seu valor justo;
- demais ativos: maior entre o seu valor justo menos os custos de venda, e o seu valor em uso, que corresponde aos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita avaliações de mercado atuais do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Quando o valor de recuperação é menor que o valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a perda ser reconhecida (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. As perdas referentes a títulos ativos financeiros disponíveis para venda não podem ser revertidas.

**g.iv) Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(h) Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia utiliza instrumentos derivativos com objetivo de proteção dos riscos relacionados a moedas estrangeiras, taxa de juros e preço de *commodities*. Os instrumentos derivativos que, embora contratados com objetivo de proteção, não atendem a todos os critérios para aplicação de contabilização de *hedge* são reconhecidos pelo valor justo no resultado do exercício.

Instrumentos derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. O valor justo é o valor no qual um ativo pode ser realizado e um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, em condições normais de mercado. O valor justo dos instrumentos derivativos pode ser obtido a partir de cotações de mercado ou a partir de modelos de precificação que consideram as taxas correntes de mercado, e também a qualidade de crédito da contraparte.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos derivativos são remensurados pelo seu valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações no valor justo do instrumento derivativo são reconhecidas no resultado do exercício, exceto

quando estes são instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa ou *hedge* de investimento líquido, em que as variações no valor justo são reconhecidas no resultado abrangente.

Os conceitos de *hedge* de fluxo de caixa, de investimento líquido e de valor justo são aplicados a todos os instrumentos que atendem aos requerimentos de contabilização de *hedge* do IAS 39/CPC 38 - *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*, como por exemplo, a manutenção da documentação requerida incluindo teste de efetividade do *hedge*.

**Contabilização de *hedge* de fluxo de caixa**

Quando um instrumento derivativo protege da exposição dos fluxos de caixa de um ativo ou passivo reconhecido, do risco de moeda estrangeira e de oscilação de preços de *commodities*, associados a uma transação de realização altamente provável, a parcela efetiva de qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento derivativo é reconhecida diretamente no resultado abrangente (reservas de *hedge* de fluxo de caixa). A parcela inefetiva de qualquer ganho ou perda é reconhecida imediatamente na demonstração de resultados do exercício.

Quando um instrumento de *hedge* ou uma relação de *hedge* são extintos, mas ainda espera-se que a transação protegida ocorrerá, os ganhos e perdas acumulados (até aquele ponto) permanecem no resultado abrangente, sendo reclassificados de acordo com a prática acima, quando a transação de proteção ocorrer. Não havendo mais probabilidade de ocorrência da transação de proteção, os ganhos ou perdas acumulados e reconhecidos no resultado abrangente são reclassificados imediatamente para a demonstração de resultados.

**Contabilização de *hedge* de valor justo**

Quando um instrumento derivativo protege da exposição à variabilidade no valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou um compromisso firme, qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento derivativo é reconhecido na demonstração de resultado. O item protegido também é reconhecido pelo valor justo em relação ao risco sendo protegido, com respectivos ganhos e perdas reconhecidos na demonstração de resultados. A Companhia descontinuará a contabilização do *hedge* de valor justo quando o objeto de proteção expirar, for vendido, rescindido ou exercido.

**Contabilização de *hedge* de investimento líquido**

Quando um instrumento derivativo protege de um investimento líquido em operações no exterior, a parcela efetiva de qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento derivativo é reconhecida diretamente no resultado abrangente (reservas de conversão), enquanto a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado.

No caso de alienação da operação no exterior, o valor acumulado dos ganhos ou perdas reconhecidos diretamente no resultado abrangente é transferido para o resultado do exercício.

**Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

**(j) Contas a receber e demais contas a receber**

As contas a receber de clientes e demais contas a receber são contabilizadas pelo seu custo amortizado, menos as perdas com provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é feita com base em uma análise de todas as quantias a receber existentes na data do balanço patrimonial. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é registrada se o recebimento de uma conta a receber se torna duvidoso, ou seja, quando há evidência objetiva que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Registra-se a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e a valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. A provisão é reconhecida na demonstração do resultado, assim como eventuais reversões. Historicamente, não foram registradas perdas significativas em contas a receber de clientes.

**(j) Estoques**

Os estoques são valorizados pelo menor, entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui os gastos incorridos na aquisição do bem, transporte até sua localização atual e colocação em condições de uso. Para a apuração do custo dos estoques emprega-se o método da média ponderada.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração contempla as matérias-primas, outros materiais de produção, o custo da mão de obra direta, outros custos diretos, ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos e uma parcela (alocação) dos custos fixos e variáveis baseados na capacidade operacional normal. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado em condições normais de mercado, deduzido dos gastos para colocação dos produtos em condições de venda e realização da venda.

Estoques são baixados dependendo de caso a caso, quando o valor líquido de realização antecipado se torna menor que o valor contábil dos estoques. O cálculo do valor líquido de realização leva em consideração as características específicas de cada categoria de estoque, tais como data de validade, vida útil, indicadores de movimentação, entre outros.

**(k) Ativos mantidos para venda**

A Companhia classifica como mantido para venda quando o valor residual de determinado ativo não corrente será recuperado pela venda ao invés da utilização normal nas operações. Imediatamente após a classificação como mantido para venda, esses ativos são mensurados com base no menor entre seu valor contábil e seu valor justo menos os custos de venda. Eventual perda por redução ao valor de recuperação é reconhecida no resultado do exercício, assim como ganhos ou perdas subsequentes pela sua remensuração, até o limite do valor contábil original.

Os ativos classificados como mantidos para venda não são depreciados ou amortizados.

**(l) Intangíveis**

**Pesquisa e desenvolvimento**

Gastos com atividades de pesquisa, realizadas com a perspectiva de obter novos entendimentos e conhecimentos técnicos ou científicos, são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas conforme incorridos.

Gastos com atividades de desenvolvimento, em que os resultados da pesquisa são aplicados a um projeto para a produção de novos produtos e processos, ou aprimoramento substancial dos mesmos, são capitalizados se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, os benefícios econômicos futuros forem prováveis e se a Companhia tiver recursos suficientes para concluir o desenvolvimento. Aos gastos capitalizados incluem-se o custo de materiais e mão de obra direta. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos na demonstração do resultado como despesa, conforme incorridos. Gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo menos a amortização acumulada e perdas por redução ao valor de recuperação.

A amortização relacionada aos ativos intangíveis e desenvolvimento está incluída nos custos de vendas, se estes estiverem relacionados à produção, e em despesas de vendas e marketing, se relacionados a atividades comerciais.

Custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo de tais ativos.

**Direitos de fornecimento e distribuição**

Um direito de fornecimento é o direito da Companhia fornecer a um cliente e o compromisso do cliente de comprar da Companhia. Um direito de distribuição é o direito de vender produtos específicos em um determinado território.

Relacionamentos com clientes adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo como direitos de fornecimento, na medida em que surgem de direitos contratuais. Se os critérios de reconhecimento previstos nos IFRS/CPCs não forem cumpridos, essas relações são incluídas no ágio.

Direitos de distribuição adquiridos são mensurados inicialmente pelo custo ou valor justo quando obtido através de uma combinação de negócios.

Amortização relativa aos direitos de fornecimento e distribuição está incluída em despesas com vendas e marketing.

**Marcas**

Caso parte do valor pago em uma combinação de negócios relacione-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo de Intangíveis e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, o valor das marcas pode sofrer redução no caso de perdas por *impairment*. Gastos incorridos internamente para desenvolvimento de uma marca são reconhecidos como despesa.

**Software**

O software adquirido é mensurado pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada. Gastos com software desenvolvido internamente são capitalizados quando os gastos se qualificam como atividades de desenvolvimento, caso contrário, são reconhecidos na demonstração do resultado conforme incorridos.

A amortização relacionada a softwares está incluída no custo das vendas, despesas de distribuição, vendas e despesas de marketing ou despesas administrativas, dependendo da atividade à qual o software está relacionado.

**Outros intangíveis**

Outros intangíveis, adquiridos pela Companhia, são mensurados pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada e eventuais perdas no valor de recuperação.

Outros intangíveis também incluem direitos de patrocínios de vários anos, adquiridos pela Companhia. Estes são inicialmente reconhecidos pelo valor presente dos pagamentos futuros, e subsequentemente mensurados pelo custo menos a amortização acumulada e eventuais perdas no valor de recuperação.

**Amortização**

Intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com o método linear pelo período de sua vida útil estimada. Licenças e direitos de fornecimento e distribuição são amortizados pelo período em que existem os direitos. Marcas são consideradas intangíveis de vida útil indefinida e, portanto não são amortizadas. Softwares e custos de desenvolvimento capitalizados relacionados a tecnologia são amortizados ao longo de 3 a 5 anos.

Itens que não são amortizados são testados para fins de redução ao valor de recuperação anualmente.

**(m) Ágio**

O ágio surge na aquisição de controladas, coligadas e negócios em conjunto.

O ágio é determinado como sendo o excesso: (i) da contraprestação transferida; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e (iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, na respectiva data de aquisição. Todas as combinações de negócios são contabilizadas pela aplicação do método de alocação contábil do custo do investimento.

Em conformidade com o IFRS 3 - *Combinações de Negócios*, o ágio é contabilizado pelo custo e não é amortizado, mas sim testado no mínimo anualmente para fins de redução ao valor de recuperação, ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é expresso na moeda da controlada ou operação em conjunto (*joint operation*) a que se refere e convertido em reais pela taxa de câmbio vigente no final do exercício.

Com respeito às coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*), o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil da participação na coligada e/ou empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*).

Se a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes reconhecidos exceder o custo da combinação de negócios, tal excesso é reconhecido imediatamente na demonstração do resultado.

Gastos com ágio gerado internamente são contabilizados como despesa, conforme incorridos.

O ágio inclui os efeitos do custo precedente conforme descrito na Nota 1 - *Informações gerais*.

**(n) Imobilizado**

O imobilizado é demonstrado pelo custo menos a depreciação acumulada e as perdas por redução ao valor de recuperação. O custo abrange o preço de aquisição, os juros incorridos no financiamento durante a fase de construção, e todos os outros custos diretamente relacionados ao transporte do ativo imobilizado até o local e sua colocação em condições de operação na forma pretendida pela Administração da Companhia (por exemplo, impostos não recuperáveis, frete, custos de desmonte e retirada dos equipamentos e restauração do local em que se encontram, caso incorridos). O custo do imobilizado construído internamente é apurado conforme os mesmos princípios aplicáveis ao imobilizado adquirido de terceiros. Os métodos de depreciação, valor residual, bem como as vidas úteis são reavaliados e ajustados, se apropriado, anualmente.

Custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo de tais ativos.

**Gastos subsequentes**

A Companhia reconhece no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição de um componente, se for provável que os benefícios econômicos futuros nele incorporados fluirão para a Companhia, e o custo do componente puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são lançados à conta de despesa quando incorridos.

**Depreciação**

O montante amortizável é o custo de um ativo menos o seu valor residual. Os valores residuais, se não insignificantes, são reavaliados anualmente. A depreciação dos itens inicia-se a partir do momento que os ativos estão instalados e prontos para uso, utilizando-se o método linear ao longo da vida útil estimada dos bens.



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (em milhões de reais)

As vidas úteis das principais classes de ativo imobilizado estão descritas abaixo:

Edifícios	25 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
Instalações	10 anos
Utensílios	10 anos
Bens de uso externo	2 a 5 anos

As vidas úteis e os valores residuais dos ativos são revisados periodicamente. A Administração aplica julgamentos na avaliação e determinação das vidas úteis dos ativos.

Terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida.

### Ganhos e perdas na venda

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado.

O imobilizado e "Reserva de depreciação" incluem os efeitos do custo precedente conforme descrito na Nota 1 - *Informações gerais*.

### (o) Contabilização de arrendamentos financeiro e operacional

Arrendamentos de imobilizado nos quais a Companhia assume substancialmente os riscos e os benefícios do bem são classificados como arrendamentos financeiros. Nos arrendamentos financeiros são reconhecidos um ativo e um passivo (empréstimos e financiamentos) por montantes iguais ao menor entre o valor justo da propriedade arrendada e o valor presente das contraprestações do arrendamento no momento inicial. A depreciação e o teste de redução ao valor de recuperação para ativos arrendados depreciáveis é a mesma utilizada para ativos depreciáveis próprios.

Pagamentos do contrato de arrendamento são distribuídos entre o passivo em aberto e encargos financeiros para que seja obtida uma taxa de juros constante e periódica sobre o valor remanescente da dívida.

Arrendamentos de ativos nos quais os riscos e os benefícios do bem são retidos substancialmente pelo arrendador são classificados como arrendamento operacional. Pagamentos de arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado em uma base linear até o encerramento do contrato.

Quando um arrendamento operacional é encerrado antes da data de vencimento, qualquer pagamento a ser feito ao arrendatário a título de multa é reconhecido como uma despesa no período em que o contrato é encerrado.

### (p) Contas a pagar

Contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar são reconhecidas, inicialmente pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

### (q) Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo deduzidos dos custos da transação. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, sendo qualquer diferença entre o valor inicial e o valor do vencimento reconhecido no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base no método da taxa efetiva de juros. A Companhia possui empréstimos e financiamentos que possuem estrutura de *hedge* (Nota 15 - *Empréstimos e financiamentos*).

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

### (r) Provisões

Provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou formalizada) resultante de eventos passados; (ii) é provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente; e (iii) o valor pode ser estimado com razoável segurança.

As provisões são mensuradas descontando-se os fluxos de caixa futuros esperados, a uma taxa antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado sobre o valor do dinheiro no tempo, e quando apropriado, os riscos específicos da obrigação. O aumento da provisão é reconhecido como despesa financeira.

### Reestruturação

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia possui um plano detalhado e aprovado de reestruturação e quando a reestruturação já foi iniciada ou anunciada. Gastos relacionados às atividades normais e à conduta futura da Companhia não são provisionados, mas reconhecidos quando incorrida uma despesa. A provisão inclui os compromissos relacionados aos benefícios que serão pagos pela Companhia aos funcionários desligados na reestruturação.

### Contratos onerosos

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados pela Companhia a partir de um contrato forem menores do que o custo inevitável do cumprimento das suas obrigações decorrentes do contrato. Tal provisão é mensurada pelo menor valor presente entre o do custo esperado de rescisão do contrato, e o do custo líquido esperado ao dar continuidade ao contrato.

### Disputas e litígios

A provisão para disputas e litígios é reconhecida quando é mais provável do que improvável que a Companhia será obrigada a fazer pagamentos futuros, como resultado de eventos passados. Tais pagamentos incluem, mas não estão limitados a, várias reivindicações, processos e ações iniciados tanto por terceiros quanto pela Companhia, relativos às leis antitruste, violação dos acordos de distribuição e licenciamentos, questões ambientais, disputas trabalhistas, reclamações de autoridades fiscais e outros assuntos contenciosos.

### (s) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. O imposto de renda e contribuição social são reconhecidos no resultado do exercício, a não ser que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no resultado abrangente ou outra conta do patrimônio líquido. Nestes casos o efeito fiscal também é reconhecido diretamente no resultado abrangente ou em conta do patrimônio líquido (exceto juros sobre capital próprio, conforme Nota 3 (w)). Os juros sobre o capital próprio são registrados como despesas no resultado do exercício para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social, quando declarado, e posteriormente reclassificado para o patrimônio líquido para fins de apresentação nessas demonstrações contábeis.

A despesa com imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a taxa nominal aprovada ou substancialmente aprovada na data do balanço patrimonial, e qualquer ajuste de imposto a pagar relacionado a exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido utilizando o método do balanço patrimonial. Isto significa que para as diferenças tributáveis e dedutíveis de natureza temporária entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos, é reconhecido o imposto diferido ativo ou passivo. De acordo com esse método, a provisão para o imposto diferido é também calculada sobre as diferenças entre o valor justo de ativos e passivos adquiridos em uma combinação de negócios e sua base fiscal. O IAS 12/CPC 32 - *Tributos Sobre o Lucro* prevê que nenhum imposto diferido passivo seja reconhecido no reconhecimento do ágio; e que nenhum imposto diferido ativo e/ou passivo seja reconhecido (i) no reconhecimento inicial de um ativo ou passivo proveniente de uma transação que não a de combinação de negócios, que no momento da transação não afete o lucro ou prejuízo contábil ou fiscal; e (ii) sobre diferenças relacionadas a investimentos em ações de controladas, desde que não sejam revertidos no futuro previsível. O valor do imposto diferido determinado é baseado na expectativa de realização ou liquidação da diferença temporária e utiliza a taxa nominal aprovada ou substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados se existir um direito legal de compensar os passivos fiscais correntes e ativos, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável, ou em diferentes entidades tributáveis que pretendam ou liquidar passivos fiscais correntes e ativos em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O imposto diferido ativo é reconhecido somente na extensão em que é provável que haja lucros tributáveis futuros. O imposto de renda diferido ativo é reduzido na extensão em que não mais seja provável a ocorrência de lucros tributáveis futuros.

### (t) Benefícios a funcionários

#### Benefícios pós-emprego

Benefícios pós-emprego incluem benefícios de aposentadoria administrados, no Brasil, pelo Instituto Ambev de Previdência Privada - IAPP, e de assistência médica e odontológica administrados pela Fundação Zerrenner. Os planos de pensão normalmente são mantidos por pagamentos feitos tanto pela Companhia quanto pelos funcionários, considerando as recomendações dos atuários independentes. Os planos de assistência médica e odontológica são mantidos pelos rendimentos dos ativos da Fundação, podendo a Companhia contribuir com parte de seu lucro para a Fundação em caso de necessidade.

A Companhia possui planos de aposentadoria de contribuição definida e de benefício definido para funcionários do Brasil e de subsidiárias localizadas na República Dominicana, Argentina, Bolívia e no Canadá.

A Companhia possui planos de aposentadoria superavitários e deficitários.

#### t.1) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais ou construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado nos períodos corrente e anteriores.

As contribuições de bens são reconhecidas como despesa no período em que são incorridas.

#### t.2) Planos de benefício definido

Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

Para os planos de benefício definido, as despesas são avaliadas para cada plano individualmente, utilizando o método de crédito unitário projetado. O crédito unitário projetado considera cada período de serviço como sendo uma unidade de benefício adicional para mensurar cada unidade separadamente. Baseado nesse método, o custo de prover a aposentadoria é reconhecido no resultado do exercício durante o período de serviço dos funcionários. Os valores reconhecidos no resultado do exercício compreendem o custo do serviço corrente, juros, custo do serviço passado e o efeito de quaisquer acordos e liquidações. As obrigações do plano reconhecidas no balanço patrimonial são mensuradas com base no valor presente dos desembolsos futuros utilizando uma taxa de desconto equivalente às taxas de títulos do governo com vencimento semelhante ao da obrigação, menos o valor justo dos ativos do plano.

Custos de serviço passado resultam da introdução de um novo plano ou mudança de um plano existente. Eles são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício, na data do que ocorrer primeiro: (i) acordos/liquidações, ou (ii) quando a empresa reconhece custos relacionados a reestruturação ou terminação, a menos que as mudanças estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Ganhos e perdas atuariais compreendem os efeitos das diferenças entre premissas atuariais prévias e o que de fato ocorreu, e os efeitos das mudanças nas premissas atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos integralmente no resultado abrangente.

Remensurações, compostas de ganhos e perdas atuariais, do efeito do limite de ativos (*assets ceiling*) e o retorno sobre os ativos do plano, ambos excluindo juros líquidos, são reconhecidos na demonstração do resultado abrangente, em sua totalidade, no período em que ocorrem. Remensurações não são reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes.

Quando o montante calculado de um plano de benefício definido é negativo (um ativo), a Companhia reconhece tais ativos (despesas antecipadas) na extensão do valor do benefício econômico disponível para a Companhia, proveniente de reembolsos ou reduções de contribuições futuras.

#### Outras obrigações pós-emprego

A Companhia e suas subsidiárias patrocinam benefícios de assistência médica, reembolso de gastos com medicamentos e outros benefícios, por intermédio da Fundação Zerrenner, para alguns aposentados do passado, não sendo concedidos tais benefícios para novas aposentadorias. Os custos esperados desses benefícios são reconhecidos durante o período de emprego utilizando-se uma metodologia similar à do plano de benefício definido, inclusive os ganhos e perdas atuariais.

#### Benefícios de rescisão

Benefícios de rescisão são reconhecidos como despesa na primeira das seguintes datas: (i) quando a Companhia está comprometida com um plano formal detalhado de terminar o vínculo empregatício antes da data normal de aposentadoria, sem possibilidade real de retirá-lo; e (ii) quando a Companhia tiver feito custos de reestruturação. Benefícios de rescisão de demissões voluntárias são reconhecidos se a Companhia tiver feito uma oferta incentivando a demissão voluntária, for provável que a oferta será aceita, e o número de aceitações puder ser estimado com segurança.

### Bônus

Bônus concedidos a funcionários e administradores são baseados no atingimento de metas individuais e coletivas, pré-definidas. O valor estimado do bônus é reconhecido como despesa no período de sua competência. O bônus pago em ações é tratado como pagamento baseado em ações.

#### (u) Pagamento baseado em ações

Diferentes programas de remuneração com base em ações e opções permitem que membros da Administração e outros executivos indicados pelo Conselho de Administração adquiram ações da Companhia. A Companhia adotou o IFRS 2/CPC 10 - *Pagamento baseado em Ações* para todos os programas outorgados após 7 de novembro de 2002, que não estavam encerrados em 1º de janeiro de 2007. O valor justo das opções de ações é mensurado na data da outorga usando o modelo de precificação de opção mais apropriado. Baseado no número esperado de opções que serão exercidas, o valor justo das opções outorgadas é reconhecido como despesa durante o período de carência da opção com contrapartida no patrimônio líquido. Quando as opções são exercidas, o patrimônio líquido aumenta pelo montante dos proventos recebidos.

#### (v) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são usualmente atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros aplicável, dos respectivos ativos e passivos.

Os financiamentos de ICMS, obtidos no contexto apresentado na Nota 3 (q), são registrados a valor presente uma vez que estes são considerados empréstimos subsidiados. A Companhia determinou seu custo médio de captação de recursos no mercado de dívidas, como a taxa de desconto adequada para o cálculo de ajuste a valor presente neste tipo de operação. No momento da captação o ajuste referente a contraprestação é calculado e registrado em outras receitas operacionais, seguindo o tratamento dispensado aos subsídios. A Companhia tem como procedimento revisar a taxa de desconto utilizada anualmente, em havendo novos empréstimos subsidiados, considerando aplicação prospectiva das taxas médias ponderadas vigentes naquele momento. Mensalmente, considerando-se o valor da contraprestação, o período até o vencimento, a taxa do contrato de financiamento, a taxa de desconto acima mencionada, a redução no valor do ajuste a valor presente é alocada no resultado financeiro, de tal forma que na data prevista de liquidação de cada contraprestação tal ajuste monte a zero.

#### (w) Patrimônio líquido

##### Capital social

O capital da Companhia é composto apenas por ações ordinárias.

##### Recuperação de ações

Quando a Companhia compra de volta suas próprias ações, o montante da consideração paga, incluindo os custos diretamente atribuíveis, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido, na rubrica de ações em tesouraria.

##### Custos com emissão de ações

Seus custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

##### Dividendos e Juros sobre capital próprio

Dividendos e juros sobre capital próprio são registrados no passivo no período em que eles forem declarados, com exceção da parcela referente aos dividendos mínimos obrigatórios, a qual é contabilizada ao final de cada exercício fiscal findo em 31 de dezembro, na forma da legislação aplicável.

Quando declarada, a despesa relacionada aos juros sobre o capital próprio é registrada no resultado do exercício para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social, e posteriormente reclassificada para o patrimônio líquido para fins de apresentação nessas demonstrações contábeis.

##### Reserva especial de ágio

A Companhia contabilizou no decorrer do ano o benefício fiscal, decorrente de amortização de ágio, em reserva especial, considerando como instrumento patrimonial, uma vez que não existe o requerimento e/ou a obrigação do acionista controlador subscrever as ações (conforme exceção descrita no IAS 32).

O referido benefício é decorrente de amortização de ágio, nos termos da Instrução CVM nº 319/99. Conforme permitido pela Instrução nº CVM 319/99, o Protocolo de Justificação firmado em 7 de julho de 2005, que tratou da incorporação, estabeleceu que 70% do benefício fiscal auferido pela Companhia de Bebidas em decorrência da amortização do ágio é objeto de capitalização em proveito do acionista controlador, no caso da AmBrew e da IIBV, devendo os 30% restantes ser capitalizados, em favor de todos os acionistas da Companhia.

##### (x) Redução ao valor de recuperação (impairment) de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros como imobilizado, ágio e ativo intangível são revisados a cada fechamento para avaliar se existem indicativos de redução ao valor de recuperação. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado.

O ágio, os intangíveis ainda não disponíveis para o uso e os intangíveis de vida útil indefinida são testados para fins de redução ao valor de recuperação no mínimo anualmente no nível da unidade de negócios (que é um nível abaixo do segmento reportado), ou sempre que tiverem indicativos de redução do valor recuperável.

Uma perda de redução ao valor de recuperação é reconhecida sempre que o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor de recuperação. Perdas de redução ao valor de recuperação são reconhecidas no resultado do exercício. O valor de recuperação de intangíveis com vida útil indefinida baseia-se primeiramente em um critério de valor justo, pelo qual se aplicam múltiplos que refletem transações de mercado atuais a indicadores que determinam a rentabilidade do ativo ou ao fluxo de *royalties* que poderia ser obtido com o licenciamento do ativo intangível a terceiros, em condições normais de mercado.

O valor de recuperação dos demais ativos é apurado como sendo o maior entre o seu valor justo menos os custos de venda, e o seu valor em uso. No caso de ativos que não geram fluxos de caixa individuais significativos, o montante recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. O valor recuperável das unidades geradoras de caixa às quais o ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida pertencem é baseado nos fluxos de caixa futuros descontados utilizando uma taxa de desconto que reflete as avaliações correntes de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Esses cálculos são corroborados por múltiplos de avaliação, preços de ações cotados para subsidiárias de capital aberto ou outros indicadores de valor justo disponíveis.

Ao mensurar seu valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita avaliações de mercado atuais do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, são revisados para possível reversão do *impairment* na data de apresentação. A perda por redução ao valor de recuperação é revertida somente até a extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que seria determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor de recuperação tivesse sido reconhecida.

##### (y) Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do grupo no Consolidado.

##### Venda de produtos

Com relação à venda de produtos, reconhece-se a receita quando os riscos e os benefícios inerentes ao bem forem transferidos ao comprador, não restando incerteza razoável acerca do recebimento do valor devido, dos custos associados ou da possível devolução dos produtos, e quando não houver mais nenhum envolvimento da Administração da Companhia com os produtos. A receita com a venda de produtos é mensurada pelo valor justo da contraprestação (preço) recebida ou a receber, líquida de devoluções, deduções e descontos comerciais.

Como parte de sua política comercial, a Companhia pratica desconto comercial com seus clientes, os quais são contabilizados como deduções de vendas.

##### Receita de aluguel e royalties

A receita de aluguel é reconhecida em outras receitas operacionais em bases lineares durante o período do contrato. A receita de *royalties*, proveniente do uso, por empresas que não fazem parte do grupo, de recursos da Companhia, é reconhecida como outras receitas operacionais de acordo com o período de competência.

##### Subvenção para investimentos e assistências governamentais

A Companhia possui incentivos fiscais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial estadual na forma de financiamento ou diferimento do pagamento de impostos, com reduções parciais do valor devido. Esses programas estaduais objetivam promover no longo prazo o incremento da geração de emprego, a descentralização industrial, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos estados.

Nesses estados, os prazos de carência, fruição e as reduções são previstas na legislação fiscal e, quando existentes, as condições referem-se a fatos sob controle da Companhia. O benefício relativo à redução no pagamento desses impostos é registrado no resultado do exercício, com base no regime de competência.

##### Receitas financeiras

Receitas financeiras compreendem juros recebidos ou a receber sobre aplicações financeiras, dividendos recebidos, ganhos com variação cambial, ganhos de moeda líquidos de perdas com instrumentos de *hedge* de moeda, ganhos com instrumentos de *hedge* que não são parte de uma relação de contabilidade de *hedge*, ganhos com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, assim como qualquer ganho com inefetividade de *hedge*.

Receitas de juros são reconhecidas pelo período de competência a não ser que o recebimento seja duvidoso.

##### (z) Despesas

###### Despesa de royalties

*Royalties* pagos são registrados como custo dos produtos vendidos.

###### Despesas financeiras

Despesas financeiras compreendem juros a pagar sobre empréstimos calculados com base na taxa de juros efetiva, perdas com variação cambial, perdas de moeda líquidas de ganhos com instrumentos de *hedge* de moeda, resultado com instrumentos de *hedge* de juros, perdas com instrumentos de *hedge* que não são parte de uma contabilização de *hedge*, perdas com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, perdas por redução ao valor de recuperação de ativos financeiros disponíveis para venda, assim como qualquer perda com inefetividade de *hedge*.

Todos os juros e custos incorridos relacionados a um empréstimo ou uma transação financeira são reconhecidos, conforme incorridos, como despesas financeiras, exceto quando capitalizados. Qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento de empréstimos com juros e financiamentos, tais como custos de transação e ajustes de valor justo, são reconhecidos no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base no método da taxa de juros efetiva. Os juros relacionados a arrendamento financeiro são reconhecidos no resultado do exercício utilizando a taxa de juros efetiva.

###### Pesquisa e desenvolvimento, publicidade e custos promocionais, e despesas de desenvolvimento de sistemas

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento, publicidade e custos promocionais são registrados como despesa no exercício em que forem incorridos. Não satisfazendo as condições para sua capitalização, os gastos com desenvolvimento de sistemas são registrados à conta de despesa no exercício em que forem incorridos.

###### (aa) Itens não recorrentes

Itens não recorrentes são aqueles que, no julgamento da Administração precisam ser divulgados separadamente por força da sua dimensão ou incidência. Para determinar se um acontecimento ou transação é não recorrente, a Administração considera fatores quantitativos e qualitativos, tais como a frequência ou a previsibilidade da ocorrência e do potencial de impacto sobre a variação dos lucros ou prejuízos. Esses itens são divulgados na demonstração dos resultados ou separadamente nas notas explicativas das demonstrações contábeis. Operações que podem dar origem a itens não recorrentes são principalmente as atividades de reestruturação, aquisição de subsidiárias, de perda no valor de recuperação, e os ganhos ou perdas na alienação de bens e investimentos.

###### (bb) Informações por segmento

As informações por segmentos são geradas com base em relatórios internos revisados, regularmente, pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Companhia, para fins de avaliação do desempenho de cada segmento e alocando recursos para esses segmentos. Desta forma, as informações por segmento são apresentadas em zonas geográficas, uma vez que os riscos e taxas de retorno são afetados predominantemente pelo fato da Companhia operar em diferentes regiões. A estrutura gerencial da Companhia e as informações reportadas para o principal tomador de decisão estão estruturadas da mesma maneira.

A informação de desempenho por unidades de negócios (Cervejas e RefrigereNanc), embora não se qualifique como segmento

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (em milhões de reais)

reportável, também é utilizada pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Companhia e está apresentada como informação adicional. Internamente, a Administração da Companhia utiliza indicadores de desempenho, como lucro ajustado das operações antes do resultado financeiro e dos impostos sobre a renda (EBIT ajustado) e lucro ajustado das operações antes do resultado financeiro, impostos sobre a renda e despesas com depreciação e amortização (EBITDA ajustado) como indicadores de performance de segmento para tomar decisões sobre alocação de recursos e análise de desempenho. Estes indicadores são reconciliados com o lucro do segmento nos quadros apresentados na Nota 19 - *Informações por segmento*.

A Companhia opera seus negócios através de três zonas identificadas como segmentos reportáveis:

- América Latina - Norte, que inclui nossas operações (a) no Brasil, onde operamos duas subunidades de negócios: (i) cerveja e (ii) refrigerantes, (b) na América Latina Hispânica de Operações, excluindo a América Latina - Sul ("HILA-ex"), que inclui as nossas operações na República Dominicana (que também serve as ilhas do Caribe: Saint Vicent, Republica Dominicana e Antigua) e Guatemala (que também serve El Salvador e Nicarágua), e (c) Ambev Luxemburgo;
- América Latina - Sul, que inclui as nossas operações na Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Chile, Equador<sup>(i)</sup> e Peru<sup>(i)</sup>; e
- Canadá, representada pela operação Labatt, que inclui vendas internas no Canadá.

(i) A partir de 1º de janeiro de 2013, a Companhia transferiu a responsabilidade pela gestão do Equador e Peru para a zona América Latina - Sul. Estes países eram previamente reportados na zona América Latina - Norte. As informações da Nota 19 - *Informações por segmento*, relativas a 2012 para América Latina - Sul e América Latina - Norte foram ajustadas para fins de comparação.

### (cc) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente

Seguem novos requerimentos IFRS/CPC a serem aplicáveis no futuro. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, eles não foram aplicados antecipadamente na preparação destas demonstrações contábeis.

#### IFRIC 21 - Taxas:

A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

#### IFRS 9 - Instrumentos Financeiros:

IFRS 9 é a regra emitida como parte de um projeto para substituir o IAS 39. IFRS 9 retém, mas simplifica os modelos de mensuração, e estabelece duas categorias principais de mensuração dos ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa do ativo financeiro. O IFRS 9 introduz também um novo modelo de contabilidade de *hedge*, juntamente com divulgações sobre gestão de riscos para as empresas que aplicam a contabilização de *hedge*. Como o projeto IFRS 9 ainda não foi concluído, o IASB decidiu que a data de vigência obrigatória deve ser decidida quando todo o projeto IFRS 9 estiver mais próximo da conclusão.

## 4 USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com os CPCs e IFRSs requer que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e tome decisões que afetam a aplicação das políticas contábeis e os montantes apresentados de contas patrimoniais e de resultado. As estimativas e julgamentos relacionados baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores tidos como razoáveis diante das circunstâncias, cujos resultados constituem o critério para tomada de decisões sobre o valor contábil de ativos e passivos não imediatamente evidentes em outras fontes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. Mudanças em estimativas contábeis podem afetar apenas o período no qual a revisão foi feita, ou períodos futuros.

Apesar de cada política contábil significativa refletir julgamentos, avaliações ou estimativas, a Companhia acredita que as seguintes políticas contábeis refletem os julgamentos, estimativas e premissas mais críticos que são importantes para seus negócios e entendimento de seus resultados:

- prática contábil do custo precedente (Nota 1 (c));
- combinações de negócios (Nota 3 (d) e (m));
- impairment* (Nota 3 (g.iii) e (x));
- provisões (Nota 3 (r));
- pagamento baseado em ações (Nota 3 (u));
- benefícios a funcionários (Nota 3 (t));
- imposto corrente e diferido (Nota 3 (s)); e
- negócios em conjunto (Nota 3 (d)).

Julgamentos feitos pela Administração na aplicação dos CPCs e IFRS que tenham um efeito significativo nas demonstrações contábeis e estimativas com risco significativo de ajuste material no próximo exercício são discutidos nas notas relevantes a seguir.

## 5 CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Caixa	-	-	440,6	69,9
Contas-correntes	0,3	1,5	1.674,3	2.372,0
Aplicações financeiras de curto prazo <sup>(i)</sup>	136,7	46,7	9.170,9	6.532,4
<b>Caixa e equivalentes a caixa</b>	<b>137,0</b>	<b>48,2</b>	<b>11.285,8</b>	<b>8.974,3</b>
Conta garantida	-	-	-	(0,1)
<b>Caixa e equivalentes a caixa líquido</b>	<b>137,0</b>	<b>48,2</b>	<b>11.285,8</b>	<b>8.974,2</b>

(i) O saldo refere-se, em sua maioria, a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

## 6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Consolidado	
	2013	2012
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	288,6	291,2
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	185,4
<b>Ativo circulante</b>	<b>288,6</b>	<b>476,6</b>
Ativos financeiros disponíveis para venda <sup>(i)</sup>	-	188,0
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	63,8	61,4
<b>Ativo não circulante</b>	<b>63,8</b>	<b>249,4</b>
<b>Total</b>	<b>352,4</b>	<b>726,0</b>

(i) Refere-se à operação na qual a Companhia de Bebidas e a Cerveceria Regional S.A. ("Cerveceria Regional") combinaram seus negócios na Venezuela, com participação de 15% e 85%, respectivamente. Durante o exercício de 2013, a Companhia apurou uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) no valor total de seu investimento naquele país, registrada como outros custos financeiros (Nota 24 - *Despesas e receitas financeiras*).

## 7 CONTAS A RECEBER E DEMAIS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Contas a receber de clientes	-	-	2.927,3	2.468,0
Juros a receber	-	-	76,6	127,1
Impostos indiretos a recuperar	-	-	740,6	468,7
Instrumentos financeiros derivativos com valor justo positivo	-	-	609,6	340,6
Despesas antecipadas com marketing	-	-	787,4	710,7
Dividendos a receber	-	14,8	-	-
Partes relacionadas	5,1	6,7	-	-
Outras contas a receber	4,5	-	302,2	152,9
<b>Ativo circulante</b>	<b>9,6</b>	<b>21,5</b>	<b>5.443,7</b>	<b>4.268,0</b>
		Consolidado		
		2013	2012	
<b>Ativo não circulante</b>				
Contas a receber de clientes	-	-	1,4	
Garantias e depósitos	-	-	546,3	
Instrumentos financeiros derivativos com valor justo positivo	-	-	1,7	
Impostos a recuperar	-	-	463,0	
Despesas antecipadas com marketing	-	-	148,4	
Outras contas a receber <sup>(i)</sup>	-	-	1.100,8	
<b>Ativo não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.260,2</b>	
<b>Total</b>	<b>9,6</b>	<b>21,5</b>	<b>7.703,9</b>	

(i) Do montante de R\$1.100,8 (R\$734,9 em 2012) apresentado como outras contas a receber (Ativo não circulante), R\$697,5 (R\$634,4 em 2012) estão relacionados a valores a receber do antigo acionista (ELJ) da Cerveceria Nacional Dominicana ("CND"). Em decorrência do baixo prazo médio de recebimento da carteira de clientes, os valores justos das contas a receber de clientes são extremamente próximos aos valores registrados.

Os valores que a Controladora tem a receber de partes relacionadas correspondem a contratos de mútuo celebrados com controladas integrais da Companhia - veja detalhes adicionais na Nota 32 - *Partes relacionadas*.

A idade de nossas contas a receber de clientes classificadas no ativo circulante está demonstrada como segue:

	Valor contábil em 31 de dezembro	A vencer	Consolidado Vencidos		
			Entre 30 e 60 dias	Entre 60 e 90 dias	Entre 90 e 180 dias e 180 dias e 360 dias
2013	2.927,3	2.859,4	28,5	9,9	8,2
2012	2.468,0	2.412,4	35,8	15,9	3,9

De acordo com o IFRS 7/CPC 40 - *Instrumentos Financeiros: Evidenciação*, a análise dos recebíveis vencidos, mas não provisionados em 31 de dezembro de 2013 considera também a parte não vencida do contas a receber, bem como a existência de garantias. A provisão para créditos de liquidação duvidosa reconhecida no resultado no grupo de despesas comerciais em 2013 foi de R\$38,7 no Consolidado (R\$41,0 em 2012).

A exposição a risco de crédito, de moeda e taxa de juros está divulgada na Nota 28 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

## 8 ESTOQUES

	Consolidado	
	2013	2012
Produtos acabados	876,0	697,9
Produtos em elaboração	246,7	204,5
Matérias-primas	1.294,1	1.195,1
Materiais de produção	31,6	59,5
Almoxarifado e outros	267,5	248,7
Adiantamentos	122,0	88,3
Provisão para perdas	(42,4)	(27,7)
	<b>2.795,5</b>	<b>2.466,3</b>

O valor das perdas em estoques reconhecidas no resultado no Consolidado foi de R\$78,5 (R\$83,8 em 2012).

## 9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos no Brasil, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Para as demais regiões, as alíquotas, estão demonstradas abaixo:

HILA-ex (Guatemala e República Dominicana)	de 23% a 31%
América Latina Sul	de 14% a 35%
Canadá	26%

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O valor de imposto de renda e contribuição social diferidos por tipo de diferença temporária está detalhado a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Prejuízos fiscais a utilizar	11,0	-	11,0	9,7	-	9,7
Provisões	1,6	-	1,6	-	-	-
Juros sobre capital próprio	824,5	-	824,5	-	-	-
<b>Ativo/passivo tributário diferido bruto</b>	<b>837,1</b>	<b>-</b>	<b>837,1</b>	<b>9,7</b>	<b>-</b>	<b>9,7</b>
Compensação	-	-	-	-	-	-
<b>Ativo/passivo tributário diferido líquido</b>	<b>837,1</b>	<b>-</b>	<b>837,1</b>	<b>9,7</b>	<b>-</b>	<b>9,7</b>

	Controladora			Consolidado		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Contas a receber e demais contas a receber	47,9	-	47,9	37,7	-	37,7
Derivativos	50,8	(20,9)	29,9	294,8	(0,2)	294,6
Estoques	138,8	(1,7)	137,1	115,1	(0,6)	114,5
Prejuízos fiscais a utilizar	293,3	-	293,3	342,3	-	342,3
Créditos tributários de reestruturação societária	-	-	-	229,8	-	229,8
Benefícios a empregados	477,2	-	477,2	523,7	-	523,7
Imobilizado	26,6	(667,4)	(640,8)	27,6	(607,6)	(580,0)
Ativo intangível	5,7	(605,0)	(599,3)	5,8	(610,3)	(604,5)
Ágio	-	-	-	29,2	-	29,2
Contas a pagar e demais contas a pagar	-	(894,3)	(894,3)	-	(413,9)	(413,9)
Empréstimos e financiamentos	7,5	-	7,5	120,1	(4,4)	115,7
Provisões	233,9	(21,5)	212,4	287,9	(6,1)	281,8
Juros sobre capital próprio	824,5	-	824,5	60,4	-	60,4
Lucros auferidos em regime específico de subsidiária no exterior	-	(247,8)	(247,8)	-	(291,2)	(291,2)
Outros itens	-	(96,8)	(96,8)	-	(79,6)	(79,6)
<b>Ativo/passivo tributário diferido bruto</b>	<b>2.106,2</b>	<b>(2.555,4)</b>	<b>(449,2)</b>	<b>2.074,4</b>	<b>(2.013,9)</b>	<b>60,5</b>
Compensação	(459,7)	459,7	-	(646,2)	646,2	-
<b>Ativo/passivo tributário diferido líquido</b>	<b>1.646,5</b>	<b>(2.095,7)</b>	<b>(449,2)</b>	<b>1.428,2</b>	<b>(1.367,7)</b>	<b>60,5</b>

A Companhia realiza a compensação entre saldos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos somente quando estão na mesma entidade e espera-se que sejam realizados no mesmo período.

Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no Brasil sobre os quais o imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados, não possuem prazo de prescrição.

Em 31 de dezembro de 2013, os impostos diferidos ativos e passivos líquidos têm a seguinte expectativa de realização/liquidação:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
<b>Imposto diferido não relacionado com prejuízos fiscais</b>				
a ser recuperado em até 12 meses	826,1	-	1.336,0	1.231,4
a ser recuperado depois de 12 meses	-	-	(2.078,5)	(1.513,2)
	<b>826,1</b>	<b>-</b>	<b>(742,5)</b>	<b>(281,8)</b>

### Imposto diferido relacionado com prejuízos fiscais

	2013	2012	2013	2012
2013	-	9,7	-	40,8
2014	-	-	93,7	79,9
2015	-	-	68,0	48,1
2016	-	-	107,1	141,3
A partir de 2017 <sup>(i)</sup>	11,0	-	24,5	32,2
	<b>11,0</b>	<b>9,7</b>	<b>293,3</b>	<b>342,3</b>

### Total

(i) Não existe expectativa de realização que ultrapasse o prazo de 10 anos.

A movimentação líquida do imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>9,7</b>	<b>60,5</b>
Reconhecido no resultado	827,4	(545,5)
Reconhecido no patrimônio líquido	-	35,8
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>837,1</b>	<b>(449,2)</b>

Em 31 de dezembro de 2013, ativos fiscais diferidos no montante de R\$253,8 (R\$331,2 em 31 de dezembro 2012) relacionados a prejuízos fiscais a compensar e diferenças temporárias em subsidiárias no exterior não foram registrados, já que sua realização não é provável.

O prazo de prescrição desses ativos é, em média, de cinco anos, e o prejuízo fiscal a compensar relacionado a eles equivale a R\$1.014,4 em 31 de dezembro de 2013 (R\$1.080,2 em 31 de dezembro de 2012).

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes foram os seguintes:

	Consolidado	
	2013	2012
<b>Itens que não serão reclassificados para o resultado:</b>		
Reconhecimento integral de ganhos e (perdas) atuariais	(91,8)	14,3
<b>Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado:</b>		
Hedges de fluxo de caixa - ganhos/(perdas)	(38,0)	-
Hedges de investimento líquido - ganhos/(perdas)	119,3	-
	<b>81,3</b>	<b>-</b>

## 10 INVESTIMENTOS - CONTROLADORA

a) Movimentação dos investimentos mantidos pela controladora em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*), diretos e indiretos:

	Controladora		
	2013	2012	2012
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>25.155,6</b>	<b>23.034,4</b>	
Participação nos resultados de controladas e coligadas	8.677,6	6.313,7	
Dividendos recebidos e a receber	(2.046,6)	(49,1)	
Efeito de conversão de investimentos em controladas	225,5	194,6	
Reserva de hedge em controladas	62,5	86,9	
Ganhos/(perdas) atuariais em controladas	202,1	(1.212,0)	
Opção de venda de participação em controlada	(54,1)	(1.980,9)	
Ganhos/(perdas) de participação	(28,2)	150,9	
Pagamento baseado em ações em controladas	115,7	-	
Dividendos prescritos	15,6	-	
Incorporação de ações	97.054,8	-	
Ajuste de transações entre sócios <sup>(i)</sup>	(85.242,6)	-	
Outras movimentações de capital de controlada <sup>(i)</sup>	(1.241,7)	(1.382,9)	
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>42.896,2</b>	<b>25.155,6</b>	

(i) Conforme explicado na Nota 18 (d.6), no âmbito do ICPC 09 - *Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial*, faz-se necessário um ajuste contábil nas demonstrações contábeis individuais equivalentes à provisão do ágio pago em contrapartida ao patrimônio da entidade na operação de troca de ações, para harmonizá-la às demonstrações contábeis consolidadas.

(ii) Corresponde ao efeito reflexo de movimentações de capital da controlada, o qual foi registrado em ajustes de avaliação patrimonial na Companhia.

b) Informações sobre controladas direta e indiretas:

	2013			2012		
	Participação %	Patrimônio Líquido	Investimento	Participação %	Patrimônio Líquido	Investimento
<b>Controlada direta</b>						
Companhia de Bebidas	100,00%	(243,9)	(243,9)	61,88%	(2.776,1)	(1.717,9)
<b>Controladas da Companhia de Bebidas</b>						
Agrega	50,00%	21,0	10,5	30,9		

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (em milhões de reais)

Os valores de investimento e resultado de equivalência podem não representar o valor correto em função dos arredondamentos dos percentuais de participação.

- (i) Alguns valores podem não corresponder diretamente aos percentuais de participação devido aos lucros não realizados entre empresas do grupo.  
 (ii) Alteração de participação referente à reestruturação societária de controladas.  
 (iii) Sociedade incorporada pela Londrina em outubro de 2013.  
 (iv) Em dezembro de 2012 a Ambev Luxemburgo assumiu as participações nas empresas anteriormente detidas pela Labatt AS, a qual foi encerrada na mesma data.  
 (v) Alteração de participação referente ao aumento de capital por parte da Ambev, com renúncia da acionista não subscritora.  
 (vi) Ajuste decorrente de mudança de prática contábil (Nota 1(c)).  
 c) Principais participações indiretas relevantes em controladas:

Denominação	Tabela de outras participações indiretas (%)	
	2013	2012
Linthal S.A.	100,00%	0,00%
Quilmes International (Bermuda) <sup>(i)</sup>	0,00%	100,00%
Labatt Brewing	100,00%	100,00%
Jalua Spain S. L.	100,00%	100,00%
Monthiers	100,00%	100,00%
Aspen	100,00%	100,00%

<sup>(i)</sup> Em setembro de 2013 a Quilmes International foi incorporada pela Ambev Luxemburgo.

d) Negócios em conjunto:

Os seguintes valores representam a participação da Ambev S.A. em negócios em conjunto, e foram incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

	Consolidado	
	2013	2012
Ativo circulante	99,6	117,3
Ativo não circulante	228,8	248,9
Passivo circulante	254,2	229,6
Passivo não circulante	133,7	300,9
Resultado operacional	38,7	35,4
Lucro atribuível aos acionistas	14,0	16,8

e) Principais controladas com participação de não-controladores relevante:

As controladas indiretas Companhia Cervecería Ambev Dominicana ("Embodom"), Cervecería Nacional Dominicana S.A. ("CND"), Cervecería Boliviana Nacional S.A. e Cervecería Paraguay S.A. são as que possuem maior participação de não-controladores, representando, em conjunto, 11,4% do lucro líquido da Ambev S.A. atribuído à participação de não-controladores.

### 11 IMOBILIZADO

	Consolidado							
	Terrenos e edifícios		Instalações e equipamentos		Utensílios e acessórios		Em construção	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>Custo de aquisição</b>								
<b>Saldo inicial</b>	<b>5.024,6</b>	<b>15.669,0</b>	<b>2.828,7</b>	<b>1.601,5</b>	<b>25.123,8</b>	<b>21.886,1</b>		
Efeito de variação cambial	51,4	151,8	26,7	(9,7)	220,2	582,0		
Aquisições por meio de combinações de negócios	—	—	—	0,1	0,1	721,9		
Aquisições	13,8	276,5	89,6	3.259,1	3.639,0	2.971,4		
Alienações	(102,4)	(1.404,7)	(352,5)	(0,7)	(1.860,3)	(941,7)		
Transferências de (para) outras categorias de ativos	662,6	1.604,5	373,5	(2.807,6)	(167,0)	(97,8)		
Outros	0,1	(1,8)	1,9	—	0,2	1,9		
<b>Saldo final</b>	<b>5.650,1</b>	<b>16.295,3</b>	<b>2.967,9</b>	<b>2.042,7</b>	<b>26.956,0</b>	<b>25.123,8</b>		
<b>Depreciação e Impairment</b>								
<b>Saldo inicial</b>	<b>(1.622,2)</b>	<b>(9.160,2)</b>	<b>(1.990,1)</b>	<b>—</b>	<b>(12.772,5)</b>	<b>(11.510,6)</b>		
Efeito de variação cambial	(22,6)	(111,0)	(18,5)	—	(152,1)	(378,6)		
Depreciação	(176,2)	(1.356,9)	(325,1)	—	(1.858,2)	(1.732,1)		
Perda por redução ao valor de recuperação	(0,1)	(71,6)	(1,3)	—	(73,0)	(56,4)		
Alienações	95,0	1.340,9	340,6	—	1.776,5	855,8		
Transferências (de) para outras categorias de ativos	1,0	26,1	33,1	—	60,2	46,1		
Outros	—	1,0	(0,1)	—	0,9	3,3		
<b>Saldo final</b>	<b>(1.725,1)</b>	<b>(9.331,7)</b>	<b>(1.961,4)</b>	<b>—</b>	<b>(13.018,2)</b>	<b>(12.772,5)</b>		
<b>Valor contábil:</b>								
<b>31 de dezembro de 2012</b>	<b>3.402,4</b>	<b>6.508,8</b>	<b>838,6</b>	<b>1.601,5</b>	<b>12.351,3</b>	<b>12.351,3</b>		
<b>31 de dezembro de 2013</b>	<b>3.925,0</b>	<b>6.963,6</b>	<b>1.006,5</b>	<b>2.042,7</b>	<b>13.937,8</b>	<b>—</b>		

As aquisições efetuadas no exercício referem-se substancialmente a modernização, reformas, ampliação de linhas e construção de novas plantas com o objetivo de aumentar a capacidade instalada.

As transferências referem-se principalmente à transferência de imobilizado em andamento para as categorias definitivas de ativo, incluso intangível.

A capitalização de juros é feita sobre empréstimos diretamente atribuíveis a aquisição e construção de ativos qualificáveis. O valor dos juros sobre empréstimos capitalizados no exercício de 2013 foi de R\$54,4 no Consolidado (R\$84,5 no Consolidado em 2012).

A taxa de capitalização dos juros praticada em 2013 variou entre 6,36% e 11,29% ao ano (11,29% em 2012).

A Companhia arrenda máquinas, equipamentos, móveis e utensílios, os quais foram contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O valor contábil dos ativos arrendados no Consolidado é de R\$22,0 em 31 de dezembro de 2013 (R\$47,8 em 31 de dezembro de 2012).

Os compromissos contratuais para aquisição de imobilizado representam R\$196,4 em 31 de dezembro de 2013 (R\$212,7 em 31 de dezembro de 2012).

### 12 ATIVO INTANGÍVEL

	Consolidado					
	Contratos de distribuição		Software		Outros	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>Custo de aquisição</b>						
<b>Saldo inicial</b>	<b>2.476,3</b>	<b>1.510,1</b>	<b>498,4</b>	<b>217,1</b>	<b>4.701,9</b>	<b>3.376,9</b>
Efeito de variação cambial	77,2	2,6	(7,0)	(4,9)	67,9	253,7
Aquisições	—	162,7	1,4	92,5	256,6	134,2
Alienação	—	(0,8)	(14,1)	—	(14,9)	(2,6)
Aquisição por meio de combinação de negócios	—	—	—	—	—	887,8
Transferências de (para) outras categorias de ativos	(5,2)	—	107,1	5,5	107,4	51,9
<b>Saldo no final</b>	<b>2.548,3</b>	<b>1.674,6</b>	<b>585,8</b>	<b>310,2</b>	<b>5.118,9</b>	<b>4.701,9</b>
<b>Amortização e perdas de redução ao valor de recuperação <sup>(i)</sup></b>						
<b>Saldo inicial</b>	<b>(1,9)</b>	<b>(1.253,5)</b>	<b>(368,8)</b>	<b>(141,6)</b>	<b>(1.765,8)</b>	<b>(1.613,9)</b>
Efeito de variação cambial	—	—	4,2	—	4,2	(0,9)
Amortização	—	(95,4)	(42,2)	(18,2)	(155,8)	(153,4)
Alienação	—	—	10,4	—	10,4	2,6
Transferências (de) para outras categorias de ativos	—	(2,1)	4,3	(0,6)	1,6	(0,2)
<b>Saldo no final</b>	<b>(1,9)</b>	<b>(1.351,0)</b>	<b>(392,1)</b>	<b>(160,4)</b>	<b>(1.905,4)</b>	<b>(1.765,8)</b>
<b>Valor contábil:</b>						
<b>31 de dezembro de 2012</b>	<b>2.474,4</b>	<b>256,6</b>	<b>129,6</b>	<b>75,4</b>	<b>2.936,1</b>	<b>2.936,1</b>
<b>31 de dezembro de 2013</b>	<b>2.546,4</b>	<b>323,6</b>	<b>193,7</b>	<b>149,8</b>	<b>3.213,6</b>	<b>—</b>

<sup>(i)</sup> o prazo de amortização dos ativos intangíveis de vida útil definida é de cinco anos e a amortização é calculada à taxa anual de 20% e reconhecida ao resultado do exercício pelo método linear.

Apenas as marcas são consideradas ativos intangíveis de vida útil indefinida. A Companhia é proprietária de algumas das mais importantes marcas da indústria de cerveja do mundo. Consequentemente, espera-se que estas marcas possam gerar fluxos de caixa positivos pelo exercício em que a Companhia mantiver sua propriedade. Nesse contexto, as marcas registradas como parte do valor justo quando da aquisição de subsidiárias são consideradas como de vida útil indefinida. As principais marcas reconhecidas pela Companhia são *Quilmes* na Argentina, *Pilsen* no Paraguai e Bolívia e *Presidente* e *Presidente Light* na República Dominicana. O valor contábil dos intangíveis com vida útil indefinida foi alocado para os seguintes países:

	2013	2012
Argentina	568,2	642,1
Bolívia	401,6	350,3
Brasil	—	5,5
Canadá	88,7	83,4
Chile	56,5	53,9
Paraguai	386,6	364,5
República Dominicana	935,2	869,4
Uruguai	109,6	105,3
	<b>2.546,4</b>	<b>2.474,4</b>

Intangíveis com vida útil indefinida foram testados para fins de redução ao valor de recuperação no nível da unidade geradora de caixa com base na mesma abordagem descrita na Nota 13 - *Ágio*.

Os recursos provenientes de *royalties* que poderiam ser obtidos com licenciamento do intangível para um terceiro em uma transação em condições normais de mercado também são usados como indicadores de valor justo.

### 13 ÁGIO

	Consolidado	
	2013	2012
<b>Saldo inicial</b>	<b>26.645,2</b>	<b>23.814,2</b>
Efeito da variação cambial	501,9	686,7
Aquisição de subsidiárias <sup>(i)</sup>	132,7	2.144,3
Outros	(258,7)	—
<b>Saldo final</b>	<b>27.021,1</b>	<b>26.645,2</b>

<sup>(i)</sup> Refere-se substancialmente a aquisição da Cervecería Nacional Dominicana ("CND") durante o exercício de 2012, conforme já apresentado nas demonstrações contábeis anuais de 2012 da Companhia de Bebidas.

O valor do ágio foi alocado às seguintes unidades geradoras de caixa ("UGCs"):

LAN:	Moeda funcional	
	2013	2012
Brasil	BRL 17.329,0	17.424,9
República Dominicana	DOP 2.435,5	2.321,1
LAS:		
Argentina	ARS 905,3	1.046,8
Bolívia	BOB 828,6	722,8
Equador	USD 3,9	2,7
Chile	CLP 39,1	37,4
Paraguai	PYG 679,1	642,4
Peru	PEN 46,4	44,5
Uruguai	UYU 162,2	156,2
NA:		
Canadá Holding	BRL <sup>(i)</sup> 35,9	—
Canadá Operacional	CAD 4.556,1	4.246,4
	<b>27.021,1</b>	<b>26.645,2</b>

<sup>(i)</sup> O ágio de R\$14.414,4 relacionado às operações no Canadá, o qual foi divulgado nas demonstrações contábeis de 2012 da Companhia de Bebidas, referente à aquisição das operações no Canadá pela ABI em 2004, foi revertido como parte dos ajustes contábeis registrados para refletir a base contábil da ABI. O ágio do Canadá operacional acima reflete o ágio registrado pela ABI quando essas operações já tinham sido adquiridas.

### Testes do ágio para verificação de impairment

A UGC à qual o ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill") tiver sido alocado deve ser testada para verificar a necessidade de redução ao valor recuperável ("impairment"). O teste é feito comparando o valor contábil da UGC (incluindo o goodwill), com o seu valor recuperável, e deve ser realizado no mínimo anualmente, ou sempre que houver indicação de que a UGC possa estar desvalorizada.

Ao final de 2013, a Ambev S.A. efetuou sua verificação anual de redução ao valor recuperável de ativos e, com base nas premissas abaixo descritas, não apurou uma provisão relevante por redução ao valor recuperável de ativos.

A Companhia não pode prever se ocorrerá um evento que ocasione uma desvalorização dos ativos, quando ele irá ocorrer ou como ele afetará o valor informado dos ativos. A Ambev S.A. acredita que todas as suas estimativas são razoáveis: elas são consistentes com os relatórios internos e refletem as melhores estimativas da Administração. Entretanto, existem incertezas inerentes que a Administração pode não ser capaz de controlar. Durante a avaliação, a Companhia realizou análise de sensibilidade para as premissas, incluindo o custo médio ponderado de capital e a taxa de crescimento terminal. Embora uma alteração nas estimativas utilizadas possa ter um efeito relevante sobre o cálculo do valor justo e ocasionar uma perda referente à redução ao valor recuperável de ativos, a Companhia, baseada nas análises de sensibilidade realizadas acerca dos pressupostos bases, não tem conhecimento de qualquer mudança possível em uma premissa utilizada que possa fazer com que o valor contábil de uma unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável.

O teste de *impairment* baseia-se em uma série de julgamentos críticos, estimativas e premissas. O ágio, que corresponde a aproximadamente 39% do total de ativos consolidados da Ambev S.A. em 31 de dezembro de 2013 (43% em 31 de dezembro de 2012), é testado para fins de redução ao valor recuperável, por UGC (um nível abaixo do segmento). Uma UGC é o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins gerenciais da Companhia. Sempre que ocorre uma combinação de negócios, o ágio é alocado a partir da data de aquisição, em cada UGC que se espera ser beneficiada pelas sinergias da combinação de negócios.

A metodologia utilizada pela Companhia está de acordo com o IAS 36/CPC 01 - *Redução ao Valor Recuperável de Ativos*, no qual as abordagens de valor justo líquido de despesas de venda e valor em uso são levados em consideração. Isso consiste na aplicação de um fluxo de caixa descontado baseado em modelos de avaliação de aquisição para as principais unidades de negócio e para as unidades de negócio que apresentam elevado capital investido nos múltiplos do lucro antes do resultado financeiro, imposto sobre a renda e despesas com depreciação e amortização (EBITDA) e múltiplos de avaliação para as outras unidades de negócio.

As projeções são preparadas na moeda funcional de cada unidade de negócio e descontadas pelo custo médio ponderado de capital, considerando as sensibilidades sobre essa métrica. O custo médio ponderado de capital, em dólares nominais, para o teste de *impairment* do ágio realizado variou conforme a seguir:

	2013	2012
América Latina Norte	de 7,77% a 9,84%	de 9,90% a 15,35%
América Latina Sul	de 6,24% a 21,25%	de 7,30% a 7,56%
Canadá	5,86%	4,87%
Venezuela	34,23%	17,21%

Apesar de a Ambev S.A. acreditar que seus julgamentos, premissas e estimativas são apropriados, os resultados efetivos podem diferir de tais estimativas sob diferentes premissas e condições.

### 14 CONTAS A PAGAR E DEMAIS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Fornecedores e despesas provisionadas	12,4	—	7.925,3	6.560,6
Salários e encargos	0,8	—	722,1	566,1
Impostos indiretos a pagar	0,4	0,4	2.177,4	2.046,8
Diferimento de impostos sobre vendas <sup>(i)</sup>	—	—	57,6	54,7
Juros a pagar	0,1	—	20,5	38,7
Instrumentos financeiros derivativos com valores justos negativos	—	—	945,6	1.051,7
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	915,2	11,1	1.095,2	3.099,9
Partes relacionadas	28,7	18,8	—	—
Opção de venda de participação em controlada <sup>(ii)</sup>	—	—	1.983,5	—
Outras contas a pagar	—	—	180,3	160,8
<b>Passivo circulante</b>	<b>957,6</b>	<b>30,3</b>	<b>15.107,5</b>	<b>13.579,3</b>
Fornecedores	—	—	69,4	45,0
Diferimento de impostos sobre vendas <sup>(i)</sup>	—	—	517,7	528,8
Impostos, taxas e contribuições	—	—	365,2	250,5
Instrumentos financeiros derivativos com valores justos negativos	—	—	32,5	4,2
Opção de venda de participação em controlada <sup>(ii)</sup>	—	—	537,3	2.125,8
Outras contas a pagar	—	—	34,8	109,7
<b>Passivo não circulante</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1.556,9</b>	<b>3.064,0</b>
<b>Total</b>	<b>957,6</b>	<b>30,3</b>	<b>16.664,4</b>	<b>16.643,3</b>

<sup>(i)</sup> Os saldos de diferimento de impostos sobre as vendas referem-se ao financiamento de ICMS com determinados estados do Brasil como parte de programas de incentivos à indústria. As porcentagens diferidas podem ser fixas ao longo do programa ou variar regressivamente, desde 65% a 90% no primeiro ano e nos anos posteriores até o último chegando a percentuais a partir de 50%. Os valores diferidos são usualmente corrigidos por um índice geral de preços ou taxas pré-fixadas.

<sup>(ii)</sup> Como parte do acordo de acionistas entre a Companhia de Bebidas e a ELJ uma opção de venda ("put") foi emitida que pode resultar em uma aquisição pela Companhia de Bebidas das ações remanescentes da CND.

Os valores que a Controladora tem a pagar para partes relacionadas correspondem a contratos de mútuo celebrados com controladas integrais da Companhia - veja detalhes adicionais na Nota 32 - *Partes relacionadas*.

### 15 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Esta nota divulga informações contratuais sobre a posição de empréstimos e financiamentos da Companhia. A Nota 28 - *Instrumentos financeiros e riscos* divulga informações adicionais com relação à exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros e moeda.

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Empréstimos bancários com garantia	—	—	203,0	65,2
Empréstimos bancários sem garantia	—	—	808,9	753,8
Outros empréstimos sem garantia	—	—	26,9	17,2
Arrendamentos financeiros	—	—	1,8	1,6
<b>Passivo circulante</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1.040,6</b>	<b>837,8</b>
Empréstimos bancários com garantia	86,4	—	449,9	243,8
Empréstimos bancários sem garantia	—	—	884,2	1.462,4
Debêntures e <i>Bonds</i> emitidos	—	—	336,6	429,7
Outros empréstimos sem garantia	—	—	163,4	151,5
Arrendamentos financeiros	—	—	19,4	18,6
<b>Passivo não circulante</b>	<b>86,4</b>	<b>—</b>		

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (em milhões de reais)

estatuto social da Companhia ou na legislação local; (ii) em novas dívidas contratadas perante instituições financeiras ligadas ao governo brasileiro - incluindo o BNDES - ou governos estrangeiros, sejam estas instituições financeiras multilaterais (e.g. Banco Mundial) ou localizadas em jurisdições em que a Companhia exerça suas atividades.

Estas cláusulas restritivas serão aplicadas na medida em que os eventos previstos produzam efeitos materiais adversos na Companhia e/ou em suas subsidiárias ou nos direitos de seus credores, sendo que, na hipótese de ocorrência de eventos previstos nas referidas cláusulas, é usualmente prevista a concessão à Companhia de um prazo de carência para saneamento de eventual inadimplimento.

Adicionalmente, os financiamentos contratados perante o BNDES estão sujeitos às "Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES" ("Disposições"). De acordo com referidas Disposições, os tomadores de empréstimos, como a Companhia, não poderão, sem a prévia anuência do BNDES, por exemplo: (i) assumir novas dívidas (exceto as previstas em referidas Disposições); (ii) conceder preferência a outros créditos; e/ou (iii) alienar ou onerar bens de seu ativo permanente (exceto nos casos previstos em referidas Disposições).

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia atende aos compromissos contratuais de suas operações de empréstimos e financiamentos.

### 16 PROVISÕES

	Consolidado				
	Saldo em 31 de dezembro de 2012	Efeito das variações nas taxas de câmbio	Provisões constituídas	Provisões utilizadas e revertidas	Saldo em 31 de dezembro de 2013
<b>Reestruturação Contingências</b>	4,4	0,3	4,3	(3,0)	6,0
Cíveis	30,4	(0,9)	22,8	(42,8)	9,5
Imposto sobre vendas <sup>(a)</sup>	183,8	-	148,6	(190,8)	141,6
Imposto de renda	151,0	3,6	153,5	(151,2)	149,9
Trabalhistas <sup>(b)</sup>	180,1	(0,8)	208,7	(213,6)	174,4
Outros	105,9	1,2	110,7	(122,5)	95,3
<b>Total contingências</b>	<b>651,2</b>	<b>3,1</b>	<b>644,3</b>	<b>(727,9)</b>	<b>570,7</b>
<b>Total provisões</b>	<b>655,6</b>	<b>3,4</b>	<b>648,6</b>	<b>(730,9)</b>	<b>576,7</b>

	Consolidado				
	Total	1 ano ou menos	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
<b>Reestruturação Contingências</b>	6,0	5,4	0,6	-	-
Cíveis	9,5	1,3	2,6	5,2	0,4
Imposto sobre vendas <sup>(a)</sup>	141,6	44,7	30,4	62,0	4,5
Imposto de renda	149,9	30,3	37,5	76,5	5,6
Trabalhistas <sup>(b)</sup>	174,4	52,7	38,2	77,8	5,7
Outros	95,3	10,6	26,6	54,1	4,0
<b>Total contingências</b>	<b>570,7</b>	<b>139,6</b>	<b>135,3</b>	<b>275,6</b>	<b>20,2</b>
<b>Total provisões</b>	<b>576,7</b>	<b>145,0</b>	<b>135,9</b>	<b>275,6</b>	<b>20,2</b>

O prazo estimado para liquidação das provisões foi baseado na melhor estimativa da Administração na data das demonstrações contábeis.

#### Principais processos com perda provável:

##### (a) Impostos sobre vendas

A Companhia e suas subsidiárias possuem no Brasil diversos processos administrativos e judiciais referentes aos tributos de ICMS, IPI, PIS e Cofins. Estes processos envolvem compensações, cumprimento de liminares judiciais para não recolhimento de imposto, creditamentos, entre outros.

##### (b) Trabalhistas

A Companhia e suas subsidiárias estão envolvidas em 4.108 mil processos trabalhistas considerados como prováveis de perda, envolvendo ex-empregados da Companhia, de suas subsidiárias, ou de empresas prestadoras de serviços. Tais processos envolvem principalmente horas extras, seus reflexos e respectivos encargos.

##### (c) Outros processos

A Companhia está envolvida em diversos processos ajuizados por ex-distribuidores principalmente no Brasil, os quais se referem principalmente a pedidos de indenização pelo término da relação contratual de distribuição com a Companhia.

Os processos com probabilidades possíveis estão divulgados na Nota 31 - *Contingências*.

### 17 BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

A Companhia patrocina planos de pensão de benefício definido para funcionários do Brasil e das subsidiárias localizadas na República Dominicana, Argentina, Bolívia e Canadá com base no salário dos funcionários e no tempo de serviço dos mesmos. As entidades são regidas pelas regulamentações locais e pelas práticas individuais de cada país, como também pela relação da Companhia com os fundos de pensão privados e a composição dos mesmos.

A Ambev S.A. mantém outros benefícios pós-emprego como assistência médica, odontológica e outros. Os benefícios pós-emprego são classificados como planos de contribuição definida ou de benefício definido.

Os planos de pensão de benefício definido e os outros benefícios pós-emprego não são concedidos para novas aposentadorias.

#### Planos de contribuição definida

Esses planos são custeados pelos participantes e pela patrocinadora, e são administrados por fundos de pensão privados. Durante o exercício de 2013, a Companhia contribuiu com R\$16,3 para esses fundos, sendo esse montante considerado como despesa. Uma vez que as contribuições foram pagas, a Companhia não tem mais obrigações.

#### Planos de benefício definido

O passivo líquido de planos de benefício definido, em 31 de dezembro, está composto da seguinte forma:

	Consolidado	
	2013	2012
Valor presente das obrigações custeadas	(4.681,2)	(4.748,6)
Valor justo dos ativos do plano	4.088,6	4.279,1
<b>Valor presente de obrigações líquidas</b>	<b>(592,6)</b>	<b>(469,5)</b>
Valor presente das obrigações não custeadas	(644,7)	(669,7)
<b>Valor presente das obrigações líquidas</b>	<b>(1.237,3)</b>	<b>(1.139,2)</b>
Ativos não reconhecidos	(285,6)	(612,2)
<b>Passivos</b>	<b>(1.522,9)</b>	<b>(1.751,4)</b>
Outros benefícios a funcionários de longo prazo	(11,9)	(4,0)
<b>Total dos benefícios a funcionários</b>	<b>(1.534,8)</b>	<b>(1.755,4)</b>
Valor dos benefícios a funcionários registrados no balanço patrimonial		
Passivos	(1.558,3)	(1.780,9)
Ativos	23,5	25,5
<b>Passivos líquidos</b>	<b>(1.534,8)</b>	<b>(1.755,4)</b>

As mudanças no valor presente das obrigações de benefício definido estão demonstradas como segue:

	Consolidado	
	2013	2012
<b>Obrigação com benefícios definidos em 1º de janeiro</b>	<b>(5.418,3)</b>	<b>(4.661,6)</b>
Custo de serviços	(59,9)	(52,2)
Custo de juros	(302,2)	(287,3)
Aquisição por meio de combinação de negócios	-	(76,6)
Ganhos e (perdas) em liquidações ou reduções dos benefícios	25,2	0,3
Contribuições participantes do plano	(3,2)	(3,2)
Ganhos e (perdas) atuariais - premissas demográficas	(155,1)	33,0
Ganhos e (perdas) atuariais - premissas financeiras	592,6	(295,1)
Ajustes de experiência	(75,9)	(8,5)
Diferenças cambiais	(281,9)	(404,0)
Benefícios pagos	352,8	336,9
<b>Obrigação com benefícios definidos em 31 de dezembro</b>	<b>(5.325,9)</b>	<b>(5.418,3)</b>

Na Fundação Zerrener o valor presente das obrigações custeadas inclui R\$470,5 (R\$572,9 em 2012) de dois planos de assistência médica para os quais os benefícios são providos diretamente pela Fundação Zerrener. A Fundação Zerrener é uma entidade legalmente distinta que tem por principal finalidade proporcionar aos funcionários e administradores atuais e aposentados da Ambev S.A. no Brasil assistência médico-hospitalar e odontológica, auxiliar em cursos profissionalizantes e superiores, manter estabelecimentos para auxílio e assistência a idosos, entre outros, por meio de ações diretas ou mediante convênios de auxílios financeiros com outras entidades.

A movimentação do valor justo dos ativos dos planos de pensão de benefício definido está demonstrada como segue:

	Consolidado	
	2013	2012
<b>Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro</b>	<b>4.279,1</b>	<b>3.648,5</b>
Receita de juros	272,8	262,9
Custos de administração	(5,0)	(4,6)
Retorno esperado excluindo receita de juros	(110,4)	267,8
Aquisição por meio de combinação de negócios	-	48,1
Contribuições da Ambev	128,0	143,3
Contribuições dos participantes do plano	3,2	3,2
Diferenças cambiais	182,0	242,2
Acordos, liquidações e outros	(308,3)	-
Benefícios pagos excluindo custos de administração	(352,8)	(332,3)
<b>Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro</b>	<b>4.088,6</b>	<b>4.279,1</b>

O retorno real dos ativos em 2013 foi de uma perda de R\$(368,8) (ganho de R\$26,0 em 2012).

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia registrou um montante de R\$23,5 referente ao limite sobre o reconhecimento de ativo que não exceda o valor presente dos benefícios futuros, que se espera fluírem para a Companhia, portanto, este ativo não deve sobrepor aos tratamentos de perdas atuariais ou de custo do serviço passado.

As mudanças no limite sobre o reconhecimento de ativo que não exceda o valor presente dos benefícios futuros estão demonstradas abaixo:

	Consolidado	
	2013	2012
<b>Impacto do limite sobre o reconhecimento do ativo em 1º de janeiro</b>	<b>25,5</b>	<b>25,5</b>
Receita (despesa) de juros	2,1	2,1
Alterações excluindo os montantes incluídos na receita (despesa) de juros	(4,1)	(4,1)
<b>Impacto do limite sobre o reconhecimento do ativo em 31 de dezembro</b>	<b>23,5</b>	<b>23,5</b>

A receita/(despesa) reconhecida no resultado em relação aos planos de benefício definido está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2013	2012
Custos de serviços correntes	(59,9)	(54,6)
Custos de administração	(5,0)	(4,6)
Ganhos e (perdas) em liquidações ou reduções dos benefícios	25,2	(1,6)
<b>Resultado operacional</b>	<b>(39,7)</b>	<b>(60,8)</b>
Custo financeiro	(85,7)	(82,0)
<b>Total da despesa com benefícios a funcionários</b>	<b>(125,4)</b>	<b>(142,8)</b>

A receita/(despesa) com benefícios a funcionários foram incluídas nos seguintes itens do resultado:

	Consolidado	
	2013	2012
Custo de vendas	(23,2)	(22,7)
Despesas comerciais	(3,4)	(23,4)
Receitas administrativas	(17,9)	(14,7)
Despesas financeiras	(80,9)	(82,0)
	<b>(125,4)</b>	<b>(142,8)</b>

As premissas atuariais utilizadas no cálculo das obrigações estão demonstradas a seguir:

	Consolidado	
	2013	2012
Taxa de desconto	6,6%	5,7%
Inflação	2,7%	2,8%
Aumentos de salários futuros	3,9%	4,1%
Aumentos de pensão futuros	2,7%	2,7%
Tendência de custo com plano de saúde	7,0% a.a. com redução	5,6%
Tendência de custo com plano odontológico	7,4% a.a. com redução	5,9%
Expectativa de vida para homens acima de 65 anos	84	84
Expectativa de vida para mulheres acima de 65 anos	86	86

Através de seus planos de pensão de benefício definido e planos médicos pós-emprego, a empresa está exposta a uma série de riscos, os mais significativos estão detalhados a seguir:

#### Volatilidade do ativo

Os passivos do plano são calculados utilizando uma taxa de desconto definida com referência aos títulos privados de alta qualidade, se os ativos do plano tiverem um desempenho menor que desses rendimentos corporativos, a obrigação de benefício definido líquido da Companhia pode aumentar. A maior parte dos planos custeados da Companhia mantém uma proporção de ações, que deverão superar a rentabilidade de títulos privados a longo prazo, apesar de proporcionar volatilidade e risco no curto prazo. Ao longo dos planos, a empresa geralmente reduz o nível de risco de investimento, investindo mais em ativos que melhor correspondem aos passivos. No entanto, Companhia acredita que, devido à natureza de longo prazo dos passivos do plano, manter investimentos em ações é um elemento apropriado à estratégia de longo prazo da Companhia para gerenciar os planos com eficiência.

#### Mudanças nos rendimentos de títulos

Uma diminuição nos rendimentos de títulos privados aumentará os passivos do plano, embora isso seria parcialmente compensado por um aumento no valor das participações dos títulos dos planos.

#### Risco de inflação

Algumas das obrigações de pensões da Companhia estão ligadas à inflação, e inflação mais alta levará a passivos superiores. A maioria dos ativos do plano ou são afetados por ou vagamente correlacionados a inflação, o que significa que um aumento da inflação poderia aumentar a obrigação de benefício líquida da Companhia.

#### Expectativa de vida

A maioria das obrigações dos planos objetiva trazer benefícios para a vida do participante, de modo que o aumento na expectativa de vida resultará em um aumento nos passivos dos planos.

No caso dos planos custeados, a empresa garante que as posições de investimento são geridas dentro de um quadro de correspondências entre ativos e passivos, que foi desenvolvido para atingir investimentos de longo prazo que estão em consonância com as obrigações decorrentes dos regimes de pensões. Dentro deste quadro de correspondências entre ativos e passivos, o objetivo da Companhia é combinar ativos às obrigações de pensão através de investimentos em títulos de rendimento fixo de longo prazo com vencimentos que coincidem com os pagamentos de benefícios na data de vencimento e na moeda apropriada. A Companhia monitora ativamente a duração e o rendimento esperado dos investimentos estão se comportando em relação às saídas de caixa esperadas decorrentes da obrigação de pensão. A empresa não mudou os procedimentos utilizados para gerenciar seus riscos de períodos anteriores.

A sensibilidade das obrigações de benefício definido em relação às principais premissas ponderadas estão demonstradas abaixo:

	Consolidado		
	Alteração na premissa	Aumento na obrigação	Redução na obrigação
Custos com planos de saúde	100 pontos base	(78,3)	67,2
Taxa de desconto	50 pontos base	287,8	(309,6)
Aumento de salário futuro	50 pontos base	(15,8)	15,3
Longevidade	Um ano	(161,5)	166,1

Os dados apresentados acima representam flutuações puramente hipotéticas nas premissas individuais, mantendo todas as demais premissas constantes: frequentemente, as condições econômicas e suas mudanças afetarão simultaneamente diversas premissas e os efeitos das mudanças nas principais premissas não são lineares. Dessa forma, as informações acima não são necessariamente uma representação razoável dos resultados futuros.

A sensibilidade dos ativos do plano em 31 de dezembro está demonstrada a seguir:

	Consolidado		
	2013	2012	2012
Títulos públicos	21%	0%	17%
Títulos corporativos	17%	0%	20%
Instrumentos patrimoniais	40%	0%	40%
Propriedade	0%	1%	0%
Outros	21%	0%	23%

A taxa de retorno global esperada é calculada pela ponderação das taxas individuais de acordo com sua participação prevista no total da carteira de investimentos.

A Ambev S.A. reconhece os ativos desse plano (despesas antecipadas) na extensão do valor do benefício econômico disponível para a Companhia, proveniente de reembolsos ou reduções de contribuições futuras, nesse caso em montante equivalente ao passivo atuarial correspondente.

A Ambev S.A. espera contribuir com aproximadamente R\$103,4 para os seus planos de benefício definido em 2014.

### 18 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### (a) Capital social

	2013		2012	
	Milhões de ações ordinárias	Milhões de reais	Milhões de ações ordinárias <sup>(i)</sup>	Milhões de reais
Contribuição de ações	249,1	249,1	249,1	249,1
Incorporação de ações	9.444,5	8.206,9	-	-
Emissões no exercício	5.967,8	48.527,4	-	-
Outros	2,8	17,4	-	-
<b>No final do exercício</b>	<b>15.664,2</b>	<b>57.000,8</b>	<b>249,1</b>	<b>249,1</b>

<sup>(i)</sup> As informações relacionadas ao cálculo do lucro por ação de 2012 foram refeitas para refletir o efeito dos aportes de capital, conforme descrito na Nota 1(c).

#### (b) Reservas de capital

	Atribuído à participação dos controladores				
	Ações em tesouraria	Prêmio na emissão de ações	Outras reservas de capital	Pagamentos baseados em ações	Total das reservas de capital
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2013</b>	-	-	-	-	-
Aumento de capital (i)	-	5.163,2	1.012,8	599,1	6.775,1
Incorporação de ações	-	48.527,4	-	-	48.527,4
Gastos com emissão de ações	-	(26,9)	-	-	(26,9)
Compra de ações e resultado de ações em tesouraria	(28,8)	-	-	-	(28,8)
Pagamentos baseados em ações	-	-	-	115,7	115,7
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>(28,8)</b>	<b>53.663,7</b>	<b>1.012,8</b>	<b>714,8</b>	<b>55.362,5</b>

<sup>(i)</sup> Conforme descrito na Nota 1(c), a Companhia adotou a política contábil do custo precedente para a Contribuição de Ações. Deste modo, o valor equivalente à participação contribuída já está refletido no patrimônio da Ambev S.A. desde 1 de janeiro de 2012 e, no momento do aporte de capital, foi reclassificado da conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial para demais contas do patrimônio líquido de acordo disposto nos atos societários.

#### (b.1) Ações em tesouraria

As ações em tesouraria abrangem as ações de emissão própria readquiridas pela Companhia e o resultado de ações em tesouraria, que se refere aos ganhos e perdas relacionados à realização das transações de pagamento baseado em ações, leilão e outros.

Segue abaixo a movimentação das ações em tesouraria:

	2013		2012	
	Compra de ações	Resultado sobre ações em tesouraria	Total ações em tesouraria	Total ações em tesouraria
Milhões de ações ordinárias	-	-	-	-
Milhões de reais	1,4	(23,0)	(5,8)	(28,8)
<b>No final do exercício</b>	<b>1,4</b>	<b>(23,0)</b>	<b>(5,8)</b>	<b>(28,8)</b>

#### (b.2) Prêmio na emissão de ações

O prêmio na emissão de ações refere-se à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizado para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou recompra de ações.

#### (b.3) Pagamentos baseados em ações

Diversos programas de remuneração baseada em ações e opções de ações permitem que os executivos adquiram ações da Companhia.

A reserva de pagamentos baseados em ações foi impactada pela despesa de R\$182,2 e R\$144,6 no Consolidado em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respectivamente (Nota 27 - *Pagamento baseado em ações*).

#### (c) Reservas de lucros

	Atribuído à participação dos controladores				
	Reserva de investimentos	Reserva Legal	Incentivos fiscais	Dividendos adicionais propostos	Total das reservas de lucros
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2012</b>	-	2,1	-	38,1	40,2
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(38,1)	(38,1)
Reserva legal	-	2,3	-	-	2,3
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	47,2	47,2
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	-	<b>4,4</b>	-	<b>47,2</b>	<b>51,6</b>
Aumento de capital <sup>(i)</sup>	-	-	1.431,9	-	1.431,9
Dividendos distribuídos	34,1	-	-	(47,2)	(13,1)
Reserva de incentivos fiscais	-	-	418,0	-	418,0
Reserva de					

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (em milhões de reais)

matriz industrial dos Estados. Nesses Estados, os prazos de carência, fruição e as reduções são previstas na legislação fiscal.

### (c.4) Juros sobre capital próprio/Dividendos

Segundo a legislação brasileira, as empresas têm a opção de distribuir juros sobre o capital próprio ("JCP"), calculados com base na taxa de juros de longo prazo ("TJLP"), que são dedutíveis para fins de imposto de renda e, quando distribuídos, podem ser considerados parte dos dividendos obrigatórios.

Conforme determina o Estatuto Social, a Companhia deve distribuir aos seus acionistas, a título de dividendo obrigatório relativo a cada exercício fiscal findo em 31 de dezembro, uma quantia não inferior a 40% aos seus lucros apurados conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, ajustados na forma da legislação aplicável, salvo em caso de incompatibilidade com a situação financeira da Ambev S.A.. O dividendo obrigatório inclui os montantes pagos a título de JCP.

Eventos ocorridos durante o exercício de 2013:

Evento	Aprovação	Provento	Início Pgto.	Exercício	Espécie e Classe de ação	Valor do provento por ação	Valor total do provento (R\$ milhões)
AGO	01/03/2013	Juros sobre Capital Próprio	11/03/2013	2012	ON	0,0524	13,1
AGO	01/03/2013	Dividendos	11/03/2013	2012	ON	0,0443	11,0
RCA	30/08/2013	Dividendos	27/09/2013	2013	ON	0,1300	2.036,0
							<b>2.060,1</b>

Esses dividendos referem-se ao valor total aprovado para distribuição no exercício e que foram deduzidos do lucro do exercício de 2012.

### (d) Ajustes de avaliação patrimonial

	Ajuste no valor justo de títulos disponíveis para venda	Reservas de conversão	Reserva de Hedge de fluxo de caixa	Ganhos/perdas atuariais	Opção de venda de participação em controlada	Ganhos/(perdas) de participação	Combinação de negócios	Atribuído à participação dos controladores	
								Ajustes contábeis de transações entre sócios	Ajustes de avaliação patrimonial
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2012 - originalmente emitido</b>	<b>496,8</b>	—	—	—	—	—	—	—	<b>496,8</b>
Ajuste mudança de prática contábil (Nota 1)	(496,8)	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2012 - ajustado</b>	<b>—</b>	—	—	—	—	—	—	—	<b>—</b>
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	—	—	6.313,7
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	—	—	—	—	—	—	—	—	314,4
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>—</b>	—	—	—	—	—	—	—	<b>6.628,1</b>
Efeito reflexo pela adoção do custo precedente (ii)	—	—	—	—	—	—	—	—	(4.506,9)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>—</b>	—	—	—	—	—	—	—	<b>24.905,9</b>
Lucro líquido do período	—	—	—	—	—	—	—	—	2.212,1
Resultado Abrangente:									
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	—	(68,6)	—	—	—	—	—	—	294,1
Hedge de fluxo de caixa	—	—	62,5	—	—	—	—	—	—
Ganhos/(perdas) atuariais	—	—	—	202,1	—	—	—	—	—
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>—</b>	<b>(68,6)</b>	<b>62,5</b>	<b>202,1</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>2.506,2</b>
Aumento de capital (i)	—	(3,7)	69,8	(1.205,2)	(2.003,2)	(263,9)	156,1	—	(13.163,7)
Ajuste contábil transação com minoritários	—	—	—	—	—	—	—	—	(85.242,6)
Opção de venda de participação em controlada	—	—	—	—	(54,1)	—	—	—	—
Ganhos/(perdas) de participação	—	—	—	—	—	2.378,2	—	—	(2.406,4)
Efeito reflexo pela adoção do custo precedente (ii)	—	—	—	—	—	—	—	—	(1.251,7)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>—</b>	<b>(72,3)</b>	<b>132,3</b>	<b>(1.003,1)</b>	<b>(2.057,3)</b>	<b>2.114,3</b>	<b>156,1</b>	<b>—</b>	<b>(74.652,3)</b>

Conforme descrito na Nota 1(c), a Companhia adotou a política contábil do custo precedente para a Contribuição de Ações. Deste modo, o valor equivalente à participação contribuída já está refletido no patrimônio da Ambev S.A. desde 1 de janeiro de 2012 e, no momento do aporte de capital, foi reclassificado da conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial para demais contas do patrimônio líquido de acordo disposto nos atos societários.

Refere-se principalmente a efeitos reflexos da distribuição de resultados de controlada até abril de 2013, como consequência da adoção da prática contábil do custo precedente, conforme Nota 1(c).

### (d.1) Ajuste no valor justo de títulos disponíveis para venda

A Ambev S.A. possuía, até a data da Contribuição de Ações, participação sem influência significativa na Companhia de Bebidas, a qual encontrava-se classificada como título patrimonial disponível para venda e, portanto valorizada a valor de mercado. Conforme descrito na Nota 1(c) - *Informações gerais* sobre a base de apresentação das informações contábeis da Ambev S.A. antes da Contribuição de Ações em 17 de junho de 2013, a valorização da participação na Companhia de Bebidas pelo valor de mercado foi revertido para refletir a base contábil do custo precedente.

### (d.2) Reservas de conversão

As reservas de conversão abrangem todas as diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações contábeis cuja moeda funcional é diferente do Real.

As reservas de conversão também compreendem a parcela do ganho ou perda dos passivos em moeda estrangeira e dos instrumentos derivativos caracterizados como *hedge* de investimento líquido efetivo, de acordo com as regras de contabilidade de *hedge* do IAS 39/CPC 38 - *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*.

### (d.3) Reservas de hedge de fluxo de caixa

As reservas de *hedge* compreendem a parcela efetiva proveniente da variação líquida acumulada do valor justo de *hedge* de fluxo de caixa na medida em que o risco protegido ainda não impactou o resultado do exercício - Nota 28 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

### (d.4) Ganhos e perdas atuariais

Os ganhos e perdas atuariais abrangem a expectativa em relação às obrigações futuras nos planos de aposentadoria, consequentemente, os resultados destes ganhos e perdas atuariais são reconhecidos tempestivamente com base na melhor estimativa obtida pela Administração. Desta forma, a Companhia reconhece trimestralmente, os resultados quanto a estas estimativas de ganhos e perdas atuariais, de acordo com as expectativas apresentadas com base em laudo atuarial independente.

### (d.5) Opção de venda de participação em controlada

Como parte do acordo de acionistas entre a Companhia de Bebidas e a ELJ, uma opção de venda ("put") e compra ("call") foi emitida, que pode resultar em uma aquisição pela Companhia de Bebidas das ações remanescentes da CNL por um valor equivalente a múltiplo de EBITDA das operações no país, exercível anualmente até 2019. Em 31 de dezembro de 2013, a opção de venda detida pela ELJ está valorizada em R\$2.520.747 e o passivo foi registrado com contrapartida no patrimônio líquido em conformidade com o IFRS 3/CPC 15 - *Combinação de Negócios* e categorizado como "Nível 3". Nenhum valor foi atribuído à opção de compra detida pela Companhia de Bebidas. O valor justo desta consideração diferida foi calculado utilizando técnicas usuais de valorização (valor presente do valor principal e juros futuros, descontados pela taxa de mercado). Os critérios utilizados são baseados em informações de mercado, provenientes de fontes confiáveis e são reavaliados anualmente no mesmo momento que a administração efetua o teste de *impairment*. A movimentação desta opção está demonstrada na Nota 28 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

### (d.6) Ajustes contábeis de transações entre sócios

Nas transações com sócios de um mesmo negócio que, mesmo quando realizadas entre pessoas totalmente independentes entre si, apresentarem fundamentação econômica válida e refletirem condições usuais de mercado, as normas contábeis aplicáveis entendem tais transações como ocorridas no âmbito de uma mesma entidade contábil. Desta forma, conforme determinado pelo IFRS 10/CPC 36 - *Demonstrações Consolidadas*, qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação dos não-controladores esteja contabilizada e o valor justo da quantia recebida ou paga deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido atribuído aos controladores. Em relação às Demonstrações Individuais, o ICP 09 - *Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial*, dispõe que estas Demonstrações Individuais devem refletir a situação desta controlada individual, mas sem perder de vista que ele está vinculado ao conceito da entidade econômica como um todo, incluindo os patrimônios da controladora e controlada, que portanto deveriam ser iguais. Diante disto, mesmo no caso em que a transação foi realizada entre partes com isenção de interesses e com efetivo desembolso na aquisição, faz-se necessário um ajuste contábil nas Demonstrações Individuais equivalente à provisão do montante do ágio pago em contrapartida ao patrimônio da entidade, e com isto harmonizando-a às Demonstrações Consolidadas. Na incorporação de ações dos não-controladores da controlada Companhia de Bebidas, procedemos referido ajuste reconhecendo a contrapartida da provisão no montante do ágio nesta conta patrimonial.

### (e) Lucro por ação

#### (e) Lucro por ação básico e diluído

O lucro por ação básico é calculado com base no lucro atribuído aos acionistas da Ambev S.A., e na quantidade proporcional média ponderada de ações em circulação durante o exercício.

O lucro por ação diluído é calculado com base no lucro atribuído aos acionistas da Ambev S.A., e na quantidade média ponderada ajustada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas, conforme segue:

	2013	2012
Quantidade média ponderada de ações em 31 de dezembro <sup>(a)</sup>	Ordinárias 12.677,6	Ordinárias 9.693,6
Efeito das opções de ações	145,8	145,9
<b>Quantidade média ponderada de ações (diluídas) em 31 de dezembro</b>	<b>12.823,5</b>	<b>9.839,5</b>
<sup>(a)</sup> As informações relacionadas ao cálculo do lucro por ação de 2012 foram refeitas para refletir o efeito dos aportes de capital, conforme descrito na Nota 1(c).		
<sup>(b)</sup> Não consideradas as ações em tesouraria.		
<b>Lucro por ação básico e diluído antes de itens não recorrentes</b>		
O lucro por ação antes de itens não recorrentes é calculado com base no lucro atribuído aos acionistas da Ambev S.A. antes de itens não recorrentes.		
As tabelas abaixo apresentam o cálculo do lucro por ação ("LPA"):		
	2013	2012
	Ordinárias	Ordinárias
Lucro atribuído aos acionistas da Ambev	9.535,0	6.327,3
Média ponderada da quantidade de ações (não diluídas)	12.677,6	9.693,6
<b>LPA básico<sup>(a)</sup></b>	<b>0,75</b>	<b>0,65</b>
Lucro atribuído aos acionistas da Ambev	9.535,0	6.327,3
Média ponderada da quantidade de ações (diluídas)	12.823,5	9.839,5
<b>LPA diluído<sup>(a)</sup></b>	<b>0,74</b>	<b>0,64</b>
<sup>(a)</sup> Valores expressos em reais.		
O efeito de itens não recorrentes no lucro atribuído aos acionistas da Ambev S.A. foi de R\$ 21.336 em 2013 (R\$ 24.998 em 2012). Assim, o lucro por ação básico, antes dos itens não recorrentes é de R\$ 0,75 em 2013 (R\$ 0,66 em 2012) e o lucro por ação diluído antes dos itens não recorrentes é de R\$ 0,75 em 2013 (R\$ 0,65 em 2012).		

### (f) Destinações

#### Destinações propostas

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia efetuou as destinações da conta de "Lucros acumulados", de acordo com a legislação societária e seu estatuto social. O pagamento dos dividendos efetuados até dezembro de 2013 foram aprovados em Reuniões do Conselho de Administração. Em adição, em 6 de janeiro de 2014 (Nota 35 - Eventos subsequentes) foram propostos dividendos adicionais deduzidos do resultado do exercício de 2013.

Com relação à base para distribuição de dividendos, a Companhia entende que a prática contábil do custo precedente, bem como a sua apresentação para fins comparativos das informações financeiras não deve afetar o cálculo de pagamento de dividendos mínimos obrigatórios. Para tanto, a Companhia ajustou a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios, para excluir quaisquer impactos atuais e futuros no lucro líquido decorrentes da adoção desta prática contábil, relacionados à amortização/depreciação da mais valia dos ativos ou mesmo a um eventual *impairment* do ágio, desta forma preservando os dividendos mínimos obrigatórios.

	2013	2012
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>9.535,0</b>	<b>6.327,3</b>
Ajuste pela adoção da prática contábil do custo precedente (Nota 1(c))	(2.212,1)	(6.313,7)
<b>Lucro líquido do exercício ajustado</b>	<b>7.322,8</b>	<b>13,6</b>
Ajuste mudança de prática contábil	—	32,9
Lucros acumulados	—	14,1
Dividendos prescritos	15,6	—
Reversão efeito revalorização dos ativos fixos pelo custo precedente	39,3	—
<b>Lucro base para dividendos e destinações</b>	<b>7.377,7</b>	<b>60,6</b>
<b>Dividendos distribuídos e a distribuir</b>		
Dividendos e JCP pagos com base no lucro do exercício	2.036,0	58,2
JCP aprovado pela diretoria para distribuição (Nota 35)	3.978,5	—
<b>Total de dividendos e JCP</b>	<b>6.014,5</b>	<b>58,2</b>
Percentual do lucro distribuído	82%	96%
<b>Cálculo da provisão de dividendos a distribuir do exercício de 2013</b>		
Lucro base para dividendos e destinações	7.377,8	—
Percentual de dividendos mínimos obrigatórios conforme estatuto	40%	—
Dividendos mínimos obrigatórios conforme estatuto	2.951,1	—
Dividendos distribuídos	(2.036,0)	—
<b>Dividendos a distribuir provisionados</b>	<b>915,1</b>	<b>—</b>

Eventos ocorridos durante o exercício de 2012:

Evento	Aprovação	Provento	Início Pgto.	Exercício	Espécie e Classe de ação	Valor do provento por ação	Valor total do provento (R\$ milhões)
AGE	05/04/2012	Dividendos	11/04/2012	2009	ON	0,0522	13,0
AGO	30/04/2012	Dividendos	14/09/2012	2011	ON	0,0428	10,7
AGE	11/09/2012	Juros sobre Capital Próprio	14/09/2012	2011	ON	0,1529	38,1

Esses dividendos referem-se ao valor total aprovado para distribuição no exercício e que foram deduzidos do lucro do exercício de 2011.

O JCP e dividendos não reclamados no prazo de três anos, a contar da data do início do pagamento, prescrevem e são revertidos a favor da Companhia. No exercício de 2013, a Companhia registrou R\$15,6 de JCP e dividendos prescritos (R\$10,6 em 31 de dezembro de 2012).

### (c.5) Dividendos propostos e dividendos adicionais propostos

As reservas de dividendos propostos e dividendos adicionais propostos têm como objetivo segregar os dividendos a serem distribuídos nos termos no exercício seguinte.

Os dividendos propostos e dividendos adicionais propostos foram destinados inicialmente em decorrência dos aspectos legais baseados na Lei das Sociedades por Ações.

## 19 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento são apresentadas em milhões de reais (R\$), com exceção do volume que está em milhões de hectolitros.

(a) Segmentos reportáveis - exercícios findos em:

	América Latina - norte <sup>(a)</sup>		América Latina - sul <sup>(a)</sup>		Canadá		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>Volume</b>	<b>119,1</b>	<b>122,4</b>	<b>36,9</b>	<b>38,1</b>	<b>9,1</b>	<b>9,4</b>	<b>165,1</b>	<b>169,9</b>
Receita Líquida	23.479,6	21.949,5	7.051,7	6.250,7	4.260,1	4.030,8	34.791,4	32.231,0
Custo dos produtos vendidos	(7.552,5)	(6.865,7)	(2.605,1)	(2.449,7)	(1.240,2)	(1.144,4)	(11.397,8)	(10.459,8)
<b>Lucro bruto</b>	<b>15.927,1</b>	<b>15.083,8</b>	<b>4.446,6</b>	<b>3.801,0</b>	<b>3.019,9</b>	<b>2.886,4</b>	<b>23.393,6</b>	<b>21.771,2</b>
Despesas comerciais	(5.378,5)	(4.899,2)	(1.413,7)	(1.232,1)	(1.233,6)	(1.219,6)	(8.025,8)	(7.350,9)
Despesas administrativas	(1.301,1)	(1.239,4)	(258,0)	(220,9)	(177,4)	(143,2)	(1.736,5)	(1.603,5)
Outras receitas (despesas) operacionais	1.767,9	840,1	(12,3)	7,4	5,9	15,9	1.761,5	863,4
<b>Lucro operacional ajustado (EBIT ajustado)</b>	<b>11.015,4</b>	<b>9.785,3</b>	<b>2.762,6</b>	<b>2.355,4</b>	<b>1.614,8</b>	<b>1.539,5</b>	<b>15.392,8</b>	<b>13.680,2</b>
Itens não recorrentes	(12,7)	(50,4)	(9,9)	—	(6,6)	—	(29,2)	(50,4)
<b>Lucro operacional (EBIT)</b>	<b>11.002,7</b>	<b>9.734,9</b>	<b>2.752,7</b>	<b>2.355,4</b>	<b>1.608,2</b>	<b>1.539,5</b>	<b>15.363,6</b>	<b>13.629,8</b>
Resultado financeiro líquido	(904,9)	(721,6)	(668,8)	(110,2)	10,3	(57,8)	(1.563,4)	(889,6)
Participação no resultado das coligadas	9,8	—	—	—	1,6	0,5	11,4	0,5
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>10.107,6</b>	<b>9.013,3</b>	<b>2.083,9</b>	<b>2.245,2</b>	<b>1.620,1</b>	<b>1.482,2</b>	<b>13.811,6</b>	<b>12.740,7</b>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(1.074,5)	(1.179,3)	(985,8)	(662,6)	(397,3)	(478,2)	(2.457,6)	(2.320,1)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>9.033,1</b>	<b>7.834,0</b>	<b>1.098,1</b>	<b>1.582,6</b>	<b>1.222,8</b>	<b>1.004,0</b>	<b>11.354,0</b>	<b>10.420,6</b>
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>12.544,8</b>	<b>11.209,3</b>	<b>3.150,3</b>	<b>2.727,0</b>	<b>1.789,9</b>	<b>1.683,8</b>	<b>17.485,0</b>	<b>15.620,1</b>
Itens não recorrentes	(12,7)	(50,4)	(9,9)	—	(6,6)	—	(29,2)	(50,4)
Depreciação, amortização & impairment (excluindo despesas não recorrentes)	(1.529,4)	(1.424,1)	(387,7)	(371,5)	(175,1)	(144,3)	(2.092,2)	(1.939,9)
Resultado financeiro líquido	(904,9)	(721,5)	(668,8)	(110,3)	10,3	(57,8)	(1.563,4)	(889,6)
Participação no resultado das coligadas	9,8	—	—	—	1,6	0,5	11,4	0,5
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(1.074,5)	(1.179,3)	(985,8)	(662,6)	(397,3)	(478,2)	(2.457,6)	(2.320,1)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>9.033,1</b>	<b>7.834,0</b>	<b>1.098,1</b>	<b>1.582,6</b>	<b>1.222,8</b>	<b>1.004,0</b>	<b>11.354,0</b>	<b>10.420,6</b>
<b>Margem EBITDA ajustado em %</b>	<b>53,4%</b>	<b>51,1%</b>	<b>44,7%</b>	<b>43,6%</b>	<b>42,0%</b>	<b>41,8%</b>	<b>50,3%</b>	<b>48,5%</b>
<b>Aquisição de imobilizado/intangível</b>	<b>3.043,9</b>	<b>2.354,4</b>	<b>645,0</b>	<b>589,9</b>	<b>206,7</b>	<b>154,3</b>	<b>3.895,6</b>	<b>3.098,6</b>
<b>Adição/Reversão provisões</b>	<b>406</b>							

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (em milhões de reais)

	Cerveja		Refrigerante		HILA-ex	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>Volume</b>	<b>4,6</b>	<b>3,7</b>	<b>1,4</b>	<b>1,2</b>	<b>6,0</b>	<b>4,9</b>
Receita Líquida	1.089,9	761,9	348,9	209,7	1.438,8	971,6
Custo dos produtos vendidos	(368,1)	(344,6)	(272,6)	(111,3)	(640,7)	(455,9)
<b>Lucro bruto</b>	<b>721,8</b>	<b>417,3</b>	<b>76,3</b>	<b>98,4</b>	<b>798,1</b>	<b>515,7</b>
Despesas comerciais	(275,0)	(211,4)	(85,0)	(72,0)	(360,0)	(283,4)
Despesas administrativas	(85,4)	(75,4)	(28,8)	(32,1)	(114,2)	(107,5)
Outras receitas (despesas) operacionais	(17,5)	(2,3)	10,0	6,0	(7,5)	3,7
<b>Lucro operacional ajustado (EBIT ajustado)</b>	<b>343,9</b>	<b>128,2</b>	<b>(27,5)</b>	<b>0,3</b>	<b>316,4</b>	<b>128,5</b>
Itens não recorrentes	(4,7)	(23,1)	(1,7)	(8,2)	(6,4)	(31,3)
<b>Lucro operacional (EBIT)</b>	<b>339,2</b>	<b>105,1</b>	<b>(29,2)</b>	<b>(7,9)</b>	<b>310,0</b>	<b>97,2</b>
Resultado financeiro líquido	(11,6)	(45,1)	—	—	(11,6)	(45,1)
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>327,6</b>	<b>60,0</b>	<b>(29,2)</b>	<b>(7,9)</b>	<b>298,4</b>	<b>52,1</b>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(80,1)	(34,6)	—	—	(80,1)	(34,6)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>247,5</b>	<b>25,4</b>	<b>(29,2)</b>	<b>(7,9)</b>	<b>218,3</b>	<b>17,5</b>
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>449,7</b>	<b>206,5</b>	<b>12,4</b>	<b>28,5</b>	<b>462,1</b>	<b>235,0</b>
Itens não recorrentes	(4,7)	(23,1)	(1,7)	(8,2)	(6,4)	(31,3)
Depreciação, amortização & impairment (excluindo despesas não recorrentes)	(105,8)	(78,4)	(39,9)	(28,2)	(145,7)	(106,6)
Resultado financeiro líquido	(11,6)	(45,0)	—	—	(11,6)	(45,0)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(80,1)	(34,6)	—	—	(80,1)	(34,6)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>247,5</b>	<b>25,4</b>	<b>(29,2)</b>	<b>(7,9)</b>	<b>218,3</b>	<b>17,5</b>
<b>Margem EBITDA ajustado em %</b>	<b>41,3%</b>	<b>27,1%</b>	<b>3,6%</b>	<b>13,6%</b>	<b>32,1%</b>	<b>24,2%</b>

	Cerveja		Refrigerante		Total	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>Volume</b>	<b>22,1</b>	<b>22,7</b>	<b>14,8</b>	<b>15,4</b>	<b>36,9</b>	<b>38,1</b>
Receita Líquida	5.152,0	4.468,2	1.899,7	1.782,5	7.051,7	6.250,7
Custo dos produtos vendidos	(1.530,8)	(1.367,5)	(1.074,3)	(1.082,2)	(2.605,1)	(2.449,7)
<b>Lucro bruto</b>	<b>3.621,2</b>	<b>3.100,7</b>	<b>825,4</b>	<b>700,3</b>	<b>4.446,6</b>	<b>3.801,0</b>
Despesas comerciais	(940,3)	(804,5)	(473,4)	(427,6)	(1.413,7)	(1.232,1)
Despesas administrativas	(198,5)	(159,8)	(59,5)	(61,1)	(258,0)	(220,9)
Outras receitas (despesas) operacionais	(10,2)	9,6	(2,1)	(2,2)	(12,3)	7,4
<b>Lucro operacional ajustado (EBIT ajustado)</b>	<b>2.472,2</b>	<b>2.146,0</b>	<b>290,4</b>	<b>209,4</b>	<b>2.762,6</b>	<b>2.355,4</b>
Itens não recorrentes	(7,5)	—	(2,4)	—	(9,9)	—
<b>Lucro operacional (EBIT)</b>	<b>2.464,7</b>	<b>2.146,0</b>	<b>288,0</b>	<b>209,4</b>	<b>2.752,7</b>	<b>2.355,4</b>
Resultado financeiro líquido	(606,8)	(83,0)	(62,0)	(82,2)	(668,8)	(110,2)
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>1.857,9</b>	<b>2.063,0</b>	<b>226,0</b>	<b>127,2</b>	<b>2.083,9</b>	<b>2.245,2</b>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(980,0)	(660,4)	(5,8)	(2,2)	(985,8)	(662,6)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>877,9</b>	<b>1.402,6</b>	<b>220,2</b>	<b>180,0</b>	<b>1.098,1</b>	<b>1.582,6</b>
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>2.777,2</b>	<b>2.431,5</b>	<b>373,1</b>	<b>295,5</b>	<b>3.150,3</b>	<b>2.727,0</b>
Itens não recorrentes	(7,5)	—	(2,4)	—	(9,9)	—
Depreciação, amortização & impairment (excluindo despesas não recorrentes)	(305,0)	(285,5)	(82,7)	(86,0)	(387,7)	(371,5)
Resultado financeiro líquido	(606,8)	(83,0)	(62,0)	(82,3)	(668,8)	(110,3)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(980,0)	(660,4)	(5,8)	(2,2)	(985,8)	(662,6)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>877,9</b>	<b>1.402,6</b>	<b>220,2</b>	<b>180,0</b>	<b>1.098,1</b>	<b>1.582,6</b>
<b>Margem EBITDA ajustado em %</b>	<b>53,9%</b>	<b>54,4%</b>	<b>19,6%</b>	<b>16,6%</b>	<b>44,7%</b>	<b>43,6%</b>

	2013		2012	
	Cerveja	Total	Cerveja	Total
<b>Volume</b>	<b>9,1</b>	<b>9,1</b>	<b>9,4</b>	<b>9,4</b>
Receita Líquida	4.260,1	4.260,1	4.030,8	4.030,8
Custo dos produtos vendidos	(1.240,2)	(1.240,2)	(1.144,4)	(1.144,4)
<b>Lucro bruto</b>	<b>3.019,9</b>	<b>3.019,9</b>	<b>2.886,4</b>	<b>2.886,4</b>
Despesas comerciais	(1.233,6)	(1.233,6)	(1.219,6)	(1.219,6)
Despesas administrativas	(177,4)	(177,4)	(143,2)	(143,2)
Outras receitas (despesas) operacionais	5,9	5,9	15,9	15,9
<b>Lucro operacional ajustado (EBIT ajustado)</b>	<b>1.614,8</b>	<b>1.614,8</b>	<b>1.539,5</b>	<b>1.539,5</b>
Itens não recorrentes	(6,6)	(6,6)	—	—
<b>Lucro operacional (EBIT)</b>	<b>1.608,2</b>	<b>1.608,2</b>	<b>1.539,5</b>	<b>1.539,5</b>
Resultado financeiro líquido	10,3	10,3	(57,8)	(57,8)
Participação no resultado das coligadas	1,6	1,6	0,5	0,5
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>1.620,1</b>	<b>1.620,1</b>	<b>1.482,2</b>	<b>1.482,2</b>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(397,3)	(397,3)	(478,2)	(478,2)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.222,8</b>	<b>1.222,8</b>	<b>1.004,0</b>	<b>1.004,0</b>
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>1.789,9</b>	<b>1.789,9</b>	<b>1.683,8</b>	<b>1.683,8</b>
Itens não recorrentes	(6,6)	(6,6)	—	—
Depreciação, amortização & impairment (excluindo despesas não recorrentes)	(175,1)	(175,1)	(144,3)	(144,3)
Resultado financeiro líquido	10,3	10,3	(57,8)	(57,8)
Participação no resultado das coligadas	1,6	1,6	0,5	0,5
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(397,3)	(397,3)	(478,2)	(478,2)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.222,8</b>	<b>1.222,8</b>	<b>1.004,0</b>	<b>1.004,0</b>
<b>Margem EBITDA ajustado em %</b>	<b>42,0%</b>	<b>42,0%</b>	<b>41,8%</b>	<b>41,8%</b>

## 20 RECEITA LÍQUIDA

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	Consolidado	
	2013	2012
Receita bruta de vendas e serviços	69.354,8	63.185,9
Deduções da receita bruta	(34.563,4)	(30.954,9)
	<b>34.791,4</b>	<b>32.231,0</b>

As deduções da receita bruta contemplam os impostos e abatimentos. Serviços prestados por distribuidores, tais como divulgação de nossas marcas, serviços logísticos e localização estratégica em lojas não são considerados como redutores de receita quando separadamente identificáveis.

## 21 OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Subvenção governamental e ajuste a valor presente de incentivos fiscais (Adições)/reversões de provisões	—	—	1.148,0	698,5
(Perda)/ganho na alienação de imobilizado, intangível e ativo mantido para venda	—	—	24,3	36,4
Receita de aluguel	—	—	2,8	2,9
Outras receitas (despesas) operacionais	43,1	(0,5)	656,3	156,1
	<b>43,1</b>	<b>(0,5)</b>	<b>1.761,5</b>	<b>863,4</b>

O incremento no grupo de outras receitas operacionais deve-se a maiores investimentos de capital nos últimos anos, para aumento da capacidade fabril atual e construção de novas plantas, o que permite a Companhia receber mais incentivos fiscais. Adicionalmente, no último trimestre, a Companhia teve um ganho de R\$308,4 relacionado à recuperação de ativos restritos. Anualmente a Companhia reavalia a taxa de desconto utilizada para mensuração do subsídio em empréstimos governamentais, em conformidade com seu custo de captação externo.

## 22 INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

Depreciação, amortização e despesa com redução ao valor de recuperação (impairment) estão incluídas nas seguintes contas do resultado do exercício de 2013 e 2012:

	Consolidado	
	2013	2012
Custo dos produtos vendidos	1.424,9	1.324,0
Despesas comerciais	387,3	359,2
Despesas administrativas	119,0	105,3
	<b>1.931,2</b>	<b>1.788,5</b>

## 23 ITENS NÃO RECORRENTES

Itens não recorrentes são aqueles que, no julgamento da Administração precisam ser divulgados por força da sua dimensão ou incidência. Para determinar se um acontecimento ou transação é não recorrente, a Administração considera fatores quantitativos e qualitativos, tais como a frequência ou a previsibilidade da ocorrência e do potencial de impacto sobre a variação dos lucros ou prejuízos. Operações que podem dar origem a itens não recorrentes são principalmente as atividades de reestruturação, de perda no valor de recuperação, e os ganhos ou perdas na alienação de bens e investimentos. A Companhia considera que esses itens são importantes pela sua natureza e, por consequência, a Administração excluiu esses itens da mensuração do desempenho por segmento conforme observado na Nota 19 - *Informações por segmento*. Os itens não recorrentes, incluídos na demonstração de resultado, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	2013	2012
Reestruturação	(29,2)	(31,3)
Aquisição de subsidiárias	—	(15,8)
Outros	—	(3,3)
	<b>(29,2)</b>	<b>(50,4)</b>

As despesas de reestruturação reconhecidas relacionam-se, principalmente, ao realinhamento da estrutura e dos processos no segmento geográfico América Latina - Norte e América Latina - Sul. Em 2012 as despesas com aquisição de subsidiárias relacionam-se às despesas incorridas na aquisição da CND.

## 24 DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS

### (a) Despesas Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Despesas com juros	(0,4)	—	(586,7)	(455,2)
Juros capitalizados	—	—	54,3	84,5
Juros líquidos sobre planos de pensão	—	—	(86,5)	(82,0)
Perdas com derivativos não considerados como hedge accounting	—	—	(514,3)	(560,0)
Perdas com inefetividade do hedge	—	—	(16,4)	—
Juros sobre contingências	—	—	(213,8)	(118,6)
Juros e variação cambial sobre mútuo	—	—	—	(67,8)
Variação cambial	(0,1)	—	(754,3)	(127,7)
Impostos sobre transações financeiras	(0,1)	—	(86,4)	(109,5)
Despesas com fiança bancária	—	—	(82,9)	(73,6)
Outros custos financeiros, incluindo taxas bancárias	(0,9)	—	(208,9)	(46,5)
	<b>(1,5)</b>	<b>—</b>	<b>(2.495,9)</b>	<b>(1.556,4)</b>

O aumento em outros custos financeiros do Consolidado está relacionado, principalmente, a um impairment reconhecido no investimento na Venezuela em decorrência da desvalorização da moeda naquele país, no valor de R\$198,4.

A despesa com juros é apresentada líquida do efeito dos instrumentos derivativos que protegem o risco de taxa de juros da Ambev S.A. - consultar também a Nota 28 - *Instrumentos financeiros e riscos*. A despesa com juros é composta da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Passivos financeiros ao custo amortizado	(0,4)	—	(271,2)	(156,5)
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	—	—	(291,6)	(168,0)
Hedge de valor justo - itens protegidos	—	—	6,5	(161,8)
Hedge de valor justo - instrumentos de hedge	—	—	(30,4)	34,1
Hedge de fluxo de caixa - dos itens protegidos	—	—	—	(5,9)
Hedge de fluxo de caixa - (instrumentos de hedge - reclassificado do patrimônio líquido)	—	—	—	2,9
	<b>(0,4)</b>	<b>—</b>	<b>(586,7)</b>	<b>(455,2)</b>

### (b) Receitas Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receita de juros	5,4	5,1	342,6	250,5
Ganhos com derivativos não considerados como hedge accounting	—	—	329,8	313,8
Ganhos com inefetividade do hedge	—	—	—	6,6
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	—	—	238,5	77,5
Juros e variação cambial sobre mútuo	—	—	—	0,2
Outros resultados financeiros	—	—	21,6	18,2
	<b>5,4</b>	<b>5,1</b>	<b>932,5</b>	<b>666,8</b>

A receita de juros tem a seguinte composição por origem de ativo financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Caixa e equivalentes a caixa	5,4	5,1	215,8	194,1
Aplicação financeira em título para negociação	—	—	126,8	56,4
	<b>5,4</b>	<b>5,1</b>	<b>342,6</b>	<b>250,5</b>

### (c) Resultado de Hedge

O resultado líquido do hedge de fluxo de caixa e do hedge de investimento líquido que foi reconhecido diretamente no resultado abrangente está demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Hedge de fluxo de caixa - ganhos e (perdas)	—	—	—	—
Reconhecimento no patrimônio líquido durante o exercício de hedge de fluxo de caixa	280,9	—	280,9	—
Excluído do patrimônio líquido e incluído no resultado do exercício	(220,6)	—	(220,6)	—
Variação do imposto de renda diferido no patrimônio líquido e outros movimentos	2,1	—	4,0	—
	<b>62,4</b>	<b>—</b>	<b>64,3</b>	<b>—</b>

### Ganhos e (perdas) na conversão de operações no exterior

Valor justo dos hedges de investimento líquido	(429,8)	—	(429,8)	—
--	---------	---	---------	---

## 25 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do exercício estão demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
<b>Imposto de renda e contribuição social corrente</b>	<b>(13,8)</b>	<b>0,1</b>	<b>(1.912,2)</b>	<b>(2.075,2)</b>
Imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias	826,1	—	(496,4)	(256,3)
Imposto diferido sobre prejuízos fiscais	1,3	9,7	(49,0)	11,4
<b>Total do imposto de renda diferido</b>	<b>827,4</b>	<b>9,7</b>	<b>(545,4)</b>	<b>(244,9)</b>
<b>Resultado de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>813,6</b>			





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (em milhões de reais)

Consolidado						
2013						
Empres- timos e recebíveis	Mantidos até o Vencimento	Disponível para venda	Ativos/Passivos mensurados ao valor justo		Passivos mensu- rados pelo custo amortizado	Total
			por meio do resultado	Derivativos usados para hedge		
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes a caixa	11.285,8	-	-	-	-	11.285,8
Aplicações financeiras	-	63,8	-	288,6	-	352,4
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados e impostos a recuperar	4.953,2	-	-	-	-	4.953,2
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	250,0	361,3	611,3
<b>Total</b>	<b>16.239,0</b>	<b>63,8</b>	<b>-</b>	<b>538,6</b>	<b>361,3</b>	<b>17.202,7</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Contas a pagar e demais contas a pagar excluindo impostos a recolher	-	-	-	2.520,7	-	10.623,1
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	653,6	324,4	978,0
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	2.894,1	2.894,1
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.174,3</b>	<b>324,4</b>	<b>13.517,2</b>

Consolidado						
2012						
Empres- timos e recebíveis	Mantidos até o Vencimento	Disponível para venda	Ativos/Passivos mensurados ao valor justo		Passivos mensu- rados pelo custo amortizado	Total
			por meio do resultado	Derivativos usados para hedge		
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes a caixa	8.974,3	-	-	-	-	8.974,3
Aplicações financeiras	-	61,4	373,4	291,2	-	726,0
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados e impostos a recuperar	3.612,5	-	-	-	-	3.612,5
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	200,1	171,0	371,1
<b>Total</b>	<b>12.586,8</b>	<b>61,4</b>	<b>373,4</b>	<b>491,3</b>	<b>171,0</b>	<b>13.683,9</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Contas a pagar e demais contas a pagar excluindo impostos a recolher	-	-	-	2.125,8	-	11.164,4
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	686,7	369,1	1.055,8
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	3.143,7	3.143,7
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.812,5</b>	<b>369,1</b>	<b>14.308,1</b>

**(b) Classificação dos instrumentos financeiros por tipo de mensuração do valor justo**

O IFRS 13/CPC 46 - *Mensuração do Valor Justo* define valor justo como sendo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Ainda de acordo com o IFRS 13, os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo devem ser classificados entre as categorias abaixo:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - Informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1; e
- Nível 3 - Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Consolidado				
2013				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos Financeiros</b>				
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	288,6	-	-	288,6
Derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado	62,3	187,7	-	250,0
Derivativos - <i>Hedge</i> de fluxo de caixa	154,3	131,1	-	285,4
Derivativos - <i>Hedge</i> de investimento líquido	0,7	75,2	-	75,9
<b>Total</b>	<b>505,9</b>	<b>394,0</b>	<b>-</b>	<b>899,9</b>
<b>Passivos Financeiros</b>				
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	-	-	2.520,7	2.520,7
Derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado	38,4	615,2	-	653,6
Derivativos - <i>Hedge</i> de fluxo de caixa	160,9	80,5	-	241,4
Derivativos - <i>Hedge</i> de valor justo	-	17,4	-	17,4
Derivativos - <i>Hedge</i> de investimento líquido	31,0	34,5	-	65,5
<b>Total</b>	<b>230,3</b>	<b>747,6</b>	<b>2.520,7</b>	<b>3.498,6</b>

Consolidado				
2012				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos Financeiros</b>				
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	291,2	-	-	291,2
Derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado	33,9	166,2	-	200,1
Derivativos - <i>Hedge</i> de fluxo de caixa	32,8	67,2	-	100,0
Derivativos - <i>Hedge</i> de valor justo	-	20,8	-	20,8
Derivativos - <i>Hedge</i> de investimento líquido	31,6	18,6	-	50,2
<b>Total</b>	<b>389,5</b>	<b>272,8</b>	<b>-</b>	<b>662,3</b>
<b>Passivos Financeiros</b>				
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	-	-	2.125,8	2.125,8
Derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado	40,0	646,7	-	686,7
Derivativos - <i>Hedge</i> de fluxo de caixa	87,7	156,7	-	244,4
Derivativos - <i>Hedge</i> de investimento líquido	23,5	101,1	-	124,6
<b>Total</b>	<b>151,2</b>	<b>904,5</b>	<b>2.125,8</b>	<b>3.181,5</b>

(i) Como parte do acordo de acionistas entre a Companhia de Bebidas e a ELJ, uma opção de venda ("put") e compra ("call") foi emitida, que pode resultar em uma aquisição pela Companhia de Bebidas das ações remanescentes da CND por um valor equivalente a múltiplo de EBITDA das operações no país, exercível anualmente até 2019. Em 31 de dezembro de 2013 a opção de venda detida pela ELJ está valorizada em R\$2.520,7 e o passivo foi registrado com contrapartida no patrimônio líquido em conformidade com o IFRS 3/CPC 15 - *Combinação de Negócios* e categorizado como "Nível 3". Nenhum valor foi atribuído à opção de compra detida pela Companhia de Bebidas. O valor justo desta consideração diferida foi calculado utilizando técnicas usuais de valorização (valor presente do valor principal e juros futuros, descontados pela taxa de mercado). Os critérios utilizados são baseados em informações de mercado, provenientes de fontes confiáveis e são reavaliados anualmente no mesmo momento que a administração efetua o teste de *impairment*. A movimentação do Nível 3 em 2013 está demonstrada abaixo.

Reconciliação da movimentação da categorização do Nível 3				
Consolidado				
2013				
	Contábil	Mercado	Diferença	Total
Saldo do Passivo Financeiro em 31 de dezembro de 2012	-	-	-	2.125,8
Perdas reconhecidas no resultado do exercício	-	-	-	139,5
Perdas reconhecidas no patrimônio líquido	-	-	-	255,4
<b>Saldo do Passivo Financeiro em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>956,4</b>	<b>956,4</b>	<b>-</b>	<b>2.520,7</b>

(c) **Valor justo dos passivos mensurados pelo custo amortizado**  
Os passivos empréstimos e financiamentos, e as contas a pagar e demais contas a pagar excluindo impostos a recolher da Companhia estão contabilizados a valor de custo, atualizados monetariamente de acordo com o método de taxa efetiva, acrescidos de variações monetárias e cambiais, conforme índices de fechamento de cada exercício. Caso a Companhia tivesse adotado o critério de reconhecimento de seus passivos financeiros ao custo amortizado a valor de mercado, teria apurado uma perda adicional, antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, de aproximadamente R\$(11,6) em 31 de dezembro de 2013 (R\$(28,6) em 31 de dezembro de 2012), conforme demonstrado na tabela a seguir:

Controladora					
2013					
	Contábil	Mercado	Diferença	Contábil	Mercado
FINEP - Moeda Nacional	86,4	86,4	-	-	-
Contas a pagar e demais contas a pagar	956,4	956,4	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.042,8</b>	<b>1.042,8</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Consolidado					
2012					
	Contábil	Mercado	Diferença	Contábil	Mercado
Financiamentos internacionais (outras moedas)	593,8	593,8	-	531,1	531,1
FINEP - Moeda Nacional	86,4	86,4	-	-	-
BNDES - Moeda Nacional	1.381,0	1.381,0	-	1.730,9	1.730,8
BNDES - Moeda Internacional	342,4	342,4	-	378,9	378,9
Bond 2017	279,0	290,6	(11,6)	314,0	342,6
Incentivo Fiscal	190,3	190,2	-	168,7	168,7
Financial Leasing - Moeda Internacional	21,2	21,2	-	20,2	21,0
Contas a pagar e demais contas a pagar	10.623,1	10.623,1	-	11.164,4	11.164,4
<b>Total</b>	<b>13.517,2</b>	<b>13.528,7</b>	<b>(11,6)</b>	<b>14.308,2</b>	<b>14.337,5</b>

A apuração do valor de mercado dos títulos de dívida foi baseada em cotações de corretores de investimento, em cotações dos bancos que prestam serviços à Ambev S.A. e no valor de mercado secundário dos títulos na data-base de 31 de dezembro de 2013, sendo de aproximadamente 96,88% para o *Bond* 2017 (114,21% em 31 de dezembro de 2012).

(d) **Instrumentos financeiros derivativos**  
Para atingir seus objetivos, a Companhia e suas subsidiárias utilizam-se de derivativos de câmbio, juros e *commodities*. Os instrumentos derivativos autorizados pela Política de Gestão de Riscos Financeiros são contratos futuros negociados em bolsa, *full deliverable forwards*, *non deliverable forwards*, *swaps* e opções. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas subsidiárias não possuíam nenhuma operação de *target forward*, *swaps* com verificação ou quaisquer outras operações de derivativos que impliquem em alavancagem além do valor nominal de seus contratos. As operações de derivativos são classificadas por estratégias de acordo com os seus objetivos, conforme demonstrado abaixo:

i) Derivativos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa - transações previstas altamente prováveis, contratadas com o propósito de minimizar a exposição da Companhia à flutuação de câmbio e preços de matérias-primas, investimentos, equipamentos e serviços a serem adquiridos, protegidas por *hedge* de fluxo de caixa, que devem ocorrer em diversas datas durante os próximos quatorze

meses. Ganhos e perdas classificados como reserva de *hedge* no patrimônio líquido são reconhecidos na demonstração do resultado no período ou nos períodos em que a transação prevista e protegida por *hedge* afetar o resultado. Isso ocorre, no período de até quatorze meses da data do balanço em consonância com a Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia. ii) Derivativos instrumentos de *hedge* de valor justo - operações contratadas com o objetivo de proteção do endividamento líquido da Companhia contra as variações de câmbio e taxas de juros. As posições de caixa e dívida da Companhia em moeda estrangeira são constantemente acompanhadas para identificação de novas exposições. Os resultados dessas operações, mensuradas conforme seu valor justo, são reconhecidos em cada exercício de apuração, no resultado financeiro.

iii) Derivativos instrumentos de *hedge* de investimento líquido - operações contratadas com o objetivo de minimizar a exposição das diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido nas subsidiárias da Companhia localizadas no exterior por conta de tradução de balanço. A parte efetiva do *hedge* é alocada no patrimônio líquido e ocorrendo inefetividades, este resultado é contabilizado diretamente no resultado financeiro.

iv) Derivativos ao valor justo por meio de resultado - operações contratadas com o objetivo de proteger a Companhia de oscilações no resultado do exercício, porém não atendem aos requerimentos de contabilidade de *hedge* definidos no IAS 39/CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Referem-se a derivativos contratados com o objetivo de minimizar a volatilidade de imposto de renda e contribuição social provenientes da variação cambial dos contratos de mútuo celebrados entre a Companhia e suas subsidiárias no exterior. Estes derivativos são valorizados ao valor justo, com ganhos e perdas reconhecidos na rubrica de imposto de renda e contribuição social, no resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os montantes contratados destes instrumentos derivativos e os seus respectivos valores justos, assim como os efeitos acumulados no exercício estão demonstrados na tabela abaixo:

Consolidado					
2013					
Fator de Risco	Instrumento Financeiro	Valor Nominal <sup>(i)</sup>	Valor Justo		Ganhos/(Perdas) <sup>(ii)</sup>
			Ativo	Passivo	
Moeda estrangeira	Contratos futuros <sup>(i)</sup>	3.406,4	26,9	(0,7)	257,7
Moeda estrangeira	Opções de compra	972,2	119,1	-	97,0
Moeda estrangeira	<i>Non Deliverable Forwards</i>	1.081,1	96,2	(3,7)	288,2
Moeda estrangeira	<i>Deliverable Forwards</i>	540,2	19,0	1,4	25,3
<i>Commodity</i>	Contratos futuros <sup>(i)</sup>	1.051,5	14,0	(161,1)	(259,3)
<i>Commodity</i>	<i>Swaps</i>	903,7	15,2	(79,8)	(128,0)
<b>Hedge de fluxo de caixa</b>		<b>7.955,1</b>	<b>290,4</b>	<b>(243,9)</b>	<b>280,9</b>
Moeda estrangeira	Contratos futuros <sup>(i)</sup>	2.958,4	33,9	(13,8)	180,6
Moeda estrangeira	<i>Swaps</i>	252,0	0,6	(25,9)	(9,3)
Moeda estrangeira	<i>Non Deliverable Forwards</i>	(1.277,0)	0,6	(46,0)	(26,3)
Taxas de Juros	Contratos futuros <sup>(i)</sup>	(350,0)	0,5	(0,6)	(0,1)
Taxas de Juros	<i>Swaps</i>	300,0	-	(17,4)	(30,4)
<b>Hedge de valor justo</b>		<b>1.883,4</b>	<b>35,6</b>	<b>(103,7)</b>	<b>114,5</b>
Moeda estrangeira	Contratos futuros <sup>(i)</sup>	(4.141,4)	0,7	(31,0)	(386,7)
Moeda estrangeira	<i>Swaps/Non Deliverable Forwards</i>	931,4	75,2	(34,5)	(43,2)
<b>Hedge de investimento líquido</b>		<b>(3.210,0)</b>	<b>75,9</b>	<b>(65,5)</b>	<b>(429,9)</b>
Moeda estrangeira	Contratos futuros <sup>(i)</sup>	(52,6)	22,9	(23,5)	(26,6)
Moeda estrangeira	<i>Swaps/Non Deliverable Forwards</i>	(4.206,7)	186,5	(541,3)	(181,1)
<b>Derivativos ao valor justo</b>		<b>(4.259,3)</b>	<b>209,4</b>	<b>(564,8)</b>	<b>(207,2)</b>
<b>Total Derivativos</b>		<b>2.369,2</b>	<b>611,3</b>	<b>(977,9)</b>	<b>(242,2)</b>

Consolidado					
2012					
Fator de Risco	Instrumento Financeiro	Valor Nominal <sup>(i)</sup>	Valor Justo		Ganhos/(Perdas) <sup>(ii)</sup>
			Ativo	Passivo	

Moeda estrangeira	Contratos futuros <sup>(i)</sup>	3.274,1	4,4	(16,4)	462,8
Moeda estrangeira	Opções de compra	-	-	-	43,9
Moeda estrangeira	<i>Non Deliverable Forwards</i>	1.225,9	10,5	(51,4)	13,2
Moeda estrangeira	<i>Deliverable Forwards</i>	463,3	-	(4,1)	21,5
<i>Commodity</i>	Contratos futuros <sup>(i)</sup>	933,8	76,9	(107,9)	1,5
<i>Commodity</i>	<i>Swaps</i>	695,3	41,0	(92,2)	(54,1)
<b>Hedge de fluxo de caixa</b>		<b>6.592,4</b>	<b>132,8</b>	<b>(272,0)</b>	<b>488,8</b>
Moeda estrangeira	Contratos futuros <sup>(i)</sup>	(664,2)	14,0	(14,7)	64,1
Moeda estrangeira	Opções de compra	-	-	-	(38,4)
Moeda estrangeira	<i>Swaps</i>	239,1	21,7	(180,7)	(15,7)
Moeda estrangeira	<i>Non Deliverable Forwards</i>	1.351,3	19,8	(10,5)	(39,6)
Taxas de Juros	Contratos futuros <sup>(i)</sup>	(400,0)	0,2	(0,4)	(31,7)
Taxas de Juros	<i>Swaps</i>	300,0	20,8	-	34,1
<b>Hedge de valor justo</b>		<b>826,2</b>	<b>76,5</b>	<b>(206,3)</b>	<b>(27,2)</b>
Moeda estrangeira	Contratos futuros <sup>(i)</sup>	(2.462,8)	31,6	(23,5)	(172,8)
Moeda estrangeira	<i>Swaps/Non Deliverable Forwards</i>	-	18,6	(101,1)	(101,7)
<b>Hedge de investimento líquido</b>		<b>(2.462,8)</b>	<b>50,2</b>	<b>(124,6)</b>	<b>(274,5)</b>
Moeda estrangeira	Contratos futuros <sup>(i)</sup>	(4,0)	6,0	(6,0)	3,1
Moeda estrangeira	<i>Swaps/Non Deliverable Forwards</i>	(2.182,5)	105,5	(446,9)	69,5
<b>Derivativos ao valor justo</b>		<b>(2.186,5)</b>	<b>111,5</b>	<b>(452,9)</b>	<b>72,6</b>
<b>Total Derivativos</b>		<b>2.769,3</b>	<b>371,0</b>	<b>(1.055,8)</b>	<b>259,7</b>

(i) As posições positivas referem-se a posições compradas e as posições negativas referem-se a posições vendidas.

(ii) Os contratos futuros são negociados em bolsas organizadas de futuros, enquanto que os demais instrumentos financeiros derivativos são negociados diretamente com instituições financeiras.

(iii) O resultado de R\$280,9 referente ao *hedge* de fluxo de caixa foi reconhecido no patrimônio líquido (reserva de *hedge*), assim como o resultado das operações de *hedge* de investimento líquido R\$(429,8) que por sua vez foi alocado como ganhos e (perdas) na conversão de operações no exterior, conforme demonstração do lucro abrangente.

O resultado das operações de *hedge* de valor justo de R\$114,5, assim como o resultado dos derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado, de R\$(207,7) foram registrados em sua totalidade na demonstração do resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2013 apresentavam as seguintes faixas de vencimentos de Valor Nominal e Valor Justo por instrumento:

Consolidado						
Fator de Risco	Instrumento Financeiro	Valor Nominal				Total
		2014	2015	2016	2017	
Moeda estrangeira	Contratos futuros <sup>(i)</sup>	3.406,4	-	-	-	3.406,4
Moeda estrangeira	Opções de compra	972,2	-	-	-	972,2
Moeda estrangeira	<i>Non Deliverable Forwards</i>	1.081,1	-	-	-	1.081,1
Moeda estrangeira	<i>Deliverable Forwards</i>	540,2	-	-	-	540,2
<i>Commodity</i>	Contratos futuros <sup>(i)</sup>	931,2	120,3	-</		



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (em milhões de reais)

Risco	Instrumento Financeiro	Consolidado			
		Cenário Base	Cenário Provável	Cenário Adverso	Cenário Remoto
Desvalorização de moeda estrangeira	Contratos futuros	26,2	(259,0)	(825,4)	(1.677,0)
Desvalorização de moeda estrangeira	Opções de compra	119,1	(119,1)	–	–
Desvalorização de moeda estrangeira	Non Deliverable Forwards	92,5	(27,7)	(177,9)	(448,1)
Desvalorização de moeda estrangeira	Deliverable Forwards	20,4	(18,4)	(114,6)	(249,6)
Desvalorização das commodities	Contratos futuros	(147,1)	(141,0)	(409,9)	(672,8)
Desvalorização das commodities	Swaps	(64,6)	(93,1)	(290,6)	(516,5)
<b>Hedge de fluxo de caixa</b>		<b>46,5</b>	<b>(658,3)</b>	<b>(1.818,4)</b>	<b>(3.564,0)</b>
Desvalorização de moeda estrangeira	Contratos futuros	20,1	(224,8)	(719,5)	(1.459,1)
Desvalorização de moeda estrangeira	Swaps	(25,3)	(19,1)	(88,3)	(151,3)
Desvalorização de moeda estrangeira	Non Deliverable Forwards	(45,4)	(97,1)	(364,6)	(683,8)
Aumento da taxa de juros	Contratos futuros	(0,1)	–	(0,2)	(0,3)
Aumento da taxa de juros	Swaps	(17,4)	(22,8)	(218,7)	(204,2)
<b>Hedge de valor justo</b>		<b>(68,1)</b>	<b>(363,8)</b>	<b>(1.391,3)</b>	<b>(2.498,7)</b>
Valorização de moeda estrangeira	Contratos futuros	(30,3)	(314,6)	(1.062,7)	(2.101,0)
Valorização de moeda estrangeira	Non Deliverable Forwards	40,7	(31,6)	(192,2)	(425,1)
<b>Hedge de investimento líquido</b>		<b>10,4</b>	<b>(346,2)</b>	<b>(1.257,9)</b>	<b>(2.526,1)</b>
Valorização de moeda estrangeira	Contratos futuros	(0,6)	(4,0)	(13,8)	(27,0)
Valorização de moeda estrangeira	Swaps/Non Deliverable Forwards	(354,8)	(342,8)	(1.406,5)	(2.458,1)
<b>Derivativos ao valor justo</b>		<b>(355,4)</b>	<b>(346,8)</b>	<b>(1.420,3)</b>	<b>(2.485,1)</b>

Transação	Risco	Consolidado			
		Cenário Base	Cenário Provável	Cenário Adverso	Cenário Remoto
Hedge cambial	Desvalorização de moeda estrangeira	192,9	(408,1)	(1.315,6)	(2.704,7)
Compras de insumos		(192,9)	408,1	1.315,6	2.704,7
Hedge commodities	Queda no preço das commodities	(147,1)	(234,1)	(409,9)	(672,8)
Compras de insumos		147,1	234,1	409,9	672,8
Hedge cambial	Desvalorização de moeda estrangeira	0,7	(16,1)	(92,9)	(186,5)
Compra de capex		(0,7)	16,1	92,9	186,5
<b>Hedge de fluxo de caixa</b>		<b>46,5</b>	<b>(658,3)</b>	<b>(1.818,4)</b>	<b>(3.564,0)</b>
<b>Compras operacionais</b>		<b>(46,5)</b>	<b>658,3</b>	<b>1.818,4</b>	<b>3.564,0</b>
<b>Efeito líquido</b>		<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
Hedge cambial	Valorização de moeda estrangeira	(50,6)	(341,0)	(1.172,4)	(2.294,2)
Dívida líquida		50,6	328,4	1.073,8	2.097,0
Hedge de juros	Aumento da Taxa de Juros	(17,5)	(22,8)	(218,9)	(204,5)
Despesa com juros		17,5	22,8	218,9	204,5
<b>Hedge de valor justo</b>		<b>(68,1)</b>	<b>(363,8)</b>	<b>(1.391,3)</b>	<b>(2.498,7)</b>
<b>Dívida líquida e juros</b>		<b>68,1</b>	<b>351,2</b>	<b>1.292,7</b>	<b>2.301,5</b>
<b>Efeito líquido</b>		<b>–</b>	<b>(12,6)</b>	<b>(98,6)</b>	<b>(197,2)</b>
Hedge de investimento	Valorização de moeda estrangeira	10,4	(346,2)	(1.257,9)	(2.526,1)
Despesas fiscais		(10,4)	346,2	1.257,9	2.526,1
<b>Hedge de investimento líquido</b>		<b>10,4</b>	<b>(346,2)</b>	<b>(1.257,9)</b>	<b>(2.526,1)</b>
<b>Despesas fiscais</b>		<b>(10,4)</b>	<b>346,2</b>	<b>1.257,9</b>	<b>2.526,1</b>
<b>Efeito líquido</b>		<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
Hedge cambial	Valorização de moeda estrangeira	(355,4)	(346,8)	(1.420,3)	(2.485,1)
Despesas fiscais		355,4	346,8	1.420,3	2.485,1
<b>Derivativos ao valor justo</b>		<b>(355,4)</b>	<b>(346,8)</b>	<b>(1.420,3)</b>	<b>(2.485,1)</b>
<b>Despesas fiscais</b>		<b>355,4</b>	<b>346,8</b>	<b>1.420,3</b>	<b>2.485,1</b>
<b>Efeito líquido</b>		<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>

### Apuração do valor justo de derivativos

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos calculando o seu valor de mercado por meio da utilização das curvas de mercado que impactam o instrumento nas datas de apuração. No caso de swaps, tanto a ponta ativa quanto a ponta passiva são estimadas de forma independente e trazidas a valor presente, onde a diferença do resultado entre as pontas gera o valor de mercado do swap. Para os instrumentos financeiros negociados em bolsa, o valor justo é calculado de acordo com os preços de ajustes divulgados pelas mesmas.

### Margens dadas em garantia

Para atender às garantias exigidas pelas bolsas de derivativos e/ou contrapartes contratadas em determinadas operações de instrumentos financeiros derivativos, a Companhia mantém, como margens dadas em garantia, em 31 de dezembro de 2013 um montante de R\$647,8 em aplicações de liquidez imediata ou em espécie, classificado como caixa e equivalentes a caixa (R\$626,4 em 31 de dezembro de 2012).

### Compensação de ativos e passivos financeiros

A tabela a seguir demonstra os ativos e passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos de liquidação pelo valor líquido e acordos similares:

	Valores sujeitos a compensação			Valores não sujeitos a compensação		
	2013			2012		
	Ativos	Passivos	líquido	Instrumentos Financeiros	Margens dadas em garantia	Valor líquido
Derivativos ativos	611,3	–	611,3	(314,8)	–	296,5
Derivativos passivos	–	(978,1)	(978,1)	314,8	49,4	(613,8)
<b>Total Derivativos</b>	<b>611,3</b>	<b>(978,1)</b>	<b>(366,8)</b>	<b>–</b>	<b>49,4</b>	<b>(317,3)</b>

	Valores sujeitos a compensação			Valores não sujeitos a compensação		
	2012			2011		
	Ativos	Passivos	líquido	Instrumentos Financeiros	Margens dadas em garantia	Valor líquido
Derivativos ativos	371,1	–	371,1	(272,8)	–	98,3
Derivativos passivos	–	(1.055,8)	(1.055,8)	272,8	35,2	(747,8)
<b>Total Derivativos</b>	<b>371,1</b>	<b>(1.055,8)</b>	<b>(684,7)</b>	<b>–</b>	<b>35,2</b>	<b>(649,5)</b>

Para os ativos e passivos financeiros sujeitos a acordos de liquidação pelo valor líquido ou acordos similares, cada acordo entre a Companhia e a contraparte permite esse tipo de liquidação quando ambas as partes fazem essa opção. Na ausência de tal eleição, os ativos e passivos financeiros serão liquidados pelos seus valores brutos, porém cada parte terá a opção de liquidá-los pelo valor líquido, no caso de inadimplência da parte contrária.

## 29 ARRENDAMENTO OPERACIONAL

A Companhia arrenda principalmente centros de distribuição e salas comerciais. O arrendamento é feito normalmente para um exercício de 5 a 10 anos, com opção de renovação após essa data.

O saldo dos arrendamentos operacionais a pagar está demonstrado a seguir, por prazo de vencimento:

	Consolidado	
	2013	2012
Menos de 1 ano	62,8	66,2
De 1 a 5 anos	160,3	150,2
Mais de 5 anos	74,1	61,8
	<b>297,2</b>	<b>278,2</b>

Em 2013, a despesa de arrendamento operacional totalizou R\$65,3 no resultado do exercício (R\$54,1 em 2012).

## 30 GARANTIAS, OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, ADIANTAMENTO DE CLIENTES E OUTROS

	Consolidado	
	2013	2012
Cauções	1.193,9	1.178,9
Outros compromissos	447,2	282,0
	<b>1.641,1</b>	<b>1.460,9</b>
Compromissos contratuais com fornecedores	11.918,7	14.968,6
Compromissos contratuais - Bond 2017	300,0	300,0
	<b>12.218,7</b>	<b>15.268,6</b>
<b>Total</b>	<b>13.859,8</b>	<b>16.729,5</b>

Em 31 de dezembro de 2013, as cauções e outros compromissos totalizavam R\$1.193,9, incluindo R\$546,3 em garantias em dinheiro. Os depósitos em dinheiro para garantia são apresentados como parte do contas a receber. Adicionalmente, para atender às garantias exigidas pelas bolsas de derivativos e/ou contrapartes contratadas em determinadas operações de instrumentos financeiros derivativos, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2013 na Controladora e no Consolidado, um montante de R\$647,8 em aplicações de liquidez imediata ou espécie (Nota 28 - Instrumentos financeiros e riscos).

A maior parte do saldo de compromissos contratuais refere-se a obrigações com fornecedores de embalagens.

A controladora Companhia de Bebidas é garantidora do Bond 2017.

O vencimento dos compromissos contratuais em 31 de dezembro de 2013 e 2012 está demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	2013	2012
Menos de 1 ano	3.438,3	2.893,1
Entre 1 e 2 anos	2.379,4	2.305,0
Mais de 2 anos	6.401,0	10.070,5
	<b>12.218,7</b>	<b>15.268,6</b>

## 31 CONTINGÊNCIAS

A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios.

Os passivos contingentes prováveis estão totalmente provisionados, conforme detalhado na Nota 16 - Provisões.

Adicionalmente a Companhia tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos, classificados pela Administração como de perdas possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Consolidado	
	2013	2012
PIS e Cofins	363,9	306,8
ICMS e IPI	3.807,4	2.927,7
IRPJ e CSLL	10.196,2	7.583,0
Trabalhistas	135,7	146,7
Cíveis	161,6	174,2
Outros	1.386,6	774,3
	<b>16.051,4</b>	<b>11.912,7</b>

### Principais processos com probabilidade de perda possível

Ágio  
Em dezembro de 2011, a Companhia recebeu uma autuação da Secretaria da Receita Federal do Brasil referente, principalmente, à glosa de despesas de amortização do ágio decorrente da incorporação da InBev Holding Brasil S.A.. Em junho de 2012 a Companhia apresentou Recurso Voluntário contra decisão desfavorável de 1ª instância administrativa e aguarda o seu respectivo julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda - CARF. A Ambev S.A. considera a probabilidade de perda no valor de R\$3,9 bilhões (R\$3,7 bilhões em 31 de dezembro de 2012) relacionado a essa autuação como possível. A Companhia não constituiu nenhuma provisão para esse fim. Na eventualidade de a Companhia ser requerida a pagar este montante, a ABI reembolsará o valor proporcional ao seu benefício decorrente da amortização do ágio referido, bem como dos respectivos custos.

Em outubro de 2013, a Ambev S.A. recebeu mais um Auto de Infração relacionado com o ágio amortizado referente a incorporação da Quinsa S.A. na Ambev S.A.. A Ambev S.A. apresentou impugnação e aguarda julgamento em primeira instância administrativa. O valor do risco de possível é de aproximadamente R\$1,1 bilhão, para dezembro de 2013. Não houve nenhuma provisão feita sobre a matéria.

### Lucros auferidos no exterior

Durante o primeiro trimestre de 2005, a Companhia e algumas de suas subsidiárias receberam autuações da Secretaria da Receita Federal do Brasil com relação à tributação de lucros auferidos por subsidiárias domiciliadas no exterior. Em dezembro de 2008, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda - CARF julgou um dos autos de infração sendo que a decisão foi parcialmente favorável à Companhia. No que se refere à parte remanescente, a Companhia interpôs recurso voluntário para a Câmara Superior do CARF e aguarda seu respectivo julgamento. A Companhia não constituiu nenhuma provisão

para esse fim. Em dezembro de 2013 a Ambev S.A. recebeu mais um Auto de Infração relacionado com a cobrança de lucros de empresas do Grupo no exterior. Para o exercício de dezembro de 2013 a Ambev S.A. estima um valor de aproximadamente R\$3,8 bilhões (R\$2,6 bilhões em 31 de dezembro de 2012) com classificação de perda possível e de aproximadamente R\$32,3 milhões com classificação de perda provável.

### Zona Franca de Manaus - IPI

Os produtos fabricados na Zona Franca de Manaus para consumo em outros lugares no Brasil estão isentos de IPI. Subsidiárias da Ambev S.A. registraram crédito presumido sobre a aquisição de insumos isentos lá fabricados. Desde 2009, a Ambev S.A. tem recebido uma série de Autos de Infração à glosa destes créditos presumidos. Ainda não há jurisprudência pacificada sobre o assunto. A Ambev S.A. estima que o valor envolvido nestes processos são de R\$723,3 milhões classificados como perda possível.

### Descontos Incondicionais

A Ambev S.A. está sendo cobrada em processos judiciais pelo Estado do Rio de Janeiro, os têm como objeto a cobrança de ICMS sobre descontos incondicionais concedidos pela Ambev S.A. em janeiro de 1996 e fevereiro de 1998. Esses processos encontram-se no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal para julgamento. Em novembro de 2013, a Ambev S.A. recebeu Autos de Infração similares emitidos pelo Estado do Pará. A Ambev S.A. estima que o valor envolvido nestes processos seja de aproximadamente R\$760 milhões classificados como perda possível.

### Utilização de prejuízo fiscal em incorporação

A Companhia e uma de suas subsidiárias são partes em autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, os quais visam à cobrança de suposto crédito tributário decorrentes da não concordância pelo Fisco Federal com o aproveitamento integral de prejuízo fiscal acumulado para abatimento do lucro real por empresas em seu último ano de existência, decorrente de incorporação. Com base na avaliação dos advogados externos a Companhia não constituiu nenhuma provisão para estes casos por entender que não há disposição legal expressa que limite a utilização de prejuízos fiscais para os casos de extinção da pessoa jurídica (incluindo casos de incorporação), não se aplicando, portanto, o entendimento da fiscalização nos mencionados autos de infração. A Companhia estima que a exposição possível de perdas dessas autuações seja de aproximadamente R\$582 milhões em 31 de dezembro de 2013 (R\$522 milhões em 31 de dezembro de 2012).

### Bônus de subscrição de ações

Determinados detentores de bônus de subscrição da Companhia de Bebidas emitidos em 1996 (para exercício em 2003) propuseram ações judiciais para subscrever as ações correspondentes por valor inferior ao que a Companhia entende como sendo o estabelecido no momento da emissão do bônus, e ainda receber os dividendos correspondentes a estas ações desde o exercício de 2003 (valor aproximado atual de R\$413,5 (R\$367,3 em 31 de dezembro de 2012) além de custas e honorários advocatícios a serem determinados). Caso a Companhia venha a perder a totalidade das referidas ações judiciais, seria necessária a emissão de 172.831,6 ações ordinárias, recebendo em contrapartida recursos substancialmente inferiores ao valor de mercado das ações. Com base em opinião dos advogados externos, não constituímos nenhuma provisão para esse fim.

### Sistema brasileiro de defesa da concorrência

Em 22 de julho de 2009 o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE julgou o processo administrativo iniciado em 2004 em decorrência de representação da Schincariol, que teve por objeto a investigação de práticas de mercado da Companhia, notadamente o nosso programa de fidelidade denominado "Tô Contigo".

Durante a fase investigatória deste processo, a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça - SDE concluiu que o programa "Tô Contigo" deveria ser considerado anti-concorrencial, ausentes determinados ajustes, os quais já se encontravam substancialmente incorporados ao programa na sua configuração de então. Não houve recomendação de multa por parte da SDE. As demais acusações tiveram recomendação de arquivamento. Após o parecer da SDE, o processo foi encaminhado ao CADE para julgamento, que determinou a condenação da Companhia, incluindo uma multa de R\$352 milhões (R\$488 milhões em 31 de dezembro de 2013 incluindo os juros acumulados (R\$486 milhões em 31 de dezembro de 2012)). A perda deverá ser limitada ao montante da multa e outras taxas legais referentes a esse processo.

A Companhia ajuizou ação para anular a decisão do CADE. O juízo da 16ª Vara Federal de Brasília determinou a suspensão da multa e de outras partes da decisão, mediante a apresentação de caução. A Companhia já apresentou uma carta de fiança para essa finalidade. Com base em opinião dos advogados externos, não constituímos nenhuma provisão para esse fim.

Adicionalmente, a Companhia possui outros processos administrativos com o CADE e SDE, que investigam determinadas condutas, as quais no entender da Companhia, não representam infração concorrencial.

### Contingências ativas

De acordo com o IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis.

## 32 PARTES RELACIONADAS

### Políticas e práticas quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação que lhe é aplicável. Nos termos do Estatuto Social da Companhia compete ao Conselho de Administração a aprovação de quaisquer negócios ou contratos entre a Companhia e/ou qualquer de suas controladas, administradores e/ou acionistas (incluindo os sócios, diretos ou indiretos, dos acionistas da Companhia). Ao Comitê de Compliance da Companhia cabe assessorar o Conselho de Administração da Companhia em assuntos relativos às transações com partes relacionadas.

É vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante, ainda que em tese, com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar em ata de Reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria a sua não participação na deliberação.

É regra da Companhia que as transações com partes relacionadas sigam condições razoáveis e comutativas, em linha com as que prevalecem no mercado ou em que a Companhia contrariaria com terceiros e estejam claramente refletidas nas demonstrações contábeis e sejam refletidas em contratos escritos.

### Transações com membros da Administração

Além dos benefícios de curto prazo, os diretores são elegíveis a benefícios pós-emprego, como, por exemplo, benefícios de aposentadoria e assistência médica e odontológica. Adicionalmente, administradores são elegíveis ao Plano de Opções de Compra de Ações, conforme mencionado na Nota 27 - Pagamento baseado em ações.

O total das despesas com Administradores da Companhia, que está registrada na Ambev, uma vez que o serviço foi prestado para esta entidade legal, está demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
Benefícios de curto prazo (i)	28,7	26,5
Pagamento baseado em ações (ii)	44,5	37,5
<b>Total remuneração ao pessoal-chave da Administração</b>	<b>73,2</b>	<b>64,0</b>

(i) Corresponde substancialmente aos honorários dos Administradores e participação no resultado (incluindo bônus por desempenho).

(ii) Corresponde ao custo das opções concedidas aos Administradores. Nos valores acima não consta a remuneração do Conselho Fiscal.

Exceto pela remuneração descrita acima e pelos programas de opções de compra de ações (Nota 27 - Pagamento baseado em ações), a Companhia não possui nenhum tipo de transação com os administradores tampouco saldos pendentes a receber ou a pagar em seu balanço patrimonial.

### Transações com os acionistas da Companhia

#### a) Assistência médica, odontológica e outros benefícios

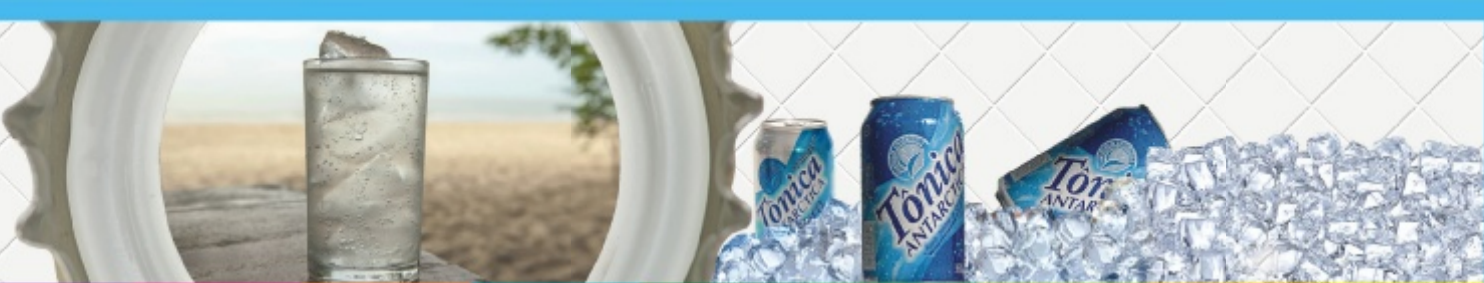
A Fundação Zerrener é uma das acionistas da Ambev, com 9,59% do capital total. A Fundação Zerrener é também uma entidade legalmente independente, cujo principal objetivo é proporcionar aos funcionários ativos e certos inativos, da Ambev S.A., no Brasil, assistência médica e odontológica, auxílio em cursos de formação técnica e superior e instalações para assistência e auxílio a idosos, por meio de iniciativas diretas ou acordos de assistência financeira com outras entidades. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as responsabilidades atuariais relativas aos benefícios proporcionados diretamente pela Fundação Zerrener eram integralmente cobertos pelos ativos da Fundação Zerrener mantidos para tal fim, os quais excedem em montante significativo o valor dos passivos atuariais nessa mesma data. A Ambev S.A. reconhece os ativos (despesas antecipadas) desse plano na extensão do valor do benefício econômico disponíveis para a Companhia, proveniente de reembolsos ou reduções de contribuições futuras.

As despesas incorridas pela Fundação Zerrener, no Brasil, para fornecer os benefícios acima mencionados aos funcionários da Companhia totalizaram, em 31 de dezembro de 2013, R\$185,6 (R\$164,6 em 31 de dezembro de 2012), sendo R\$163,7 (R\$146,0 em 31 de dezembro de 2012) relacionados aos funcionários ativos e R\$21,9 (R\$18,6 em 31 de dezembro de 2012) relacionados aos funcionários inativos.

#### b) Reserva especial de ágio

Como resultado da incorporação da InBev Holding Brasil S.A. em 2005, a Companhia vem auferindo, anualmente, benefício fiscal decorrente de amortização de ágio, nos termos da Instrução CVM nº 319/99. O saldo da reserva especial de ágio, em 31 de dezembro de 2013 totaliza R\$313,9 (R\$672,1 em 31 de dezembro de 2012) e poderá ser utilizado para futuros aumentos de capital.

#### c) Arrendamento de ativos



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (em milhões de reais)

Não circulante	2013		2012	
	Mútuo a Receber	Empréstimos/Mútuo a Pagar	Mútuo a Receber	Empréstimos/Mútuo a Pagar
Anep	-	-	-	(88,5)
BSA	5,7	-	5,6	-
Disbam	-	-	-	(6,4)
Dunvegan	-	(3.766,7)	-	(2.563,7)
Eagle	0,4	-	21,6	-
Monthiers	58,2	(2.322,7)	48,5	(1.865,7)
NCAQ	-	(307,8)	-	(268,6)
QIB	-	(209,8)	-	(209,8)
Cerveceria Chile	-	(900,0)	-	(900,0)
Labatt Breweries	-	(1.783,4)	-	-
Rosvik	-	-	24,5	-
Londrina	24,6	(5,8)	-	-
Skol	-	-	4,0	(2,6)
Outras	1,4	-	3,7	-
	<b>90,3</b>	<b>(9.296,2)</b>	<b>107,9</b>	<b>(5.905,3)</b>

(i) O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.

### Mútuos a receber:

Correspondem a contratos de mútuo celebrados com controladas integrais da Companhia, com vencimento indeterminado, sem incidência de juros e sem garantias.

### Empréstimos/Mútuos a pagar:

O contrato celebrado com a Ambev International Fund (antiga Ambev International) corresponde a uma *fixed rate note* ("FRN"), com vencimento em 2017, denominada em ienes, remunerada a 1,50% ao ano, com juros pagos semestralmente.

Os contratos com as controladas indiretas Dunvegan e Monthiers correspondem a contratos de mútuo denominados em dólares norte-americanos, com vencimento de 10 anos, remunerados pela taxa Libor + 3%, com juros pagos semestralmente. O montante a pagar à controlada Dunvegan contempla, principalmente, o montante obtido para aquisição da CND.

O contrato celebrado com a controlada indireta Quilmes International (Bermuda) Limited ("QIB") corresponde a um título de dívida, (*Bond* 2019) com vencimento em 2019, denominado em reais, remunerado a 13,20% ao ano, com juros pagos anualmente.

O contrato celebrado com a controlada indireta NCAQ Sociedad Colectiva ("NCAQ") corresponde a um contrato de mútuo, denominado em dólares, com vencimento de 10 anos, remunerado pela taxa Libor + 3%, ambos com juros pagos semestralmente.

O contrato celebrado com a Cerveceria Chile corresponde a um título de dívida, (*Bond* 2022) com vencimento em 2022, denominado em reais, remunerado a 8,70% ao ano, com juros pagos anualmente.

O contrato celebrado com a controlada indireta Labatt Breweries corresponde a um contrato de mútuo, denominado em dólares canadenses, com vencimento de 10 anos, remunerado pela taxa fixa de 5% a.a., com juros pagos trimestralmente.

Os quadros abaixo demonstram as transações da Controladora com partes relacionadas, as quais foram reconhecidas no resultado:

Empresa	Compras/Prestação		Rateio Despesas c/Controladas	Royalties/Benefícios	2013	
	Serviços/Aluguéis	Vendas			Resultado Financeiro	
AB InBev	(1,4)	-	-	(0,6)	1,1	-
Agrega	(16,5)	-	-	-	-	-
Ambev Bebidas	(306,5)	264,9	80,9	-	12,7	-
Arosuco	(1.190,1)	44,1	9,5	-	-	-
BSA	(114,0)	40,8	0,1	-	-	-
Cerveceria Paraguaya S.A.	-	13,3	-	-	-	-
Cerveceria Chile	-	-	-	-	(78,3)	-
CRBS	-	3.048,6	72,2	-	(12,8)	-
Cympay	(48,5)	-	-	-	2,8	-
Dunvegan	-	-	-	-	(589,8)	-
Fundação Zerenner	(3,5)	-	-	(8,2)	-	-
InBev	(2,9)	-	-	0,3	5,7	-
Labatt Holding	-	-	-	-	(149,6)	-
Lizar	(11,4)	-	-	-	-	-
Londrina	(415,8)	92,6	14,7	-	(0,1)	-
Malteria Uruguay	(763,3)	-	-	-	9,7	-
Monthiers	-	-	-	-	(508,5)	-
NCAQ	-	-	-	-	(49,0)	-
QIB	(8,3)	-	-	-	(29,9)	-
Outras	(1,4)	6,2	-	(0,4)	0,9	-
	<b>(2.883,6)</b>	<b>3.510,5</b>	<b>177,4</b>	<b>(8,9)</b>	<b>(1.385,1)</b>	

Empresa	Compras/Prestação		Rateio Despesas c/Controladas	Royalties/Benefícios	2012	
	Serviços/Aluguéis	Vendas			Resultado Financeiro	
Agrega	(12,0)	-	-	-	-	-
Ambev Bebidas	(264,5)	186,7	90,7	-	-	-
Arosuco	(982,6)	35,2	24,8	-	-	-
BSA	(116,3)	46,6	0,4	-	-	-
CRBS	(2,4)	2.820,5	81,3	-	-	-
Cympay	(149,3)	-	-	-	(16,2)	-
Dunvegan	-	-	-	-	(288,6)	-
Fundação Zerenner	(3,6)	-	-	(20,9)	-	-
InBev	(2,1)	-	-	(2,6)	-	-
Lizar	(20,2)	-	-	-	-	-
Londrina	(262,9)	13,3	16,6	-	-	-
Malteria Uruguay	(535,0)	-	-	-	(45,4)	-
Monthiers	-	-	-	-	(343,0)	-
NCAQ	-	-	-	-	(31,4)	-
QIB	(11,6)	0,8	-	-	(29,7)	-
Outras	-	6,6	-	-	0,2	-
	<b>(2.362,5)</b>	<b>3.109,7</b>	<b>213,8</b>	<b>(23,5)</b>	<b>(754,1)</b>	

### Denominações utilizadas no quadro acima:

Agrega Inteligência em Compras Ltda. ("Agrega")  
 Ambev Brasil Bebidas S.A. ("Ambev Bebidas")  
 Anheuser-Busch InBev N.V./S.A. ("AB InBev")  
 Arosuco Aromas e Sucos Ltda. ("Arosuco")  
 BSA Bebidas Ltda. ("BSA")  
 CRBS S.A. ("CRBS")  
 Cerveceria y Malteria Payssandú S.A. ("Cympay")  
 Cerveceria Chile  
 Cerveceria Paraguaya S.A.  
 Cervejarias Reunidas Skol Caracu S.A. ("Skol")  
 Companhia Cervecera Ambev Peru S.A.C. ("Ambev Peru")  
 Dunvegan S.A. ("Dunvegan")  
 Eagle Distribuidora de Bebidas S.A. ("Eagle")

Fundação Zerenner ("Fundação Zerenner")	
InBev Hoding Brasil S.A. ("InBev")	
Labatt Breweries of Canada LP ("Labatt Breweries")	
Labatt Holding A/S ("Labatt Holding")	
Lizar Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda. ("Lizar")	
Londrina Bebidas Ltda. ("Londrina")	
Malteria Pampa S.A. ("Malteria Pampa")	
Malteria Uruguay S.A. ("Malteria Uruguay")	
Monthiers S.A. ("Monthiers")	
NCAQ Sociedad Colectiva ("NCAQ")	
Quilmes International (Bermuda) Limited. ("QIB")	
Rosvik do Brasil Ltda. ("Rosvik")	
<b>33 COMPANHIAS DO GRUPO</b>	
Abaixo estão listadas as principais companhias e o percentual de participação do grupo. O número total de companhias consolidadas (total e proporcionalmente) totaliza 39.	
Argentina	
CERVECERÍA Y MALTERÍA QUILMES SAICA Y G - Av. Del Libertador 498, 26º andar - Buenos Aires	99,74%
Bolivia	
CERVECERÍA BOLIVIANA NACIONAL S.A. - Av. Montes 400 e Rua Chuquisaca - La Paz	85,67%
Brasil	
AMBEV S.A. - Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1.017, 3º andar	Companhia Consolidadora
Itaim Bibi, São Paulo	
AMBEV BRASIL BEBIDAS S.A. - Avenida Antartica, 1.891	
Fazenda Santa Úrsula - Jaguariúna - SP	99,99%
AROSUCO AROMAS E SUCOS LTDA. - Avenida Buriti, 5.385	
Distrito Industrial - Manaus - AM	100,00%
CRBS S.A. - Avenida Antartica, 1.891	
Fazenda Santa Úrsula - Jaguariúna - SP	99,93%
EAGLE DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS S.A. - Avenida Antartica, 1.891 Fazenda Santa Úrsula - Jaguariúna - SP	100,00%
Canada	
LABATT BREWING COMPANY LIMITED - 207 Queens Quay West, Suite 299 - M5J 1A7 - Toronto	100,00%
Chile	
CERVECERÍA CHILE S.A. - Avenida Presidente Eduardo Frei Montalva, 9600 - Comuna de Quilicura - Santiago	100,00%
Espanha	
JALUA SPAIN, S.L - Juan Vara Terán, 14 - Ilhas Canarias	100,00%
Equador	
COMPANHIA CERVECERA AMBEV ECUADOR S.A. - Km 14,5 - Vía Dauley, Av. Las Iguanas - Guayaquil	100,00%
Guatemala	
INDUSTRIAS DEL ATLÁNTICO, SOCIEDAD ANÓNIMA - 43 Calle 1-10 Cizd. Aguilar Bartres Zona 12, Edificio Mariposa, nivel 4 - 01012 - Zacapa	50,00%
Luxemburgo	
AMBEV LUXEMBOURG - 5, Gabriel Lippmann, L - 5365 Munsbach	100,00%
Paraguai	
CERVECERÍA PARAGUAY S.A. - Ruta Villeta KM 30 - Ypané	87,34%
Peru	
COMPANÍA CERVECERA AMBEV PERU S.A.C. - Av. República de Panamá, 3659 San Isidro - Lima 41 - Lima	100,00%
República Dominicana	
COMPANÍA CERVECERA AMBEV DOMINICANA, C. POR A. Av. San Martin, 279 - Apartado Postal 723 - Santo Domingo	56,84%
CND - CERVECERÍA NACIONAL DOMINICANA, Autopista 30 de Mayo, Distrito Nacional	55,00%
Uruguai	
LINTHAL S.A. - 25 de Mayo 444, office # 401 - Montevideo	99,99%
CERVECERÍA Y MALTERÍA PAYSSANDU S.A. - Rambla Baltasar Brum, 2933 - 11800 - Payssandu	98,62%
MONTHIERS SOCIEDAD ANÓNIMA - Juncal 1327, ap. 2201 - Montevideo	100,00%

### 34 SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

### 35 EVENTOS SUBSEQUENTES

i) Na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 6 de janeiro de 2014, os membros do Conselho de Administração da Companhia aprovaram a distribuição de (i) dividendos, a serem deduzidos do resultado do exercício de 2013 e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do mesmo exercício, à razão de R\$0,10 por ação da Companhia, sem retenção de imposto de renda na fonte, na forma da legislação em vigor; e (ii) JCP, a serem deduzidos do resultado do exercício de 2013 e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do mesmo exercício, à razão de R\$0,154 por ação da Companhia. A distribuição de JCP será tributada na forma da legislação em vigor, o que resultará em uma distribuição líquida de JCP de R\$0,1309 por ação da Companhia. Referido pagamento foi efetuado a partir de 23 de janeiro de 2014 (ad referendum da Assembleia Geral Ordinária referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013) com base na posição acionária de 14 de janeiro de 2014 (inclusive) no que se refere à BM&FBOVESPA e 17 de janeiro de 2014 no que se refere à NYSE, sem incidência de correção monetária.

ii) No dia 2 de janeiro de 2014, foram realizadas as Assembleias Gerais Extraordinárias da Ambev S.A., da Companhia de Bebidas e da Ambev Brasil Bebidas S.A., por meio das quais foram aprovadas as incorporações da Companhia de Bebidas e da Ambev Brasil Bebidas S.A. pela Ambev S.A. Como resultado das incorporações, a Companhia recebeu pelos seus respectivos valores contábeis, a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Companhia de Bebidas e da Ambev Brasil Bebidas S.A., que foram extintas, tendo suas ações sido canceladas, e sendo sucedidas pela Companhia, nos termos da lei. A incorporação da Companhia de Bebidas foi concluída sem aumento ou redução do patrimônio líquido ou do capital social da Companhia, já que a Companhia de Bebidas era uma subsidiária integral da Companhia. A incorporação da Ambev Brasil Bebidas S.A., por sua vez, resultou no aumento do capital social da Companhia em montante equivalente à parcela do patrimônio líquido da Ambev Brasil Bebidas S.A. correspondente ao investimento dos acionistas não-controladores da Ambev Brasil, i.e., em R\$156, passando o capital social da Companhia a ser de R\$57.000,9, já considerando os aumentos de capital aprovados e homologados pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em 17 de outubro de 2013 e 19 de dezembro de 2013, nos termos do artigo 8º do estatuto social da Companhia e do artigo 168 da Lei nº 6.404/76, em virtude do exercício de opções de compra de ações pelos beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia.

iii) Em 28 de janeiro de 2014 a Ambev Luxemburgo, subsidiária integral da Companhia, adquiriu a participação da ABI na Cerbuco Brewing Inc., detentora de 50% da Bucanero S.A. ("Bucanero S.A."), a empresa líder no mercado de cervejas cubano. Com o fechamento desta operação, a Ambev S.A. tornou-se indiretamente acionista da Bucanero, juntamente com a Corporación Alimentaria S.A., uma empresa do governo cubano.

iv) Em janeiro de 2014, o peso argentino sofreu uma desvalorização significativa. Em 2013, as operações argentinas representavam 12% da receita consolidada da Companhia, e 11% do EBITDA ajustado consolidado. Os resultados do exercício de 2013 foram convertidos a uma taxa média de 2,5246 pesos argentinos por real. A desvalorização ocorrida em 2014, e caso hajam desvalorizações adicionais no futuro, irá reduzir os ativos líquidos da Companhia na Argentina, bem como o patrimônio líquido da Companhia. A conversão dos resultados e fluxos de caixa da Companhia nas operações argentinas também serão impactadas.

### DIRETORIA

João Mauricio Giffoni de Castro Neves - Diretor Geral  
 Nelson José Jamel - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores  
 Alexandre Médicis da Silveira - Diretor de Vendas  
 Marcel Martins Régis - Diretor de Refrigerantes  
 Flávio Barros Torres - Diretor Industrial

Pedro de Abreu Mariani - Diretor Jurídico e de Relações Corporativas  
 Vinicius Guimarães Barbosa - Diretor de Logística  
 Sandro de Oliveira Bassili - Diretor de Gente e Gestão  
 Jorge Pedro Victor Mastroizzi - Diretor de Marketing  
 Ricardo Rittes de Oliveira Silva - Diretor de Tecnologia da Informação e Serviços Compartilhados

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Victorio Carlos De Marchi  
 Co-presidente

Carlos Alves de Brito  
 Co-presidente

Marcel Herrmann Telles  
 José Heitor Atílio Gracioso  
 Vicente Falconi Campos

Luis Felipe Pedreira Dutra Leite  
 Roberto Moses Thompson Motta  
 Álvaro Antonio Cardoso de Souza

Paulo Alberto Lemann  
 Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano  
 Marcos de Barros Lisboa

Giovana da Costa Rocha  
 Contadora - CRC 1SP-245418/O-3

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Ambev S.A., em conformidade com as atribuições dispostas no Estatuto Social da Companhia, em seu Regimento Interno e nos incisos do art. 163 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, examinou: (i) o relatório do auditor emitido sem ressalvas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e (ii) o relato sobre o desempenho da Companhia realizado pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados, os membros do Conselho Fiscal, abaixo assinados, opinaram pela aprovação em Assembleia Geral do Relatório Anual da Administração, das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 e da destinação do lucro líquido do referido exercício e distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio na forma constante das Demonstrações Financeiras.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2014

Emanuel Sotelino Schifferle  
 Mário Fernando Engelke  
 James Terence Coulter Wright

Celso Clemente Giacometti  
 Ary Waddington (Suplente)  
 Eurípedes de Freitas (Suplente)

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

**Ambev S.A.**  
 Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Ambev S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Examinamos também as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia e suas controladas que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Outros assuntos - ênfases

##### Reestruturação societária

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações contábeis, que descreve que a Companhia efetuou reorganização societária aprovada em duas etapas: (a) a primeira aprovada em assembleia geral extraordinária em 17 de junho de 2013, relativa a contribuição de ações da Companhia de Bebidas das Américas - Ambev pertencentes à Anheuser-Busch InBev S.A./N.V., por meio de suas controladas InterBrew International B.V. e AmBrew S.A. para a Ambev S.A. Por se tratar de uma reorganização societária entre empresas sob controle comum, a prática contábil do custo precedente foi aplicada para todos os exercícios apresentados; (b) a segunda etapa, aprovada em assembleia geral extraordinária em 30 de julho de 2013, relativa a incorporação da totalidade das ações de emissão da Companhia de Bebidas das Américas - Ambev pela Ambev S.A., exceto as ações de titularidade da incorporadora, nos termos do documento "Protocolo e Justificação de Incorporação das Ações de Emissão da Companhia de Bebidas das Américas - Ambev pela Ambev S.A.", pelo seu valor econômico em 26 de abril de 2013. A partir de 30 de julho de 2013 a Companhia de Bebidas das Américas - Ambev passou à condição de subsidiária integral da Ambev S.A. Nossa conclusão não está ressaltada em virtude desse assunto.

##### Práticas contábeis das demonstrações contábeis individuais

Conforme descrito na Nota 3, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto.

##### Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2014

**pwc**

PricewaterhouseCoopers  
 Auditores Independentes  
 CRC 2SP000160/O-5

Eduardo Rogatto Luque  
 Contador CRC 1SP166259/O-4